

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRISTÓVÃO PEREIRA SOUZA

LIVRE EXPRESSÃO: PARA QUE TE QUERO?

O interesse público no ensino de jornalismo

NATAL – RN

2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CRISTÓVÃO PEREIRA SOUZA

LIVRE EXPRESSÃO: PARA QUE TE QUERO?  
O INTERESSE PÚBLICO NO ENSINO DO JORNALISMO

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi.

NATAL – RN

2006

Divisão de Serviços Técnicos  
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Souza, Cristóvão Pereira.

Livre expressão : para que te quero? O interesse público no ensino de jornalismo / Cristóvão Pereira Souza. – Natal, RN, 2006.  
173 f.

Orientador : Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passegi.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Ensino Superior – Dissertação. 2. Livre Expressão – Dissertação. 3. Formação de jornalistas – Monografia. I. Passegi, Maria da conceição Ferrer Botelho Sgadari.. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 378

CRISTÓVÃO PEREIRA SOUZA

LIVRE EXPRESSÃO: PARA QUE TE QUERO?

O INTERESSE PÚBLICO NO ENSINO DO JORNALISMO

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria da Conceição Ferrer Botelho Passeggi.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

---

Prof. Dr. Luiz Álvaro Sgadari Passeggi.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

---

Prof. Dr. Manoel Pereira da Rocha Neto  
Universidade Potiguar – UnP.

Aos meus pais, Francisco Pereira, pela torcida à distância, e Antonia Lopes, presença, sabedoria, afeto, dedicação e entendimento do sentido legítimo da educação.

À minha mulher, Anete Dantas, e aos meus filhos, Gabriel e Pedro Vítor, pelo carinho, compreensão e colaborações.

Aos meus irmãos, pela amizade e incentivo.

## AGRADECIMENTOS

Um ponto final nesta pesquisa não pode ser colocado sem agradecer àqueles que a tornaram possível. Não se trata de mera formalidade. Cada pessoa a qual estarei me referindo saberá em que dimensão contribuiu e a intensidade da minha gratidão.

À Professora Dra. Maria da Conceição Passeggi, pela orientação criteriosa e competente. Uma convivência que remete ao verdadeiro sentido humano da educação.

Às colegas da Base de Pesquisa da UFRN: Tatyana, Maria José, Patrícia, Fátima, Vera, Danielle, Cecília, Tarcimária, Gilvete, pelos momentos de estudos compartilhados e interesse solidário.

Aos que fazem a Coordenação dos Cursos de Comunicação Social da Universidade Potiguar, em especial, à professora Andréa Mota e à colega de trabalho, Paola, pelo apoio incondicional.

À amiga Cleânia de Sales, companheira nas trilhas da pesquisa.

À professora Jucilândia Braga e a amiga Carla, pela disponibilidade e amizade.

À professora Rosário Carvalho, pela contribuição, carinho e textos socializados.

A Radir, pela atenção e préstimos, em nome de quem agradeço aos demais integrantes do Departamento de Educação.

## RESUMO

O objetivo central desta pesquisa foi compreender os significados de livre expressão e o que pensam os professores de jornalismo sobre os modos como tais significados são utilizados em suas práticas pedagógicas. O termo livre expressão é bastante usual no jornalismo, apesar de pouco estudado, não se sabendo ao certo como defini-lo. Em razão desse quadro, elegemos a livre expressão no ensino de jornalismo à condição de objeto deste estudo, procurando estabelecer uma relação entre liberdade de expressão, o direito, e livre expressão, a vida do direito. O apoio teórico para compreender a dinâmica dos significados de livre expressão na prática social do ensino de jornalismo foi localizado nos princípios teóricos da dialética hegeliana e na filosofia da linguagem, mais especificamente na perspectiva de Bakhtin, da qual elegemos o auditório social, condições imediatas de produção e o horizonte social mais amplo como principais categorias de análise. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de perspectiva interacionista e ancorada na entrevista semi-estruturada enquanto método privilegiado de coleta de dados, realizada com 10 (dez) professores da graduação em jornalismo. A análise revela que, na perspectiva dos entrevistados, haveria uma prática escamoteadora da livre expressão no ensino do jornalismo, que emerge seja em discursos panfletários, propagadores do medo e/ou sob a forma de estímulo à dissimulação.

Palavras-chave: Livre expressão. Formação de jornalistas. Ensino superior.



## **ABSTRACT**

The main objective of this research was studying the meanings of the freedom of expression and what professors of Journalism think about the way those meanings are used in pedagogical practices. The term freedom of expression is commonly used in journalism even though it is not so studied, consequently we don't have a word to define it. Therefore, we related the term freedom of expression in Journalism teaching to the condition as the object of this study, aiming to establish a connection among the term, the right, free expression and the endurance of the right. The theoretical support to understand the dynamic of the meanings of the freedom of expression in the social practice of Journalism teaching was based in the Hegeliana dialectic theoretical principles and in the language philosophy more specifically in Bakhtin's perspective from which we can mention the social auditorium, immediate conditions of production and a wider social horizon as the main categories of analysis. This study is a qualitative research with an interactionist perspective anchored in a semi-structured interview as a privileged method of data collecting made with ten professors from Journalism graduation. The analysis reveals that, in the interviewers perspective, there would be a deceiving practice from freedom of expression in the journalism teaching in which emerges either in speeches with handbills spreading the fear and/or under a stimulus form to concealment.

**Key words:** Freedom of expression, Journalists education, Higher education

## LISTA DE QUADROS

Quadro nº 01 – Áreas de circulação do termo livre expressão.....	24
Quadro nº 02 – Resultados da votação realizada pelo Observatório da Imprensa.....	36
Quadro nº 03 – Modelo de ficha utilizada nos procedimentos de análise.....	128

## LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01 – Percentuais dos significados da livre expressão dos jornalistas.....	131
Tabela nº 02 – Percentuais das práticas da livre expressão no ensino de jornalismo.....	138

## SUMÁRIO

Lista de Quadros

Lista de Tabelas

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Os movimentos exploratórios das significações de livre expressão.....	23
Capítulo 2 – Os desafios de uma profissão em crise.....	33
2.1 O descrédito da formação em jornalismo.....	33
2.2 Dispersões semânticas no jornalismo.....	39
2.3 A singularidade no jornalismo.....	42
2.4 Flexibilização curricular – a delegação da crise.....	49
Capítulo 3 - Livre expressão, interesse público e contra-hegemonia.....	53
3.1 Da liberdade de expressão para todos à liberdade de expressão dos jornalistas..	53
3.2 O interesse público na livre expressão do jornalista.....	59
3.3 A contra-hegemonia no campo do jornalismo.....	69
3.4 A natureza contra-hegemônica do jornalismo.....	73
Capítulo 4 - Fundamentos para a significação da livre expressão.....	78
4.1 O termo livre expressão na condição de significante .....	78
4.2 As terminologias da liberdade.....	81
4.3 Jornalismo – um sistema de libertação e dominação.....	92
4.4 A trilha compreensiva para a vida de um conceito.....	99
Capítulo 5 - Os passos que se fizeram caminhada.....	107
5.1 Percurso teórico-metodológico.....	107
5.2 A entrevista.....	110
5.3 Transcrição da entrevista.....	114
5.4 Metodologia de análise dos dados.....	115
Capítulo 6 – Os portos que se vão fazendo seguros.....	118
6.1 Os pilares da análise dos dados.....	118
6.2 Análise dos resultados.....	129
Considerações finais.....	145
Referências.....	150
Anexos.....	155

Ir ao encontro de si visa à descoberta e a  
compreensão de que viagem e viajante são apenas  
um.

Marie-Christine Josso

## Introdução

Iniciamos este relato através das inquietações que nos levaram a investir na *liberdade de expressão* dos jornalistas enquanto tema de nossa pesquisa. Parece-nos legítima esta decisão. Durante o desenvolvimento deste estudo, tais inquietações foram emergindo na nossa memória com a força do detalhamento que o espírito pensava ter apagado, e ocuparam de vez o seu justo lugar de uma sementeira que somente agora ousa dispor os seus primeiros germes. Essas inquietações foram vivenciadas entre os meses de junho e dezembro do ano de 2000, na redação do jornal Tribuna do Norte, em Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Exercíamos, à época, a profissão de jornalista e tínhamos a função de orientar os repórteres durante o processo de transformação de seus achados investigativos em produtos noticiosos. Esta função é conhecida no meio pela denominação de Chefia de Produção. É uma tarefa bastante complexa se considerada a condição daquele jornal, integrante de um sistema de comunicação constituído ainda de emissoras de rádio e televisão, internet, revistas, além de um parque gráfico, um conglomerado de mídias explorado comercial e politicamente por uma tradicional oligarquia do estado.

A rotina desta função iniciava-se com a leitura e análise comparativa entre a Tribuna e os demais informativos locais, uma atividade que gerava relatórios e ódios eternos. Em seguida, participávamos, em dois níveis, da reunião de pauta para a escolha dos temas e formas de abordagem dos assuntos do dia. Primeiro, com a Chefia de Redação e seus editores; depois, com estes últimos e os seus respectivos repórteres. Neste segundo nível, ocorriam a distribuição dos temas e orientação das abordagens a serem seguidas pelos repórteres. Os assuntos mais complexos iam para os repórteres mais experientes. Os demais, para os “focas”<sup>1</sup>. O trabalho dos focas passava a ser prioridade da Chefia de Produção. Tornamo-nos, assim, confidente e testemunha desassossegada da autocensura, objeto de nossas inquietações.

Quatro anos depois, quando já havíamos decidido a investir neste tema da liberdade de expressão dos jornalistas, tais lembranças, até então relegadas a um canto esquecido de nossa memória, foram despertadas em meio a um exercício reflexivo de nossa história de vida. E se

---

<sup>1</sup> Foca é o jargão do meio para fazer referência aos jornalistas iniciantes.

foram emergindo com a força do detalhe, constituindo-se num passado que se fez presente para finalmente proporcionar a coerência e justificativa aos nossos passos para o futuro. Adiantamos que essas motivações pessoais serão contempladas neste trabalho apenas nesta introdução. Mesmo assim, procuramos ampará-las na teoria das narrativas autobiográficas de Josso (2004). É a nossa tentativa de minimizar os purismos que não vêem com bons olhos a inserção de aspectos subjetivos em relatos ditos científicos.

Esta autora, de abordagem mais integral, centra os seus estudos nas relações entre a singularidade de uma vida e a complexidade social durante o percurso de formação dos sujeitos e, dentre as suas proposições, está a distinção entre vivência e experiência, que muito nos ajudou a compreender as implicações da autocensura dos colegas de trabalho para a escolha da liberdade de expressão dos jornalistas como tema central de nosso interesse intelectual. “O primeiro momento de transformação de uma vivência em experiência inicia-se quanto prestamos atenção no que se passa em nós e/ou na situação na qual estamos implicados, pela nossa simples presença” (JOSSO, 2004, p.73).

Comprendemos ainda a exposição deste ponto de partida como um parâmetro útil para avaliar o caminho percorrido, as estratégias desenvolvidas e o nível de validade dos resultados alcançados. O conhecimento das trilhas percorridas desde as motivações iniciais mais sensíveis tem a intenção de revelar o caráter singular das deliberações, mas também às pontes e pilares que se foram erguendo e estruturando a nossa trajetória na direção de percepções e entendimentos mais apurados. Sob o signo da dialética, essas aproximações, distanciamentos e superações se foram incorporando a um saber inicial, mas sem negá-lo. Ao contrário, reconhece-o em um outro saber que se constrói gradualmente, durante as articulações tecidas no processo de coleta, seleção, sistematização e análise de dados.

A inquietude que se nos apossou frente à autocensura dos jornalistas adquiriu várias faces: impotência, indignação, rejeição e, finalmente, crise de identidade profissional. Importante ressaltar que, um passo relevante na diferenciação entre vivência e experiência, aquele fenômeno de autocensura não era percebida em nós. O exercício reflexivo sobre a nossa história de vida, no entanto, trouxe-nos à consciência de nossa responsabilidade naquela prática de omissão. Éramos parte integrante daquela cadeia produtiva da notícia. Tínhamos a mesma responsabilidade social de divulgar as informações coletadas e omitidas das matérias a

serem divulgadas. Contudo, limitávamo-nos à tentativa de fazer os repórteres assumirem a inclusão daquelas informações, e diante de suas resistências, lavávamos as mãos.

A consciência de nosso protagonismo neste processo se deu após consideração atenta daqueles acontecimentos. Uma espécie de volta do espírito sobre si mesmo para examinar o ocorrido através da razão e do discernimento. Segundo Josso (2004, p.73), “a reflexão sobre a vida é centrada no salientar as experiências que consideramos significativas para compreendermos o que nos tornamos, nesse dia, e de que forma chegamos a pensar o que pensamos de nós mesmos, dos outros, do meio humano e natural”.

Importante evidenciar ainda que, naquela época, não planejávamos ou sequer desconfiávamos que o papel de confidente da autocensura dos repórteres atuaria de forma tão decisiva para a eleição da liberdade de expressão como o tema de nossas preocupações de pesquisa. Essa relação tampouco se fez imediatamente, quando sentimos uma espécie de chamado para investigar não apenas o conceito de liberdade de expressão, mas a vida efetiva deste conceito.

O enlace entre este estudo e as práticas observadas no âmbito da redação daquele jornal passou a ser percebido numa relação quase que de causa e consequência, após o exercício de reflexão de nossa história profissional. O processo de reflexão levou-nos a ocorrências, sentimentos e pessoas que, uma vez evocados, foram, por um lado, estabelecendo à dimensão daquele momento profissional e, por outro, despertando a coerência e a justificativa para o esforço de emprendermos compreensivelmente no tema da liberdade de expressão, até então recluso em nossa memória.

Compreendemos, com Josso (2004), que a inserção de fatos intimamente relacionados à singularidade de uma trajetória de vida em nada fere os cânones exigidos para um trabalho de natureza científica. De acordo com a autora, “as histórias de vida tornaram-se, há cerca de vinte anos, um material de pesquisa muito em voga nas ciências do humano<sup>2</sup>, e não há simpósio, colóquio ou encontro científico que não lhes conceda um lugar de destaque” (*ibidem*, p.19). Essa aceitação se faz óbvia, uma vez que “a singularidade existencial ocorre

---

<sup>2</sup> A autora chama atenção para o termo “ciências do humano”, como forma de designar as ciências que falam das diferentes dimensões do ser humano. Para a autora, dizer “ciências humanas” é referir-se aos estudos da física, matemática, biologia e todas as demais ciências concebidas pelo homem.



numa espécie de jogo dialético entre interioridade (aquilo que se vive e se pensa no interior de si) e exterioridade (o que é sociohistórico e culturalmente referenciável)” (*ibidem*, p.70).

Assim, o exercício para compreendermos a trajetória de nossa história de vida pela via de nossa formação profissional proporcionou o estabelecimento dos enlaces compreensivos entre as referências presentes no nível de nossa consciência mais emergente e aquelas vivências que, uma vez trazidas pelo exercício da evocação, foram adquirindo dimensões quase tangíveis quando analisadas à luz dos valores que temos na atualidade. A angústia de perceber que, por iniciativa própria, aqueles profissionais iniciantes na carreira do jornalismo excluía determinadas informações de suas matérias e de seus artigos, por vezes numa antecipação até mais “zelosa” do que a orientação advinda do centro de decisão editorial demarcou a fase de sementeira do cultivo desta pesquisa, agora compreendemos muito claramente.

De modo sensível, a situação era bastante clara. Os jornalistas antecipavam-se em cortar as informações que pressupunham seriam censuradas de qualquer modo. Compreendiam ainda que a insistência, caso perseverassem, serviria apenas para expô-los, rotulá-los e fragilizá-los frente aos vínculos empregatícios que mantinham para com a organização jornalística em que atuavam. Diante da missão jornalística de atender prioritariamente ao interesse público, contudo, tais atitudes devem ser problematizadas.

O fato de termos a liberdade de expressão como um direito inalienável e assegurado por instâncias institucionais implica que possamos nos expressar livremente? Como se revela este direito no âmbito de uma atividade profissional que se legitima pelo exercício da livre expressão? Diante da responsabilidade social de difundir os fatos de legítimo interesse público, o jornalismo está organizado para garantir a livre expressão dos seus agentes, quando o interesse público é contrário aos interesses empresariais ou políticos dos detentores dos jornais?

Entre os jornalistas, o sentido do dever da livre expressão é tão aguçado quanto o sentido do direito? De que forma essas questões são tratadas no campo da graduação de jornalismo? A livre expressão é um conteúdo necessário e/ou obrigatório para essa formação? Existem conceitos consolidados de livre expressão, de modo que esta ação possa ser considerada como um saber disciplinar? Esse tema está presente em todo o processo

curricular ou se restringe às disciplinas específicas, como as que tratam das questões relacionadas à ética e à legislação, por exemplo?

Essas e outras indagações foram surgindo à medida que fomos adentrando compreensivelmente no fenômeno da autocensura dos jornalistas. A autocensura fere o princípio do jornalismo enquanto instituição social fundada na missão de filtrar, ordenar e moderar as informações, de acordo com o interesse público. Isso porque a responsabilidade social do jornalismo está diretamente relacionada à expectativa da sociedade em tê-lo como o lugar da verdade, o que torna os seus produtos expressivos distintos das demais formas de expressão veiculadas na mídia. Uma prova disso é o fato de que quaisquer outras formas de manifestação expressivas veiculadas na mídia, sobretudo a televisiva, podem ser intempestivamente suspensas, a cada vez que o jornalismo necessita chamar a atenção da sociedade para os fatos considerados importantes e legítimos na orientação dos indivíduos em coletividade.

Não obstante essa responsabilidade, a omissão das informações jornalísticas através da autocensura, por nós testemunhada, não se restringe à situação e ao contexto específico de um jornal integrante de um sistema de comunicação pertencente a uma oligarquia política do nordeste brasileiro, como podemos de modo sensível concluir. O avanço compreensível no fenômeno da autocensura relativizou as ocorrências por nós testemunhadas. Elas adquiriram a qualidade de micro-representação de uma estrutura mais ampla da organização do jornalismo, uma vez que um olhar macroscópico localiza o fenômeno em relações mais amplas, revelando que o exemplo local descrito é tão somente uma micro-representação de uma configuração mais elástica.

Arbex Jr. (2003) compartilha dessa assertiva e afirma não haver ilusão de que a comunicação mundial é mantida por um controle central que seleciona e impõe para todas as demais partes do mundo as informações que lhe convém. Segundo o autor, um dos exemplos mais recentes pode ser dado pela cobertura ao “maior atentado terrorista da história”, denominação empregada sem dúvidas nem pestanejos por experientes jornalistas do mundo inteiro para se referir à queda das torres gêmeas do World Trade Center. De certo que a transmissão desse fato, ao vivo, causou enorme impacto, porém “ninguém esclareceu qual critério, exatamente, fez do atentado de 11 de setembro algo pior ou pelo menos mais

grandioso do que, por exemplo, a destruição das cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui, em agosto de 1945” (ARBEX JR, 2003, p. 49).

Diante desse contexto, podemos afirmar que o nosso trabalho de investigação posiciona-se como um esforço para compreender os silêncios, as omissões, as exclusões deliberadas, as negociações, enfim, ao que leva os jornalistas à abstenção do uso do seu direito legítimo à livre expressão, garantido em várias instâncias institucionalizadas, inclusive por aquelas que definem à profissão como uma atividade cuja missão é a de divulgar os fatos de interesse público, o que deve ser feito sem quaisquer tipos de coerção a estes profissionais, conforme os dispositivos constantes, por exemplo, do Artigo 220 da Constituição Federal, sobre os quais iremos nos deter adiante.

Ao tratar do fenômeno da expressão censurada, Bakhtin (2002, p.118) afirma que “a atividade mental tende desde a origem para uma expressão externa plenamente realizada. Mas pode acontecer também que ela seja bloqueada, freada: nesse último caso, a atividade mental desemboca numa expressão inibida”. Bakhtin não se dispõe a amadurecer os antecedentes da inibição, conforme ele mesmo afirma: “Não nos ocuparemos aqui do problema muito complexo das causas e das condições do bloqueio” (*ibidem*). O que importa, para o autor, é que “a expressão exerce um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais definida e mais estável” (*ibidem*).

Não nos será difícil, ao menos do ponto de vista estrutural, descrever as causas e as condições que levam os profissionais do jornalismo a inibirem a sua expressão. Adiante apresentaremos alguns desses fatores. Neste momento interessa evidenciar que a expressão inibida dos jornalistas não é uma atividade neutra em suas conseqüências, nem para eles, que omitem as informações, nem para aqueles que foram privados do conteúdo omitido. Dessa forma, diante da visível complexidade que envolve o tema da liberdade de expressão dos jornalistas, optamos pela tentativa de identificar as concepções de livre expressão em circulação nesse campo social. Estamos interessados, mais precisamente, em compreender os significados atribuídos à livre expressão enquanto vida efetiva do direito à liberdade de expressão. Diante desse objetivo, estaremos sempre utilizando o termo “livre expressão”, como forma de demarcar a nossa intenção de referir-se à ação, à vida do direito à liberdade de expressão.

Durante a nossa argumentação, iremos nos reportar a uma síntese da literatura que cobre o processo de institucionalização da liberdade de expressão enquanto um direito inalienável do homem. Trata-se das leis e das normas constituintes de um sistema legal destinado à orientação *à priori* e ao julgamento *a posteriori*, uma espécie de carta de intenção, disponibilizada para o conhecimento dos modos socialmente aceitos da livre expressão. Não obstante a apresentação dessa literatura, o olhar que empreendemos sobre o tema, no jornalismo, procura deslocar-se do sentido institucional que o tem abrigado, e procura encaminhar-se na direção do uso, da atualização, da vida do conceito.

A título de ilustração do modo como constituímos o objeto desta pesquisa, recorreremos à dicotomia proposta por Saussure (1999), que opõe a Língua à Fala. A língua é apresentada por este autor como uma instituição coletiva, à qual recorreremos a cada necessidade de comunicação, o que é efetivamente realizado através da fala. É preciso lembrar que a fala, considerada como o processo de atualização da língua, foi descartada por Saussure como passível de estudos lingüísticos mais sistemáticos, em razão de seu caráter individual, singular. Tempos depois, Bakhtin (1997) discorda desse posicionamento e mostra que a tarefa é possível. Para demonstrar a sua assertiva, este autor investe no estudo da fala, concebendo-a como matéria passível de sistematização.

Para tanto, este autor sugere uma atenção especial aos gêneros do discurso como categorias de análise.

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo*. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na *prática*, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência *teórica* (BAKHTIN, 1997, p.301, grifos do autor).

Inspirados, então, na dicotomia saussureana, que estabelece a distinção entre sistema (língua) e uso do sistema (fala), e amparados pelas proposições bakhtinianas que apontam na possibilidade de estudo da fala, propomos a diferenciação entre, de um lado, o direito à *liberdade de expressão*, aqui compreendido como um sistema de normas e leis institucionalizadas em várias instâncias jurídicas, dentre elas a Declaração dos Direitos Universais do Homem, a Constituição Federal e o Código de Ética dos Jornalistas e que, em

nossa analogia, equivaleria ao sistema Língua, e, de outro, a *livre expressão* enquanto ação que dá vida a esse sistema, o que equivaleria à Fala.

Com base nesta distinção entre “liberdade de expressão” e “livre expressão”, elegemos a noção de “livre expressão” como objeto de estudo desta pesquisa, ao tempo em que procuramos compreender os seus significados. Nessa empreitada, procuramos o apoio teórico da análise da enunciação proposta por Bakhtin (1997) e elegemos como categorias de análise as condições imediatas de produção dos enunciados, o horizonte social mais amplo que referencia tais condições e o auditório social como destino final das formas de expressão. O detalhamento dessas três categorias está contemplado em capítulo específico.

Deste modo, imbuídos do propósito de investigar os significados de livre expressão dos jornalistas, elegemos a formação graduada dos agentes dessa profissão como campo de observação. Esta escolha justifica-se em função de nosso encontro existencial com a docência no campo do jornalismo, atividade definitivamente abraçada ainda durante a experiência de autocensura relatada, e para qual esperamos contribuir com este esforço compreensivo, que parte das seguintes indagações:

a) Quais significados os professores de jornalismo atribuem à livre expressão dos jornalistas?

b) De que forma os professores descrevem esses significados enquanto conteúdo escolar?

Informamos que dentre nossas principais preocupações está a hipótese da existência do fenômeno da dispersão semântica entre livre expressão, a ação, e liberdade de expressão, o direito. A dispersão semântica, conforme Nuñez e Ramalho (2000), é própria do caráter polissêmico dos processos de significação, e a discussão das questões a ela relacionadas é de especial interesse para o campo da educação.

Um exemplo deste interesse, demonstrado pelos autores, tomam os pressupostos de Vygotsky (1993) como base para reivindicar a necessidade da utilização de significados mais precisos, tanto em situações formais de ensino e aprendizagem, quanto por ocasião do uso do léxico em trabalhos diretamente relacionados a atividades de natureza científica.

No contexto das proposições de Nuñez e Ramalho, a busca por significados mais precisos e consensuais é compreendida como um desafio para os processos de formação. Para fundamentar esta assertiva, os autores citam Vygotsky.

O estudo dos conceitos científicos como tais têm importantes implicações para a educação e o aprendizado. Embora esses conceitos não sejam absorvidos já prontos, o ensino e a aprendizagem desempenham um importante papel na sua aquisição. Descobrir a complexa relação entre o aprendizado e o desenvolvimento dos conceitos é uma importante tarefa prática (VYGOTSKY, 1993, p.75).

Assim, mediante a experiência singular da autocensura que relatamos, na direção de saciar a curiosidade intelectual por ela plantada em nosso espírito, buscamos investigar os significados que os professores de jornalismo atribuem à livre expressão enquanto a ação que dá vida ao direito institucional denominado de liberdade de expressão. Acreditamos ser a formação um lócus de fortalecimento e aquisição de defesas frente às idiosincrasias técnicas, éticas e morais aos quais às jornalistas são diariamente submetidos na tarefa de atender às expectativas sociais por informações de legítimo interesse público.

No primeiro capítulo, tratamos da investigação exploratória, realizada com o intuito de identificar a utilização do termo “livre expressão”. Localizamos esta expressão nos domínios do Direito, da Arte, da Sexualidade, além do Jornalismo. No campo do jornalismo, promovemos a categorização dos modos de uso do termo, conforme os posicionamentos mais freqüentes que lhe são imputados.

No segundo capítulo, observamos o campo da formação de jornalistas através da crise institucional instalada na profissão, cujas implicações mais visíveis revelam-se pelo questionamento público da real necessidade da diplomação como prerrogativa para o exercício da profissão. Tratamos ainda da juventude da reflexão teórica neste campo, com destaque para as dispersões semânticas até recentemente existentes entre dois de seus conceitos básicos: jornal e jornalismo. Este capítulo é encerrado com o registro da flexibilização curricular possibilitada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que visa criar alternativas que respeitem a diversidade dos lugares de realização da formação em jornalismo.

O terceiro capítulo apresenta uma breve descrição da história da institucionalização da liberdade de expressão, com o intuito de focar as adequações realizadas entre as várias concepções desse direito e a sua vida efetiva. No contexto da comunicação e do jornalismo, discorreremos ainda sobre os principais esforços para diminuir a desigualdade entre o direito à liberdade de expressão e o uso efetivo deste direito. São conceitos e iniciativas que se associam na tentativa de constituição de um discurso contra-hegemônico nos meios de comunicação, mais especialmente nos discursos jornalísticos.

No quarto capítulo, fundamentamos a nossa discussão nos pressupostos da filosofia da linguagem, tendo como base os principais conceitos que estruturam a significação ideológica, conforme a propõe Bakhtin. Essa fundamentação leva-nos à apresentação de uma síntese histórica do esforço para estabelecer a correspondência entre as terminologias empregadas para denominar o fenômeno da liberdade, de acordo com a realidade efetiva da vida deste fenômeno. Dentre os principais fundamentos para esta discussão está a dialética hegeliana, base da compreensão da relação indissociável entre os conceitos e vida dos conceitos, com foco nas idéias de liberdade e os atos que dão correspondência vivencial a estas idéias. Concluimos este capítulo com os fatores que organizam, estruturam e institucionalizam o campo social do jornalismo e suas condições de realização dos significados.

No quinto capítulo, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa de campo. Situamos essa metodologia de cunho qualitativo dentro da abordagem do interacionismo simbólico, uma vez que procuramos perceber o objeto numa dinâmica de inter-relacionamento entre a sociedade e o indivíduo, e procuramos dar destaque aos aspectos subjetivos desse processo.

Finalmente, no sexto capítulo, descrevemos a análise dos dados coletados, ocasião em que procuramos estabelecer os vínculos entre a realidade percebida através dos procedimentos empíricos e os pressupostos teóricos adotados, no esforço de compreendermos os significados da livre expressão dos jornalistas, conforme os concebem os professores de jornalismo.

A consciência é o ato de ultrapassar o limitado, é quando  
o limitado lhe pertence, é o ato de ultrapassar a si  
mesmo.

Paulo Menezes.



## Capítulo 1

### **Os movimentos exploratórios em busca das significações de livre expressão**

A decisão de investigar os significados atribuídos à livre expressão leva-nos ao movimento exploratório inicial para verificar os modos de utilização desse termo, inicialmente em mercados simbólicos mais amplos, em seguida no campo social do jornalismo. Para esse fim, utilizamos a mídia Internet, hoje reconhecidamente o maior e mais dinâmico acervo de informações disponíveis a qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo. Utilizamos esta mídia para estes passos exploratórios porque ela transformou-se rapidamente na mais moderna forma de aquisição de informações sobre praticamente qualquer assunto, uma vez que a atualização do seu acervo acontece de forma democrática, através de uma dinâmica de contínuo aperfeiçoamento e atualização, que podem ser realizados pelos mais diversos usuários.

As características da mídia Internet pareceram-nos favoráveis para que rastreássemos os modos de utilização do termo “livre expressão”, o que fizemos primeiramente pelas mais diversas esferas da atividade humana, depois pela esfera do jornalismo. Essa decisão levou-nos a utilizar o portal “Google”, reconhecidamente o mais recorrente instrumento de busca de informações na rede mundial. Os procedimentos deste nosso momento de investigação podem ser descritos da seguinte forma: solicitamos os textos que contivessem o termo “livre expressão”, assim, com aspas, para que fosse evitada a captura das palavras “livre” e “expressão” de forma isolada. A última atualização deste procedimento ocorreu no dia 16 de novembro de 2005, através do qual obtivemos como resultado um total de cento e vinte seis mil (126.000) registros. Essas informações foram disponibilizadas em laudas de dez registros cada, contendo, cada um dos registros, um breve contexto em que aparece o termo livre expressão.

Percebemos que esses elementos seriam suficientes para os nossos passos exploratórios iniciais, visto não ser a nossa intenção utilizar tais documentos como *corpus* definitivo de nossa investigação. Daí a decisão de elegermos tais registros à condição de instrumentos indicativos das possíveis categorias de temas, ou formações discursivas, em torno das quais o termo “livre expressão” vem sendo utilizado. Contudo, na impossibilidade de tratamento do total de registros disponibilizados, delimitamos a nossa observação a um

percentual de 1% (um por cento) , o que fez um total de 1.260 (mil duzentos e sessenta) registros observados. Essa exploração inicial levou-nos a categorização de quatro campos distintos, usuários do termo “livre expressão”. O quadro 1, abaixo, apresenta estes campos e o percentual de utilização do termo em cada um deles.

**Quadro nº 01 – Áreas de circulação do termo livre expressão**

<b>CAMPOS DE UTILIZAÇÃO DO TERMO</b>	<b>TOTAL DE REGISTROS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Direito	504	40%
Arte	265	21%
Jornalismo	188	14%
Sexualidade	164	13%
Outros	139	12%
<b>Total</b>	<b>1260</b>	<b>100%</b>

Fonte: [www.google.com.br](http://www.google.com.br).

Assim, a tentativa de categorizar os diversos usos do termo “livre expressão” cumpre o objetivo de rastrear a sua utilização nos vários campos sociais. Para o campo do Direito, não se refere à ação, mas ao conjunto de instrumentos jurídicos, institucionalizados para o aperfeiçoamento da justiça e garantia da materialização da livre expressão como um direito de todos os homens. No campo da Arte, percebemos a referência a uma espécie de tempestade de idéias sem censuras ou coerções, necessárias ao ato criações. Para o campo da sexualidade, trata-se da reivindicação do respeito à expressão, livre de constrangimentos, de qualquer que seja a orientação sexual do indivíduo do emissor da expressão.

Quanto ao campo social do jornalismo, aos cento e oitenta e oito textos identificados no portal “Google”, adicionamos cento e trinta e seis, especificamente extraídos do “Observatório da Imprensa” – ISSN – 1519-7670 - um sítio coordenado pelo professor e pesquisador da área do Jornalismo, Alberto Dines, autor do clássico “O papel do Jornal” (1986), uma referência obrigatória no ensino da profissão. Junto aos professores de jornalismo, este sítio é considerado o mais importante instrumento de crítica da mídia, por ser constantemente atualizado por renomados pesquisadores e receber colaborações dos mais diversos jornalistas e professores de jornalismo da América Latina. Por oportuno, registramos a existência da versão televisiva do “Observatório da Imprensa”, atualmente veiculada pela

TV Cultura, de São Paulo, às terças-feiras, a partir das vinte e duas horas e trinta minutos. As versões televisiva e On-line constituem-se em um balizador das discussões que envolvem a atuação ética dos jornalistas.

Assim, como forma de familiarizarmo-nos com os significados de livre expressão utilizados no campo social do jornalismo, registramos a importância dos textos extraídos do Observatório de Imprensa, uma vez que eles apresentam-se com posição bastante demarcada em relação às questões que envolvem a profissão de jornalista. Dessa forma, contabilizamos um total de trezentos textos, nos quais utilizamos a técnica da leitura dinâmica, que se restringiu ao conteúdo dos primeiros parágrafos. Uma vez que estes procedimentos iniciais foram de caráter meramente exploratório, pareceu-nos suficiente esse procedimento nesta fase da investigação, além do que nos parágrafos iniciais encontram-se habitualmente as expectativas do conteúdo a ser detalhado durante a construção dos textos. Ademais, é preciso registrar, os textos escolhidos foram escritos por jornalistas e carregam consigo as características mais marcantes do modo de produção destes profissionais, entre elas o “lead”<sup>3</sup>, estrategicamente posicionado logo nos primeiros parágrafos dos discursos de jornalistas.

A intenção desta fase exploratória cumpre tão-somente a função de indiciar os possíveis temas pelos quais o termo “livre expressão” circula no interior do campo social do jornalismo. Considerando esse objetivo, registramos as possibilidades de categorização dos posicionamentos que emergiram com a maior frequência. Ao final de cada categoria, apresentamos as janelas que revelam exemplos das categorias elencadas.

- a) Defesa da livre expressão – os discursos posicionados nesta classificação denunciam qualquer tipo de coerção exercida sobre os jornalistas. O sentido do direito é a característica marcante deste tipo de discurso.
- b) A livre expressão como elemento do marketing – de caráter persuasivo, estes discursos ocupam-se da propaganda de vários sítios eletrônicos, e até mesmo revistas veiculadas no tradicional formato impresso, que se apresentam como os

---

<sup>3</sup> Termo importado do jornalismo americano que designa a direção e a prioridade dos textos. É composto dos seguintes tópicos: o que, quem, como, quando e porque, que devem estar posicionados logo no primeiro parágrafo das produções jornalísticas, com o objetivo de orientar os leitores em meio ao emaranhado de informações disponíveis.

verdadeiros espaços da livre expressão. Um exemplo deste tipo de discurso, de cunho mercadológico, é o da revista impressa “Caros Amigos”, edição de número oitenta e nove, que se divulga com o seguinte apelo: “em defesa da livre expressão, em defesa dos espaços coletivos”

([carosamigos.terra.com.br/da\\_revista/edições/es89/caros\\_leitores](http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edições/es89/caros_leitores)).

- c) A livre expressão como indicador do nível de desenvolvimento da democracia – estes discursos colocam a livre expressão como uma espécie de instrumento balizador do nível de democracia existente em um país. Estes níveis são medidos através da garantia efetiva às liberdades de expressão, de opinião e de pensamento na imprensa dos países. Um exemplo desta categoria é o artigo “O terceiro mundo não respeita a livre expressão”. Esta avaliação é realizada também nos estados pertencentes a cada país. “No Brasil, o Mato Grosso foi o estado que mais cerceou a livre expressão dos jornalistas”

([www.amanha.terra.com.br/notas\\_quentes/notas\\_index](http://www.amanha.terra.com.br/notas_quentes/notas_index)).

- d) A livre expressão como exclusividade do jornalismo alternativo – esses discursos defendem a possibilidade da livre expressão apenas nos jornais comunitários, sindicais ou operários. ([www.consciência.nat/midia/imprensa alternativa](http://www.consciência.nat/midia/imprensa_alternativa)).

- e) A livre expressão como exclusividade do jornalismo on-line – esses discursos defendem as novas tecnologias como “o meio possível da livre expressão” ao afirmar que o “meio digital promove a livre expressão horizontal do público”.

([www.elisamaximo.com/arquivo/2005/09/acao\\_na\\_blogosf.html](http://www.elisamaximo.com/arquivo/2005/09/acao_na_blogosf.html)).

Estabelecemos a distinção entre o jornalismo on-line e o alternativo. O primeiro não se define por uma linha editorial específica, mas pelo fato de ser distribuído pelo veículo Internet. Já o segundo, muito embora também presente na Internet, define-se a partir de uma agenda editorial estruturada em torno das organizações cujos discursos se caracterizam pela possibilidade de alinhar-se ao esforço da pauta contra-hegemônica. São geralmente produzidos com o apoio das iniciativas ligadas ao terceiro setor.

Destes primeiros passos exploratórios, emergiram ainda alguns marcos históricos em defesa da livre expressão dos jornalistas, dentre eles, o Dia Internacional da Liberdade de

Imprensa, instituído em maio de 2000 pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. No Brasil, além dos Encontros Regionais sobre a liberdade de imprensa, neste ano de 2006 em sua 6ª edição, estes dias são marcados ainda por ações e referendos.

Importante também registrar o lançamento do título “Fazendo Campanha pela livre expressão: um manual para os defensores da causa”, da Freedom of Expression Exchange, organismo internacional voltado para o aperfeiçoamento do trabalho jornalístico.

De forma complementar, procuramos concluir esses passos exploratórios iniciais fazendo referência a outras falas divulgadas fora da mídia Internet. O objetivo é o de dimensionar a circulação do discurso sobre o tema da livre expressão do jornalista, também fora do espaço on-line. Com esse intento, registramos a experiência do programa radiofônico “Liberdade de Expressão”, transmitido pela rádio CNB, com a participação do escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, Carlos Heitor Cony, do jornalista e editor do Segundo Caderno do jornal O Globo, Artur Xexéu, e do gerente regional de jornalismo da rádio CBN, Heródoto Barbeiro. Todos os dias, às oito horas e quarenta e cinco minutos, o “Liberdade de Expressão” vai ao ar com a ambição de demonstrar como é a livre expressão de jornalistas, em ato. “Nunca se sabe onde a discussão vai parar. Somos livres atiradores e cada um fala o que julga mais importante sobre o assunto. O tempo de duração do programa ninguém sabe. Não tem script, não tem roteiro, nem qualquer orientação” (BARBEIRO, 2003, p. 5). Esta experiência transmutou-se para o veículo impresso e chega às bancas e livrarias, através do formato livro, fazendo a seguinte distinção:

Liberdade de expressão não se confunde com liberdade de imprensa. (Aquela) vai mais além. É um direito fundamental humano, uma vez que atende ao princípio do direito de informar e ser informado. Garante que todos podem expressar livremente suas idéias, seus sonhos, sem qualquer limitação. A liberdade de expressão é um ideal a ser perseguido não apenas por jornalistas, mas por qualquer pessoa que queira divulgar um manifesto, uma reflexão, fazer uma denúncia ou dizer porque está ou não contente com os governantes. Nos meios de comunicação, é a amplificação tecnológica da tradição de colocar uma caixa de sabão em um parque público e gritar a plenos pulmões o que lhe vem na alma (BARBEIRO, 2003, orelha).

Assim, para além da condição de objeto mantido sob a vigilância intermitente da categoria; da posição estratégica de divulgação e sustentação de um conceito de caráter

mercadológico, adotado por determinados veículos; de instrumento de medição de níveis de democracia das nações, através da produção de sua imprensa; e, finalmente, da relação estreita com os espaços considerados alternativos, como a cibercultura e o terceiro setor, buscamos os significados de “livre expressão” enquanto a ação precípua para o cumprimento do caráter público da profissão de jornalista.

Dentro dos limites demarcados para esta investigação, procuramos nos aproximar dos temas e das significações que os professores de jornalismo, mais especificamente aqueles que atuam na região nordeste, fazem de livre expressão. Estamos, neste processo de aproximação, considerando os pressupostos sugeridos por Bakhtin (2002). De acordo com o autor, o processo de investigação da significação dos elementos da língua deve ser orientado tanto para o estágio superior, o lugar em que se posicionam os temas sobre o objeto em análise, como para o estágio inferior, correspondente à investigação no âmbito do dicionário.

Consideramos as idéias de Bakhtin particularmente importantes para a decisão de analisar a forma como a comunidade acadêmica que atua no setor de formação de jornalistas conceitua a livre expressão dos jornalistas. Segundo o autor, a diversidade de significados dos termos e das palavras, nas diversas esferas da atividade humana, diz respeito à condição ideológica assumida pelos signos quando manuseados em “domínios de criatividade específicos”, uma vez que “o signo é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela” (*ibidem*, p.37).

Finalmente, concluímos este processo exploratório com a pesquisa aos dicionários da língua portuguesa e aos dicionários específicos de comunicação. Esses procedimentos foram inspirados na trajetória desenvolvida por Reigota (1995), por ocasião do estudo intitulado “Meio ambiente e representação social”. O autor, ao empenhar-se no estudo do “meio ambiente”, um termo bastante utilizado junto à comunidade que desenvolve atividade nesta esfera humana do conhecimento, constatou a inexistência de um conceito científico para a expressão.

Durante a investigação, Reigota localizou conceitos correlatos, mas não uma definição mais precisa para “meio ambiente”. Segundo o autor:

São considerados conceitos científicos: nicho ecológico, habitat, fotossíntese, ecossistema, etc, já que são definidos, compreendidos e ensinados da mesma forma pela comunidade científica internacional, caracterizando o consenso em relação a um determinado conhecimento (REIGOTA, 1995, p. 11).

Ainda segundo Reigota,

Para encerrar essa série de definições, que pode ser exaustiva, vejamos como o termo meio ambiente é definido no Aurélio – dicionário de língua portuguesa. Nele não encontramos a definição de meio ambiente (*ibidem*, p.13)

Apenas a título de registro, informamos que a edição de 1999 do referido dicionário traz o verbete “meio ambiente” com a seguinte definição: “o conjunto de condições naturais e de influências que atuam sobre os organismos vivos e os seres humanos”.

Inspirados pela trajetória de Reigota, procuramos a definição de livre expressão no Aurélio, o mesmo instrumento enciclopédico por este autor utilizado. Deparamo-nos com a definição de “livre”, onde se pode ler: [do latim líber] Adj 1. Que pode dispor de sua pessoa; que não está sujeito a algum senhor (por oposição a servil, escravo): trabalhadores livres. Deparamo-nos também com a definição de “expressão”: [ do latim *expressione*] 3. Enunciação do pensamento por meio de gestos ou palavras escritas ou faladas. Porém, para o termo “livre expressão”, não encontramos nenhuma definição. Registre-se, a exemplo de Reigota, que, para outros termos assemelhados à construção imposta do termo livre expressão foram localizados os seus respectivos conceitos. São esses termos: “livre-arbítrio”, “livre-pensador”, “livre-docente”, dentre outros que se fundam pela junção do adjetivo livre como forma de qualificação de um determinado substantivo.

Ao investigar o termo “liberdade”, deparamo-nos com 11 verbetes disponibilizados pelo Aurélio. Dentre eles, selecionamos aqueles que consideramos mais apropriados para a forma como estamos a discutir o tema, qual seja, a forma de sua materialização através da livre expressão. Encontramos: [Do lat. *Libertate*]. 2. Poder de agir, no seio de uma sociedade organizada, segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas: liberdade civil; liberdade de imprensa. Quanto ao termo “liberdades”, que se apresenta com verbetes próprios, apesar de ser anunciado como [Pl. de liberdade].S.F.pl., coletamos: 1. Imunidades, franquias, direitos. Em seguida, o Aurélio registra algumas definições referentes aos seguintes direitos: liberdade de imprensa – direito concedido a todos

de publicar alguma coisa sem necessidade de autorização ou censura prévia, sob as penas da lei no caso de abuso; liberdade de pensamento - direito do indivíduo de externar as suas opiniões ou crenças; liberdade de linguagem – 1. violação das normas gramaticais; 2. linguagem grosseira; liberdade sob palavra – (Jur.) – concessão feita a um prisioneiro, mediante compromisso de não se evadir, e que lhe autoriza a locomoção fora do estabelecimento.

Deste modo, considerando a ausência de uma definição mais precisa para uma ação garantida institucionalmente como um direito, uma imunidade a todos os que se expressarem livremente; considerando ainda a posição central desta ação para a legitimidade de uma profissão cuja missão revela-se pelo compromisso em divulgar os fatos de interesse público, decidimos pela investigação dos significados de livre expressão junto a pesquisadores e professores formadores de profissionais de jornalismo, por entender que, sendo estes agentes os representantes do chamado grupo de decisão que compõe o campo social focalizado nesta pesquisa, poderíamos, junto a eles, aproximarmo-nos de um possível conceito de livre expressão no que diz respeito a um saber disciplinar ou curricular da formação de jornalistas. A compreensão acerca dos grupos de decisão é retirada dos pressupostos de Barthes (2003), que considera a imprensa um “sistema de significação autônoma” (p.32). Segundo o autor, nesses “sistemas semiológicos, a língua é elaborada, não pela ‘massa falante’, mas por um grupo de decisão” (p.33).

A título de registro, informamos que a busca pelo conceito de livre expressão é objeto de investigação em outra área do conhecimento. Trata-se da pesquisa “O ensino da arte do Brasil de 1922 a 1948: o despertar para a modernidade”, em desenvolvimento no Departamento de Artes Plásticas da Universidade de São Paulo – USP -, sob a coordenação da professora Anna Mae Tavares Bastos Barbosa. A autora elegeu, como objetivo de sua curiosidade intelectual, a verificação da organização do conceito de livre expressão que dominou o modernismo no ensino de artes nas universidades brasileiras.

A investigação de significados distintos para um mesmo termo é amparada pela condição de “signo ideológico”, conforme o caracteriza Bakhtin (2002) em seus estudos acerca dos fenômenos da linguagem. Segundo o autor, essa mobilidade das palavras e termos da língua é atribuída à capacidade de apreciação e valoração conotativa, que os coloca como significados distintos, de acordo com as diferentes esferas da realidade em que se apresentam.



Para Bakhtin, “é à apreciação que se deve o papel criativo nas mudanças de significação. A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (p. 135).

Deste modo, buscamos os significados de livre expressão junto aos professores de jornalismo, baseados na existência de um contexto apreciativo distinto que caracteriza este campo social. Fomos levados pela compreensão de que,

A palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular de criação ideológica. Cada domínio possui o seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhes são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios (BAKHTIN, 2002, p.36).

Com o objetivo de compreender os modos de significação da livre expressão no domínio de jornalismo, acreditamos que se faz necessário o conhecimento do trajeto histórico da institucionalização da liberdade de expressão. Neste sentido, procuramos mostrar que, apesar da institucionalização da liberdade de expressão enquanto um direito para todos, a sua realidade, ou seja, a livre expressão, é testemunho vivo das próprias condições das desigualdades que caracterizam a organização social em curso. Em termos de expressão através dos meios de comunicação, então, o que se revela é a livre expressão emitida por poucos para a recepção de muitos. Nesses termos, apresentaremos as abordagens que discutem os modos de diminuição dessa desigualdade, através de iniciativas que se esforçam para a promoção da contra-hegemonia aos discursos difundidos pelos meios de comunicação de massa, um esforço em que os jornalistas têm papel fundamental.

Ninguém está isento de si mesmo e só podemos ver o  
outro através dos nossos olhos e dentro de nossa  
perspectiva. Vemos o mundo com nossa perspectiva. Isto  
é irremediável.

Gaiarsa

## Capítulo 2

### **Os desafios de uma profissão em crise.**

#### 2.1 – O descrédito da formação em jornalismo.

A história da formação superior em Comunicação Social, no Brasil, remonta ao Primeiro Congresso Brasileiro dos Jornalistas, em 1918, quando a categoria observou a necessidade de uma formação profissional de qualidade, obtida através do ensino superior. Outros marcos históricos dessa luta para dotar o jornalista de uma formação de qualidade técnica e ética foram a primeira regulamentação da profissão, em 1938, e a criação do primeiro curso de jornalismo do Brasil, na Faculdade Cásper Líbero, em 1947. Em 17 de outubro de 1969, o Decreto-lei nº. 972 passa a exigir o diploma superior de jornalismo para a obtenção do registro profissional, criando assim a obrigatoriedade do curso.

Dez anos depois, um rebuliço na categoria. O Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, institui a obrigatoriedade do registro de todos os profissionais do jornalismo nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho. Este registro somente poderia ser obtido mediante a apresentação do “diploma de curso de nível superior de jornalismo ou Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino superior reconhecido na forma da lei” (art. 4º, parágrafo III). Este decreto não previu o impasse criado para os profissionais com atuação já consolidada no mercado de trabalho, mas sem diploma.

A solução encontrada foi a de registrar, de forma definitiva, todos os profissionais que estavam no exercício regular da profissão desde 1977, o que foi feito através do Decreto 91.902/85, de novembro de 1985. A partir daquele ano, então, somente poderiam ter acesso ao exercício da profissão, sem diplomação, os indivíduos que atuassem em regiões onde não houvesse nem cursos superiores de jornalismo, nem jornalistas sindicalizados em situação de desemprego. Nesses casos, o acesso à profissão seria oportunizado pelo registro provisionado, com validade de três anos, obtido após a comprovação de conclusão do segundo grau e residência fixa no local de trabalho.

Em 1994, por deliberação do XXVI Congresso Nacional dos Jornalistas, foi aprovada a extinção do registro especial de jornalista provisionado, deliberação que foi assegurada posteriormente pela Portaria do Ministério do Trabalho nº 548, de 14 de junho de 1995. Na

atualidade, qualquer registro profissional de jornalista precisa necessariamente do diploma e da aprovação por parte da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ – e/ou sindicado de base que represente a Federação. No Rio Grande do Norte, a entidade que representa a categoria é o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Norte – SINDJORN.

Reconhecemos que essa breve descrição do percurso de legitimação da profissão de jornalistas no Brasil nenhuma novidade traz aos iniciados na história da profissão. É tão somente um resumo localizado, a face nacional do desenvolvimento de saberes que se tornaram práticas, e de práticas que foram teorizadas, um movimento dialógico e dialético de autonomização de um campo social regulado por específicos capitais cultural, econômico e simbólico. Uma outra completa falta de novidade, neste resumo, é a indissociabilidade entre a função imprescindível do ensino no desenvolvimento das profissões. Essa assertiva está disposta para o mundo inteiro através da internet. Na enciclopédia eletrônica Wikipédia, encontramos a afirmação de que o ensino, enquanto atividade do professor, “é uma das profissões mais antigas e mais importantes, tendo em vista que as demais, em sua maioria, dependem dela”.

Apesar desse consenso sobre a relação entre ensino e profissão, mais precisamente em abril de 2001, esta trajetória de consolidação do jornalismo profissionalizado foi contestada publicamente através da ação movida pelo Ministério Público contra a obrigatoriedade do diploma de jornalista, acatada em primeira instância pela 16ª Vara Cível da Justiça Federal, da cidade de São Paulo. A ação não obteve maiores conseqüências. De acordo com especialistas em direito civil, havia precariedade na decisão que, acatada, não foi colocada em vigor. Não obstante, os agentes do campo social do jornalismo, independentemente de seu setor de atuação, não podem minimizar este fato. Sobretudo se considerarmos que, na origem da proposta, está o Ministério Público, o legítimo defensor da cidadania.

Quando um sistema começa a ruir, tudo tende a ser questionado. A polêmica brasileira em torno da extinção do diploma para o exercício do jornalismo é tão-somente a versão nacional de uma crise mais ampla que atinge a profissão na contemporaneidade. De acordo com Gardner, Csikszentmihalye e Damon (2004), esta crise tampouco é circunscrita às esferas empresarial e econômica. Sendo da ordem do sistema, conforme pesquisa desses autores, publicada sob o título “Trabalho Qualificado – quando a excelência e a ética se encontram”,

ela tende a se estender em outras direções, inclusive a institucional. Após analisar a crise mundial do jornalismo, os autores apontam a necessidade da atitude ética enquanto fator que legitima e justifica a utilidade social desta profissão.

Se uma profissão (o jornalismo) não consegue convencer os outros de que suas práticas e valores são úteis, e de que seus membros merecem confiança, ela não receberá grande apoio social [...] O domínio, abrangendo padrões de procedimento e os padrões éticos da profissão, deve ser suficientemente digno de crédito para que a comunidade pague pelos serviços de seus praticantes e os respeite (p. 39).

No Brasil, o argumento utilizado pelo Ministério Público para justificar a proposta contra a obrigatoriedade do diploma de jornalista ampara-se na compreensão de que a sua exigência cerceia a liberdade de expressão na mídia dos indivíduos que não têm essa formação. No entanto, a exigência do diploma de jornalista nunca foi obstáculo para que outras pessoas pudessem expor seus conhecimentos e opiniões sobre os assuntos de sua especialidade nos meios de comunicação. Exemplo flagrante são os artigos publicados diariamente na imprensa, assinados por advogados, médicos, economistas, psicólogos, sociólogos e historiadores.

Mas, assim como esses especialistas, os jornalistas têm os seus saberes específicos. E é a formação acadêmica que garante a preservação e a regeneração de um conhecimento socialmente construído e acumulado neste campo. Um conhecimento que especifica o tipo de coleta, seleção, sistematização e difusão de fatos de legítimo interesse público. Nele, estão dispostos também os preceitos éticos e morais definidos e atualizados pelos seus agentes, em interação no desenvolvimento da profissão. Portanto, se de um lado a prática jornalística da atualidade por ventura não se mostra condizente com as expectativas de sua missão social, por outro, as razões de tal desarmonia não podem ser percebidas de forma parcelar, com a atribuição de todos os seus males ao processo de formação formal de jornalistas. Essa posição desconsidera o fato de que o jornalismo está implicado numa multiplicidade de fatores que vão da política à economia, da ética à estética, da técnica à tecnologia, não cabendo a culpa, digamos assim, a um único “vilão”.

Ao assumir uma compreensão sistêmica da problemática, devemos olhar para todos os lados. Por exemplo, a ação do Ministério Público estaria amparada pela sociedade? Achamos

que esta é uma questão relevante. Na busca à sua resposta, localizamos uma votação realizada pelo site do “Observatório da Imprensa”. O Observatório da Imprensa, o mais prestigiado fórum de debates do jornalismo pelos jornalistas da América Latina, contabilizou 5.687 manifestações sobre o tema. A votação, aberta ao público em geral, aconteceu através de urna eletrônica disponível no site. O resultado foi divulgado em 21 de novembro de 2001. A pergunta: você é a favor da obrigatoriedade do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão? Respostas possíveis: sim ou não. O total apurado e os percentuais de cada item estão reproduzidos no quadro nº 02.

**Quadro nº 02 – Resultado da votação realizada pelo Observatório da Imprensa.  
Pergunta: Você é a favor da obrigatoriedade do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão?**

<b>Respostas</b>	<b>Votos</b>	<b>Porcentagem</b>
Sim	1.668	29,3%
Não	4.019	70,7%
Total	5.687	100,0%

Fonte: [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)

Embora desprovidos de análise científica, os resultados, no entanto, apontam para no mínimo um desconforto social em relação ao jornalismo. Observemos que mais de setenta por cento dos votantes disseram que não são a favor da obrigatoriedade do diploma para o exercício dessa profissão. Há, portanto, o que olhar frente à disposição do Ministério Público ao acatar a proposta de extinção do diploma de jornalistas. Há finalmente que se olhar também para o fato de ser o ensino a parte considerada desnecessária nessa formação.

O ensino do jornalismo é debatido há mais de dez anos por representações de jornalistas, que propuseram as “Bases de um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo”. À frente dessa discussão estão as seguintes instituições: Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação (ENECOS), Federação Nacional dos Jornalistas. (FENAJ) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). No texto de apresentação dessas “Bases”, essas entidades declaram solenemente:

Nós, jornalistas, entendemos que o cumprimento da função social do jornalismo – disponibilizar para a sociedade informação ética, de qualidade e democrática, que atenda ao interesse público – também depende de uma formação profissional qualificada.  
([www.sindjorms.com.br/qualidade\\_formacao\\_jornalismo.htm](http://www.sindjorms.com.br/qualidade_formacao_jornalismo.htm))

O documento organiza-se em torno de vários argumentos para justificar a necessidade da formação superior em jornalismo. Entre eles está o fato de que o jornalista, ao adotar um criativo procedimento de seleção, hierarquização e apresentação dos fatos sociais, pode gerar percepções e interpretações aprofundadas e inovadoras da realidade, capazes de qualificar o senso comum, enriquecendo o universo cultural dos indivíduos. E que, finalmente, diante da importância específica e relativa do jornalismo, os signatários desse documento declaram acreditar que, somente a formação através de um curso superior específico pode tornar consistente a abordagem da multiplicidade de aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos envolvidos na formação dos jornalistas.

A formação dos jornalistas deve ser concebida a partir da percepção do seu papel singular de produtor de conhecimento e de cultura, através de uma atividade profissional especializada na formulação, seleção, estruturação e disponibilização de informações que são usadas pelos indivíduos para perceberem e situarem-se diante da realidade. (*ibidem*)

De acordo ainda com o documento, a formação em jornalismo deverá considerar, dentre outros, os seguintes aspectos: a) o interesse público na geração do conhecimento válido sobre os fenômenos que envolvem o exercício do jornalismo e da especificidade que o distingue do conjunto da área das comunicações; b) a necessidade de pesquisa e experimentação de teorias e técnicas relacionadas com as linguagens e práticas ao exercício do jornalismo; c) a capacitação para a interpretação e aplicação do Código de Ética dos Jornalistas, frente a situações concretas vividas pelos jornalistas nas suas atividades profissionais.

Apesar dessa discussão vir acontecendo há mais de dez anos, somente em 2002, um ano após a ação do Ministério Público, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo veio a se inserir no debate. Uma leitura apressada pode concluir que apenas quando o setor do ensino de jornalistas foi questionado é que este organismo resolveu se mexer. E, mesmo assim, apresentando-se como “nós, jornalistas”, sem qualquer alusão a “nós, professores”, conforme declaração solene citada. Essa assunção pública é bastante indicativa do conhecimento cotidiano que se insinua pela academia: os professores de jornalismo se afirmam mais como

jornalistas do que como professores. Mas, esta é outra discussão a qual não nos aprofundaremos neste trabalho. O registro fez-se relevante em função de nossos propósitos em discutir a liberdade de expressão dos jornalistas, mas à luz dos significados que dela fazem os professores de jornalismo.

A preocupação com a formação do jornalista não se faz à toa, nem tampouco deve ser interpretada como um movimento ao calor dos acontecimentos, que na atualidade questionam a legitimidade social dessa profissão. De acordo com Gardner, Csikszentmihalye e Damon (2004), que tratam da atuação qualificada de jornalistas, em nível mundial, a crise desta profissão envolve uma multiplicidade de fatores. Segundo estes pesquisadores, a crise reflete-se inclusive na concepção contemporânea de interesse público.

Os jornalistas nos dizem que estão trabalhando numa época em que a sua profissão está mergulhada em confusão e dúvida [...] Os jornalistas talvez sintam a necessidade de investigar histórias complexas, mas o público, em vez disso, está pedindo fofocas e escândalos (*ibidem*, p.22).

Neste ponto, enfatizamos alguns autores do direito, e também da comunicação, que se debruçaram na noção de interesse público. Adiantamos esta discussão porque acreditamos ser este um conceito fundamental para o entendimento do papel social do jornalista frente à sua missão social. Ademais, não devemos confundir o interesse generalizado pela frivolidade destacado pelos autores com o interesse social pela qualificação da esfera pública, papel do jornalismo.

Segundo Perelman (1996, p.235), considerado um dos maiores filósofos do direito, “a noção de interesse geral é vaga, confusa, e sua aplicação a situações concretas varia no tempo e no espaço e até, numa sociedade concreta, segundo a ideologia dominante”. Para Lempereur, em apresentação ao título “Ética e Direito”, de Perelman, a originalidade deste autor “se deve, em grande parte, à vontade incessante de reabilitar a vida do direito” (1996, p. XVIII), proposição que vai ao encontro de nossa intenção de estudar os significados de livre expressão enquanto a vida do direito à liberdade de expressão.

Neste sentido, procuramos demarcar a nossa percepção de interesse público a partir da concepção do jornalismo como um serviço público, e apoiamo-nos neste conceito conforme ele se inscreve na história da comunicação. Localizamos o conceito de serviço público nos



estudos da comunicação de meados do século XVIII. Neste período, a percepção dos fenômenos dessa área do conhecimento ainda estava circunscrita à estruturação física. Em outros termos, era quando os significados atribuídos aos fenômenos da comunicação estavam restritos às oportunidades possibilitadas pela estrada de ferro, correios e telégrafos. Mesmo assim, compreendemos esta concepção como um fundamento atual, apesar do cenário das mudanças radicais e tecnológicas que ocorreram no setor.

A definição de serviço público de que tratamos foi concebida por C. De Paepe (1841-1890), relator da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores dos Setores da Comunicação. Para este autor, o conceito de serviço público está no reconhecimento do caráter de utilidade geral de uma atividade que

Não existiria se dependesse da iniciativa privada porque seria desviada de seu verdadeiro destino ou porque constitui um monopólio que seria perigoso abandonar nas mãos de particulares [...] O serviço público deve ser duplamente público: 1) porque é executado pelo concurso direto ou indireto de todos; 2) porque tem como objetivo direto ou indireto a utilidade de todos. Portanto, o verdadeiro serviço público é público por seu sujeito e, ao mesmo tempo, por seu objeto (DE PAEPE apud MATTERLART, 2001, p. 53).

A opção por este conceito faz sentido em razão da nossa necessidade de discutir os produtos jornalísticos distintos dos demais discursos midiáticos porque deles se diferenciam no trato com as questões de ordem pública. Além do mais, acreditamos que uma crise institucional como a que expõe o jornalismo, requer um retorno reflexivo aos pilares conceituais que sustentam esta profissão. Esta tarefa logo revelou a juventude da reflexão no campo social do jornalismo, que se iniciou há pouco mais de dois séculos, na Alemanha. Um exemplo dessa adolescência: até recentemente, em termos históricos, havia dissenso conceitual até mesmo entre os significados de jornal, o produto, e os de jornalismo, o sistema.

## 2.2 – Dispersões semânticas no jornalismo.

A reflexão acadêmica sobre o jornalismo teve início na Alemanha, em 1806, quando a Universidade de Breslau ofereceu o primeiro curso sobre a “ciência da imprensa”. Essa nova área de pesquisa e de ensino, no entanto, só seria estruturada de forma sistemática entre o final do século XIX e o início do século XX, através de iniciativas que se estenderam para as universidades de outros países. A Universidade de Besle, na Suíça, manteve um programa de

conferências sobre “ciências da imprensa”, de 1884 a 1890. Na França, a Escola Superior de Jornalismo foi criada, em Paris, em 1899. Nos Estados Unidos, muito embora o Washington College, na Virgínia, já estimulasse um programa de formação de jornalistas desde 1869, as pesquisas sistemáticas sobre jornalismo só se intensificaram na década de 1930.

De acordo com Melo (1994), esse período de mais de um século de olhares ditos científicos sobre os fenômenos jornalísticos não foram suficientes para permitir um consenso conceitual que estabeleça sequer a distinção entre jornal e jornalismo. Segundo o autor, apesar do avanço inquestionável, o conhecimento científico a respeito da informação de atualidades nos meios de difusão ainda não logrou rigor conceitual, nem exatidão analítica. Para o autor, a justificativa a esta situação está no próprio imbricamento entre a profissão e a dinâmica social.

O progresso da pesquisa mantém-se descompassado em relação às mutações vertiginosas do próprio campo. Muitas vezes quando as investigações ou institutos de investigação apreendem certos fenômenos, interpretam-nos e concebem princípios que explicam sua configuração estrutural ou funcional, a realidade já os ultrapassou e mudou a sua fisionomia (MELO, 1994, p, 08)

De acordo com o autor, essa dessimetria/defasagem não está apenas na circunstância de que os fenômenos do jornalismo são sociais e, portanto, dinâmicos. A justificativa estaria ainda na essência própria do jornalismo, que se nutre do efêmero, do provisório, do circunstancial, e, por isso, exige do cientista maior argúcia na observação e melhor instrumentalização metodológica, para que não caia nas armadilhas do transitório.

Algumas iniciativas para demarcar o jornalismo como campo de conhecimento científico merecem destaque. O pesquisador polonês Mieczyslaw Kafel (1961), em seu esboço de uma teoria do jornalismo, já havia chamado a atenção para a natureza mutável, melhor dizendo, não definitiva, dos conceitos, categorias e esquemas empregados no estudo científico do jornalismo. Kafel foi uma das mais expressivas personalidades da ciência jornalística na Polônia, tendo dirigido, durante vários anos, a Faculdade de Jornalismo da Universidade de Varsóvia e o Instituto de Pesquisas Jornalísticas da Polônia. É dele a primeira caracterização do jornalismo como um “ramo independente de conhecimentos, desprendido das ciências sociais” (KAFEL apud MELO, 1994, p.8).

Outra grande contribuição de Kafel foi o inventário de terminologias que procuraram ancorar a análise acadêmica do jornalismo aos fenômenos peculiares da imprensa, em países

como a Alemanha, França, Inglaterra e Rússia. Segundo Melo, nesta relação direta com a imprensa encontra-se a base da dispersão semântica entre os conceitos de jornal e jornalismo, sendo o primeiro considerado numa relação direta com os produtos jornalísticos impressos, e, o segundo, ainda não totalmente percebido como uma organização bem mais ampla, implicada à diversidade dos fatores que compõem a realidade social.

A relação intrínseca entre jornalismo e imprensa explica-se pela compreensão herdada das determinações históricas dos séculos XVII, XVIII e XIX, visto que, àquela época, a materialização dos jornais passava obrigatoriamente pelo meio impresso. Para Melo (1994, p.10) “não é estranho, portanto, que a bibliografia brasileira de jornalismo, como também a latino-americana, conheça trabalhos significativos, embora o conceito de jornalismo se confunda com o conceito de jornal”. Ainda segundo Melo, foi inclusive em razão dessas determinações que a primeira tese universitária sobre jornalismo, em 1907, na Universidade de Münster, ficou circunscrita à força política e social da imprensa, e a mais significativa contribuição para o estabelecimento dos contornos de uma ciência do jornalismo, realizada por Otto Groth (1883-1965), permaneceu circunscrita ao universo do jornal e da revista, quando o rádio, o cinema e a televisão já haviam rompido o monopólio da imprensa na reprodução e circulação das informações da atualidade.

A introdução do conceito de jornalismo, em distinção ao conceito de jornal, nas universidades brasileiras, deu-se através da obra de Kelly (1966), intitulada “As dimensões do jornalismo”. O título indica uma compreensão mais abrangente do jornalismo, incluindo os processos noticiosos que se verificam nos veículos audiovisuais.

O jornalismo comporta as antigas e novas modalidades do jornalismo falado, mediante emissões radiofônicas e de tevê: o jornalismo cinematográfico, pela projeção da imagem, tomada ao acontecimento; o jornalismo pessoal e de grupo, nas variações das relações públicas; o jornalismo comercial, segundo a técnica publicitária. (KELLY, 1966, p.11).

Observemos, nesta proposição, que há pouco mais de quatro décadas identificava-se de um lado a compreensão incontestável de que o jornalismo se articula com os mais diversos veículos que tornam públicos os seus produtos expressivos, e, de outro, a formação de outra dispersão conceitual, desta feita entre o jornalismo, as relações públicas e a publicidade e propaganda, as duas últimas de caráter eminentemente persuasivo, com objetivos focados nos interesses empresariais.

Enquanto a propaganda e as relações públicas processam mensagens que pretendem persuadir e levar os cidadãos à ação, adentrando muitas vezes o espaço do imaginário e apelando para o inconsciente, o jornalismo atém-se ao real, exercendo um papel da orientação racional (MELO, 1994, p. 13).

Acreditamos que estes exemplos sejam suficientes para expor a juventude reflexiva do campo social do jornalismo, bem como a conseqüente necessidade de se empreender esforços no sentido da articulação de conceitos que lhe possam estruturar a identidade de forma mais consolidada. Conforme compreendemos, este movimento passa necessariamente pelo consenso e pela hierarquização dos elementos simbólicos que dão liga teórica e prática aos seus agentes. Assumimos a livre expressão como um desses elementos simbólicos. A liberdade de expressão funda a profissão do jornalista e é de interesse social que este profissional possa se expressar livre de qualquer coesão. Esta é a condição que viabiliza o projeto social que referencia a atuação produtiva deste profissional, prioritariamente comprometido com o interesse público.

Mas, perguntamos, como poderá o jornalista expressar-se livremente, se ele faz parte de uma cadeia produtiva que, na atualidade, assume explicitamente a configuração capitalista que caracteriza qualquer empreendimento econômico, de gestão empresarial, e, por isso, implicado com a lucratividade? E mais, no caso do Brasil, comprometido também com a manutenção do poder, uma vez que os meios de comunicação estão hegemonicamente sob os auspícios dos políticos? Diante dessas interrogações e de nossos propósitos de analisar os significados de livre expressão no contexto do jornalismo, buscamos o apoio teórico em argumentações que admitam a possibilidade da inscrição da individualidade e da subjetividade dos jornalistas nos produtos noticiosos, sendo estas possibilidades uma das margens de manobras possíveis frente às configurações empresariais e políticas que caracterizam o sistema jornalístico contemporâneo.

### 2.3 – A singularidade no jornalismo.

O estado da reflexão sobre a atividade jornalística, na atualidade, já discute a inserção da singularidade nos produtos noticiosos. Dentre as proposições teóricas que admitem tal possibilidade, localizamos os estudos de Sousa (2002), que trata das teorias do jornalismo e da notícia. Este autor é motivado pela tentativa de compreender o porquê de as notícias serem o que elas são, e, nesse sentido, uma de suas primeiras conclusões é a de que,

As notícias são artefatos lingüísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos, e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio social (ou seja, num determinado contexto), embora a atribuição última (destes artefatos) dependa do consumidor (SOUSA, 2002, p. 13).

Podemos perceber nessa formulação uma visão construcionista que defende os produtos da expressão dos jornalistas como resultantes de um processo de interações pessoais e sociais. “Nessa perspectiva não determinista, os jornalistas são vistos como agentes possuidores de um certo grau de autonomia na ação” (*ibidem*, p.201). Ainda de acordo com o autor, “as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções, da capacidade pessoal dos seus autores e atores” (*ibidem*, p.16). Sendo assim, concluímos que a interação pessoal tratada pelo autor configura-se como um fator de influência no conteúdo e no formato dos produtos expressivos dos jornalistas, o que a torna imprescindível para a compreensão da livre expressão como uma ação que atualiza o sistema institucional da liberdade de expressão.

Os estudos que promovem essa discussão no âmbito do jornalismo estão ancorados na metáfora do “portão”, sendo conhecida como a teoria do *gatekeeping*, inaugurada por White, em 1950, citado por Souza (2002, p.39). White observou que os jornalistas atuam como os porteiros de controle das informações, decidindo sobre aquelas que passam na forma de notícias e aquelas que ficam retidas. Ao referir-se aos estudos da teoria do *gatekeeping*, Souza conclui que “a seleção das notícias é um processo altamente subjetivo, fortemente influenciado pelas experiências, valores e expectativas do *gatekeeper* mais do que por constrangimentos organizacionais” (*ibidem*, p.39). Segundo este autor, essa discussão diz respeito à margem de manobra dos jornalistas em seu papel de atuar de acordo com o interesse público, daí a sua decisão de analisar o trabalho dos jornalistas sob a vertente da sua liberdade e dos seus limites.

Um dos debates que atualmente mais vem agitando o mundo da comunicação social e os meios acadêmicos consiste em saber até que ponto é o mercado ou são os jornalistas a ditar as leis e os critérios na produção e difusão da informação jornalística. Ou seja, pretende-se saber se os jornalistas possuem sempre uma esfera de liberdade de decisão que passa pela consciência individual, ou talvez, mais precisamente, saber se os jornalistas são, até certo ponto, autônomos, e se o são, até que ponto o são verdadeiramente (SOUSA, 2002, p. 111).

Como podemos perceber, a crise institucional que se abate sobre o jornalismo não se restringe à desconfiança do público consumidor de seus produtos expressivos. Ela se espalha também pelo interior do campo e se revela para além da dispersão conceitual. A crise avança para a necessidade de uma discussão ética, aportando na necessidade da autonomia de seus agentes.

Nesse sentido, as indagações de Gardner, Csikszentmihalye e Damon (2004) procuram contribuir numa perspectiva de compreender os significados do trabalho qualificado em jornalismo, conforme o atribuem os próprios jornalistas.

O nosso foco primário neste estudo do trabalho qualificado é o que acontece “dentro da cabeça” dos profissionais engajados. Estamos interessados não apenas em como as pessoas compreendem a sua situação, mas também nos planos e nas ações que elas acabam adotando e por quê (*ibidem*, p.29).

Dentre os conceitos tratados pelos autores, estão os de “missão” e “padrão”. Foram investigadas as vicissitudes da profissão de jornalista, através de relatos acerca de fatores como objetivos e valores percebidos, oportunidades aproveitadas, obstáculos encontrados, dilemas éticos vivenciados, numa abordagem apresentada como êmica - “isto é, da forma pela qual (esses fatores) são descritos e experienciados por profissionais de destaque” (*ibidem*, p.49). Uma das principais conclusões dos autores diz respeito à necessidade de um consenso acerca da missão profissional por eles abraçada.

Cada esfera do trabalho tem uma missão central, que reflete uma necessidade societária básica e que o profissional se sente comprometido a realizar [...] Todos os profissionais devem ser capazes de verbalizar a missão essencial tradicional de seu campo. No melhor dos casos, a missão é parte do que atrai o profissional para o trabalho escolhido e permanece como o principal sustentáculo em momento de conflito” (*ibidem*, p.26)

Uma outra conclusão desses autores fala do estabelecimento da harmonia entre a excelência e a ética no trabalho. Neste sentido, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade da criação de um horizonte referencial, que pode ser construído através da listagem de um elenco de colegas de profissão, tanto do presente como do passado, considerados protagonistas de atitudes e procedimentos que se coadunem com a missão da profissão.

Informamos que esses autores assumem a seguinte missão do jornalista: “contar a verdade, na medida em que descobrir e transmitir a verdade significa colocar os acontecimentos em perspectiva – isto é, mostrá-la no contexto de outros eventos que lhes dão significado” (*ibidem*, p.151). Para eles, o caminho da conscientização e da naturalização desta missão passa pelo seguinte exercício:

Os profissionais devem ser capazes de empregar, como um teste de padrões, a pergunta: Que profissionais da minha área trabalham melhor e por quê? Uma lista dos profissionais admirados, juntamente com as suas virtudes, deve revelar os padrões corporificados. (*ibidem*, p.26)

Seguindo tal orientação, procuramos na literatura do campo as referências que fizessem emergir os profissionais com as vicissitudes tornadas exemplos para a categoria. Dois textos especialmente nos ajudaram na tarefa de identificar os padrões que têm marcado a profissão de jornalistas no Brasil. Trata-se do trabalho de Senra (1997), que investe nas imagens e mitos que delineiam a identidade social do jornalista pelos jornalistas, através de um passeio pela história nacional da profissão. E do trabalho de Ribeiro (1994), que investe nas condições e contradições da profissão, numa visão mais contemporânea que lhe marca a identidade.

Para Senra, o jornalismo continua a ser uma profissão eternamente “candidata”<sup>4</sup>.

Sem os contornos originários de uma autêntica atividade profissional, a identidade profissional do jornalista padece de uma ambigüidade, por assim dizer, histórica. Esta ambigüidade, que tem presidido o auto-reconhecimento do profissional, talvez esteja igualmente na origem da necessidade recorrente de acentuar as linhas de um perfil por si mesmo pouco definido. (SENRA, 1997, p.49)

Ao justificar essa ambigüidade, a autora argumenta que a profissão de jornalista está marcada pela indefinição entre ser ou não ser várias possibilidades. Por exemplo: ser jornalista é ser um intelectual ou uma imagem de marca? Na atualidade, em que os rumos da profissão são definidos a partir da influência das novas tecnologias da informação, que operam a inserção do jornalista ao mundo dos espetáculos, a imagem de marca corresponde, no pensamento de Senra, aos “corpos ociosos” que falam em nome da instituição, que enunciam

---

<sup>4</sup> A expressão é de Anthony Smith em *Goodbye Gutenberg. The Newspaper Revolution of the 1980s*. Oxford University Press, Oxford (apud SENRA, 1997, 49).

os acontecimentos, “livres” dos afetos que habitualmente sobrecarregam as palavras. Essa concepção se estende aos profissionais do jornalismo impresso.

No mundo contemporâneo o jornalista da imprensa escrita também se vê cada vez mais solicitado a exhibir sua persona, transformando-se também numa espécie de personagem, de modo a estabelecer com o público um padrão de convivência e de trocas afetivas semelhante àquele desenvolvido pela representação ficcional. (SENRA,1997, p.17)

Para entender a trajetória que fez migrar a identidade de jornalista da missão de atender ao interesse público e o impulsionou para o âmbito do espetáculo, faz-se importante destacar as transformações ocorridas durante os anos de 1980, que deslocou o papel do jornalista, de caráter missionário<sup>5</sup>, como podemos ver através dos depoimentos dos profissionais da imprensa que vivenciaram o estilo gerencial até aquela época exercido por jornalistas de formação não empresarial.

Era um jornalismo “sem disciplina, com jeito anárquico e muita liberdade [...] não havia imposição industrial de tempo e de espaço [...] havia mais prazer em exercer a profissão”, relembra Jânio de Freitas, cronista da Folha de São Paulo, em depoimento à Senra (1997). Paulo Francis, em entrevista para o “Seminário de Jornalismo”, promovido pela própria Folha de São Paulo, dá ênfase a um jornalismo “em extinção: personalidades fortes, opinionadas, uma tradição humanista e generalizada, que hoje desapareceu”. Um tempo em que o jornalista era conhecido pela “sola dos sapatos”, um termo cunhado pela jornalista Isabel Travancas para definir um profissional em maior sintonia com a realidade das ruas.

Registre-se, em tempo, que, paradoxalmente, esse perfil de um jornalista em sintonia com a realidade das ruas teve o seu ápice no contexto político ditatorial, que expôs a imprensa à censura, e que, de certa forma, viria a chamar os profissionais do jornalismo ao enfrentamento na luta em defesa da liberdade no exercício de sua atividade. Mas, o outro lado, parte da ambigüidade que permeia a profissão, aponta o desprestígio do jornalista durante esse período, sobretudo durante os anos de 1970, desacreditado que era na sua função de informar. Em sua pesquisa, “Tal Brasil, qual romance?”, Sússekind (1981) vê nos romances-reportagens do período, a tentativa de reconstrução de uma “imagem confiável”.

---

<sup>5</sup> Relatos referentes a esse período têm atestado alguns aspectos desse fenômeno. WAINER, S. Minha razão de viver – Memórias de um repórter. Ed. Record. Rio de Janeiro, 1988. MORAIS, F. Chato, rei do Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 1999. CASTRO, R. O anjo pornográfico – A vida de Nelson Rodrigues. Companhia das Letras, São Paulo, 1992.



Nessa obra, a autora faz a associação entre o trabalho do jornalista, visto de dentro da redação, e a própria sociedade brasileira, pois aos jornalistas românticos, libertários, comprometidos com as questões políticas e sociais da época, é imposto um esforço de adequação ao modelo capitalista, quando a atividade passa a incorporar o modelo americano e o seu conceito de objetividade e técnicas de tratamento da notícia, introduzindo a figura do empresário não jornalista ao exercício gerencial da atividade. Ao comentar a nova realidade, Senra a define da seguinte forma:

À visão anterior do jornalismo como uma missão, em virtude da qual o profissional estava imbuído de um importante papel político e social, que o engajava no próprio processo de transformação da sociedade, veio substituir uma figura de atuação diferente, inserida numa cadeia de produção, contemplada com tarefas fragmentadas e em parte já desenraizadas da chamada realidade. (SENRA, 1997, p.22)

Diante desse histórico, indagamos: de que formas estão sendo configurados os padrões e a identidade dos jornalistas na atualidade? Que características marcam o perfil e a missão desses profissionais nos dias de hoje? Ribeiro (1994) conclui, em sua pesquisa “Sempre Alerta - condições e contradições do trabalho jornalístico”, que, onde existe um jornalismo de qualidade e ético, percebe-se a existência, por parte dos jornalistas, de um campo semântico demarcado pelas fronteiras da religião.

No cotidiano das redações, um dos fenômenos que mais me chamou a atenção foi o parentesco cultural entre jornalismo e religião, travestido de mil manifestações. Evidentemente, não se trata de um componente religioso *strictu sensu*. No entanto, do ponto de vista antropológico e até psicológico, a cultura nos jornais apresenta fortes trações de uma *religião secular*, embora o jornalismo se proclame adepto da dúvida racional e não da crença (RIBEIRO, 1994, p. 124, grifos do autor).

Os indícios dessa proposição se insinuam por entre depoimentos dos próprios jornalistas ou referências à profissão e a seus protagonistas, rastreados pelo autor. Alguns deles foram elencados, a seguir:

- “Júlio de Mesquita Filho, o Julinho “Deus”, que reinou à frente do jornal de 1927 a 1969. <sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Veja São Paulo, de 06.11.91.

- “A religião e o jornalismo são as duas únicas forças verdadeiras. Quando se diz que o jornalismo é um sacerdócio, diz-se bem (...) O jornalismo é um sacerdócio porque tem a influência religiosa dum sacerdote”<sup>7</sup>
- “Todos (no jornal) para ele eram sagrados, seres superiores... pois viviam naquela oficina de ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses e mortais”<sup>8</sup>
- “Se acaso algum dia eu vier a lhes faltar...”<sup>9</sup>
- A pretensão de ser a totalidade da realidade existe em todo jornal. Praticamente todo dono de jornal se julga o dono da verdade, o messias que tem uma missão a levar para a frente. Isto se deve à impressão que ele tem de possuir um poder de manobra sobre o todo. Isto tem a ver com o aspecto religioso”<sup>10</sup>
- “Eu quero um jornal para me orientar, ter uma referência para a minha vida, mesmo que eu discorde dele. Não considero isso religião, mas todo mundo tem que ter crenças na vida, valores”<sup>11</sup>

Em conclusão, Ribeiro aponta que muitos produtos simbólicos presentes no campo semântico da religião podem ser interpretados como inerentes ao campo do jornalismo: a peculiar *onisciência*, pois o jornal e seus repórteres pretendem saber tudo, o que deriva para a percepção de uma *onipresença*; da *onipotência* de selecionar o que deve chegar ao público; da *criação do mundo*, em seu significado social, realizada através de *escrituras*, num *ritual* que lhe confere *eternidade*, uma vez que a sucessão ininterrupta de edições configura um permanente retorno ao hoje.

Ao revestir-se de sua peculiar onisciência, onipresença, onipotência e eternidade ao produzir os seus rituais, o jornalismo assume funções religiosas. Esse parentesco fica mais evidente quando consideramos que, etimologicamente, à palavra religião são atribuídos três significados: *relegere*, reler, prestar atenção a algo; (...) *religare*, religar, reunir o que está disperso/distante; (...) e, *reeligare*, reeleger, escolher de novo, renovar a adesão a poderes superiores. (RIBEIRO, 1994, p.127).

Como podemos perceber, então, a formação em jornalismo é marcado pela ambigüidade conceitual, pela crise identitária, pela persistente visão missionária da profissão

<sup>7</sup> Fernando Pessoa. Obras em prosa. p.283.

<sup>8</sup> Lima Barreto. Recordações do escrivão Isaías Caminha. p.31.

<sup>9</sup> Frase atribuída a Roberto Marinho pelo folclore jornalístico.

<sup>10</sup> Rubens Matos em depoimento a Jorge Cláudio Ribeiro (1994, p. 124)

<sup>11</sup> Júlio Mesquita em depoimento a Jorge Cláudio Ribeiro (1994, p. 125).

e, finalmente, pela crise que a atividade enfrenta na atualidade. A busca de soluções para o estado atual dessa profissão, no que diz respeito às questões até agora levantadas, evidentemente passa pela socialização da crise, visto que, enquanto um campo social implicado em um sistema mais amplo, o jornalismo adquire configurações específicas em cada geografia em que se materializa, mas necessita, por outro lado, de consensos conceituais que o identifique como atividade profissional e área do conhecimento singular.

Por isso, consideramos importante dedicar algumas linhas à flexibilização curricular institucionalizada pelo Ministério da Educação e Cultura, a qual dedicamo-nos a seguir. Tal medida visa à criatividade e à diversidade como características que devem envolver as soluções para uma formação que deve estar ancorada no respeito aos fatores socioculturais, econômicos e políticos do lugar em que se dá a realidade da profissão e da formação.

#### 2.4 - Flexibilização curricular – a delegação da crise

O pensador português Antonio Nóvoa afirma que “a atualização e a produção de novas práticas de ensino surgem a partir da reflexão partilhada entre os colegas” (in Nova Escola, 2001, p. 28). Para o autor, essa reflexão tem lugar na escola e nasce do esforço de encontrar respostas para os problemas educativos. Aos cursos de jornalismo tem se imposto à resolução de diversos problemas demandados pela necessidade e expectativas oriundas do dinamismo da sociedade. Entre eles, apresentam-se os impostos pelo jornalismo *on-line*; as assessorias de imprensa como atividade jornalística direcionada para as organizações; as inovações provocadas pelas novas tecnologias, que impuseram a migração da diagramação em papel para a editoração eletrônica e, mais complexa, o resgate da credibilidade como forma de estancar a crise institucional que se configura na atividade.

Em consonância com essas necessidades, as novas Diretrizes Curriculares foram instituídas, com o objetivo de orientar e flexibilizar a estrutura dos cursos e atender a diversidade dos contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e geográficos dos lugares de promoção do ensino de jornalismo. De acordo com Brum e Ijuim (2003), em artigo intitulado “Ensino do Jornalismo... ou aprender jornalismo?”, publicado com o título “Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil – Análises e Tendências”.

Esta é uma oportunidade para serem expostas e configuradas as contribuições individuais - as vivências, as reflexões, as histórias de vida, as práticas [...] é um momento rico e produtivo para o processo de construção dos cursos – o debate está aberto, e amplia-se para auscultar anseios e necessidades do mercado profissional e da sociedade como um todo (BRUM; IJUIM, 2003, p. 30).

Nesse sentido, os autores evocam os pressupostos de Edgar Morin (2001) sobre o papel da universidade, de preservação e regeneração, para apontar um elemento fundamental a ser considerado no processo de formação de jornalistas: a noção do tipo de jornalismo a ser perseguido. Essa discussão tem sido influenciada por duas grandes correntes, no cerne das quais está a discussão da liberdade de expressão e o direito à informação.

As grandes aspirações pela liberdade de imprensa e pelo direito à informação, assim como a linha norte-americana conhecida como sociologia da informação, atribuíram ao ensino de jornalismo um tom essencialmente pragmático, centralizado na eficiência técnica, privilegiando, assim, a busca imediatista do fazer jornalístico. A corrente européia denominada sociologia do conhecimento levou os estudos da comunicação a pensá-la como meio de transformação da sociedade (BRUM; IJUIM, 2003, p. 31).

Conforme os autores, essas direções foram determinadas pelos fatores políticos e sociais que caracterizam a vida urbana, de um lado, e, de outro, pela expansão do comércio e da indústria, que transformam o cenário do mundo moderno. Nesse ambiente, os veículos de comunicação estão cada vez mais assemelhados, o que denota uma padronização na forma, na linguagem e no conteúdo. Nesse contexto, indagam os autores, como pensar em transformação social, visto que os jornalistas não devem apenas reproduzir mas, sobretudo, narrar o cotidiano buscando atribuir significados às ações humanas?

Uma questão fundamental, portanto, pode ser a reflexão em torno das alternativas teóricas, metodológicas e didáticas que possam contribuir para a formação de jornalistas que, além de capazes tecnicamente, tenham a oportunidade de ampliar sua visão de mundo e, sobretudo, desenvolverem a sensibilidade para **observar/perceber** o mundo, **refletir** o mundo – e, assim, expressar melhor o mundo, de modo que o fruto de sua atividade (expressão) seja conseqüência da observação acurada, da reflexão profunda, que atribui significados ao momento histórico em que se vive (*ibidem*, p. 32, grifos do autor).

Em consonância com esta direção, as novas Diretrizes Curriculares estabeleceram algumas competências e habilidades que devem ser consideradas para uma formação em

jornalismo de qualidade, dentre elas, a de “buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania” (MEC/CNE/PARECER Nº 492/2001, 03.04.2001). Neste sentido, para Brum e Ijuim, as habilidades e competências estabelecidas pela legislação dependem de outras habilidades essenciais ao próprio ser humano.

Se acatarmos a noção de jornalismo aqui (na legislação) apresentada, temos que a expressão dos sentidos de fenômenos é ação simultânea e imbricada às *operações mentais* do observador-comunicador, enquanto sujeito individual e como membro de um todo histórico e social [...] Por esse raciocínio, pode-se compreender que um relato das ações humanas – a compreensão dos sentidos dos fenômenos – é fruto da observação/percepção e, ao mesmo tempo, da reflexão desses fenômenos (BRUM/IJUIM, 2003, p.34 – grifo dos autores).

Assim, compreendendo que o ato de observação/percepção e reflexão está implicado na singularidade de quem observa/percebe e reflete, vemos as novas diretrizes curriculares com a abertura necessária à construção das narrativas jornalísticas, em consideração ao lugar histórico e social de quem as constrói, o que significa um desafio diante da forma atual de organização do jornalismo, hegemonicamente comprometido com interesses por vezes distanciados do legítimo interesse público.

Diante de desafios como esses que foram impostos à formação dos jornalistas, procuramos compreender os significados atribuídos à livre expressão, enquanto ação que possibilita a construção das narrativas jornalísticas. Mais que isso, como a ação que legitima o atendimento ao interesse público, cerne da missão do jornalismo. Para tanto, acreditamos que se faz necessário o conhecimento do percurso histórico da institucionalização da liberdade de expressão, incluindo neste trajeto a sua institucionalização no próprio campo social do jornalismo. Procuraremos demonstrar que, apesar da institucionalização da liberdade de expressão enquanto um direito para todos, a sua realidade, ou seja, a livre expressão está distante de corresponder às expectativas criadas pelos diversos atos institucionais.

Tinha que existir uma pintura totalmente livre da dependência da figura – o objeto que como a música, não ilustra coisa alguma, não conta uma história e não lança um mito. Tal pintura contenta-se em evocar os reinos incommunicáveis do espírito, onde o traço se torna pensamento, onde o traço se torna existência.

Michel Senphor

## Capítulo 3

### **Livre expressão, interesse público e contra-hegemonia.**

#### 3.1 – Da liberdade de expressão para todos à liberdade de expressão dos jornalistas.

A liberdade de expressão é possivelmente a mais complexa discussão entre os temas do jornalismo. Numa perspectiva lingüística, esta complexidade é denunciada pela variedade de termos que os profissionais deste campo utilizam como sua referência. Liberdade de pensamento, liberdade de informação, liberdade de opinião, livre expressão, liberdade de imprensa. É certo que a materialização destas liberdades dependa da liberdade de expressão. Contudo, elas têm facetas diferenciadas, conforme trataremos adiante. Neste momento, importante será acordarmos a diferença extrema entre o exercício da liberdade de expressão para o indivíduo comum, em seus afazeres cotidianos, e o exercício da mesma liberdade para alguém cuja profissão a tenha como um instrumento de trabalho.

A liberdade de expressão para todos teve a sua gênese no Código de Hamurabi ou Lei do Talião. Hamurabi (1793 – 1759 a.C), o sexto rei da primeira dinastia da Babilônia, teve um reinado marcado pela conquista e pela destruição dos reinados localizados na Mesopotâmia. Para a gestão do seu império, Hamurabi organizou uma forma de administração, cuja maior representação pode ser encontrada nos 282 artigos, dispostos como uma coleção de casos de jurisprudência, que ficou conhecido como o Código de Hamurabi. Este código caracterizava-se pela legislação implacável e castigos rigorosos, que conviviam em perfeita sintonia com os preceitos religiosos de uma sociedade dividida entre homens livres e escravos. Como princípio de reparação, infligia-se ao culpado um castigo idêntico ao sofrido pela vítima – “olho por olho, dente por dente”. Com o tempo, esta reparação foi substituída pela compensação financeira, e as penalidades para ricos e nobres tornaram-se mais severas do que as sancionadas para os delitos cometidos pelos pobres. Uma prática, contudo, permaneceu igual para todos, independentemente de classe social: o corte da língua para quem acusasse alguém sem razão, ou seja, se o acusador não tivesse falado a verdade.

Mais tarde, na Grécia, surgiu a democracia como um regime político que se fundava na soberania popular. Um trecho do discurso de Péricles (495 – 429 a.C), citado por Tucídides (465 – 395 a.C), historiador grego, ilustra bem como eram feitas as leis e exercida

a democracia: “reunidos em Assembléia, os cidadãos sabem julgar, corretamente, quais são as melhores soluções; porque não acreditamos que a palavra prejudique a ação, pelo contrário, desejamos que a luz surja da discussão” (PILETTI, 1994, p.97). Contudo, muito embora Péricles tenha sido considerado o estadista que completou a democratização da vida política em Atenas, ele foi, também, o responsável pela instituição dos “processos de ilegalidade”, para anular as decisões da Assembléia Popular, que fossem contrárias às leis existentes.

A versão contemporânea desses processos de ilegalidade pode ser compreendida como aquilo que Delmas-Party (2002) chama de “margem nacional de apreciação”, para fazer referência aos direitos submetidos a restrições em nome das exigências morais da ordem pública, arbitradas pelo Estado, com a função de garantir o bem-estar geral numa sociedade democrática. Isso significa que o Estado pode, por exemplo, reduzir ou suprimir a liberdade de ir e vir em nome da ordem pública.

Ele [o Estado] pode também reduzir a liberdade de expressão para proteger a moral, por exemplo, por meio de proibição de publicações pornográficas. E, nesse campo, cada Estado tem o que no jargão jurídico chamamos de margem nacional de apreciação, isto é, uma espécie de direito à diferença (DELMAS-PARTY, 2002, p.261).

Retomando a perspectiva histórica, durante a Idade Média, conhecida pela Idade das Trevas, a liberdade de expressão restringia-se ao campo da literatura, sobretudo a um tipo de produção literária que centralizava as atenções nas atitudes humanas, seus amores, suas tormentas e suas perplexidades. Essa produção foi preponderante no período que compreende o final do século XIII e parte do século XIV.

Na Idade Moderna, com as grandes navegações, o comércio ampliado e os lucros oriundos deste comércio, acontece o Renascimento, marcado pelas revoluções culturais, religiosas e políticas. Neste período, os códigos de leis ainda eram muito influenciados pela disciplina religiosa, que, no entanto, já apresentava rupturas diante de uma nova moral social emergente. A obra mais representativa dessa época, “A Enciclopédia”, organizada por Diderot (1713 -1784) e D’Alembert (1717 – 1783), dispunha-se a reunir, em uma só obra, todos os conhecimentos da época. Nela, “além de tratar da liberdade individual, liberdade comercial e industrial, outra preocupação foi à liberdade de pensar, escrever e publicar” (TRINDADE,



1997, p.47). Essa preocupação levou os autores à proposta de criação de uma instituição que garantisse a não punição para a livre expressão.

De acordo com Kosovski (1995), estudiosa da ética na comunicação, nestes tempos modernos, o direito à liberdade de expressão aparece pela primeira vez na Declaração dos Direitos da Virgínia, de 1776, através do seguinte dispositivo: “a liberdade de expressão é um dos grandes baluartes da liberdade e nunca poderá ser cerceada, senão por governos despóticos” (p.32). Uma década depois, o direito à liberdade de expressão é inserido também na Primeira Emenda à Constituição Americana, de 1787. “O Congresso não fará lei relativa ao estabelecimento de religião ou proibindo o livre exercício desta; ou restringindo a liberdade de palavra ou de imprensa; ou o direito do povo de reunir-se pacificamente e de dirigir petições ao governo para a reparação de seus agravos”.

Ao reproduzir a manifestação de Lucius e Twiley Barker Jr, constante no trabalho desses autores, “Civil liberties and the constitution – cases and commentaries”, Kosovski demonstra a preocupação de problematizar o tema, na atualidade.

A primeira emenda, referente à liberdade de expressão, assembléia e associação, é o coração do que a democracia representa. Mas o que é realmente a teoria da liberdade da palavra e expressão? Embora as garantias da primeira emenda sejam consideradas como absolutas, a Suprema Corte nunca as interpretou sem limitações (*ibidem*, p.33).

Localizemos, no questionamento dos autores, a preocupação em teorizar sobre uma ação contraditoriamente garantida e cerceada pelas instituições constituídas. Ou seja, de um lado a garantia institucional como condição de realização da livre expressão, o que caracteriza inclusive um Estado de direito legitimamente democrático e, de outro, a admissão da complexidade de sua realização plena. Nesse questionamento, os autores tratam da liberdade de expressão para todos os indivíduos. Conforme compreendemos, essa complexidade toma cor e dimensão específicas quando adotamos a perspectiva de ter a liberdade de expressão como um princípio profissional. São várias as razões dessa complexidade.

Primeiro, a livre expressão é sempre a ação de um indivíduo, dirija-se ele a um único interlocutor à sua frente ou a milhões de telespectadores ou leitores. Conseqüentemente, supõe-se ser dele também a responsabilidade pelo conteúdo expresso. Naturalmente, tratamos

aqui desta responsabilidade numa perspectiva jurídica, visto reconhecermos a existência de várias vozes nos discursos dos indivíduos, conforme nos informam os estudos lingüísticos do fenômeno da polifonia. A omissão também é um ato individual e, tanto ela, como a livre expressão, são decisões tomadas em função dos mais variados interesses. Para o jornalista, contudo, haverá apenas um caminho: aquele que atenda ao interesse público.

Dessa emergência da livre expressão como ação/atuação profissional, advém a imprescindibilidade dos jornalistas conhecerem as determinações legais estabelecidas pelo direito da liberdade de expressão, conforme elas estão institucionalmente constituídas tanto em sua época, como nas formas com que elas se dispuseram em outras épocas. O resgate histórico do trajeto institucional da liberdade de expressão possibilita dimensionar a construção dos mecanismos de proteção, constituídos para e por aqueles que se decidiram pela transparência como o meio de qualificar a esfera pública.

A institucionalização da liberdade de expressão é referendada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que dispõe: “toda pessoa tem o direito à liberdade de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (artigo XIX). Percebamos que este marco institucional da liberdade de expressão, além de estender este direito a todos os povos em suas respectivas sociedades, ainda contempla o seu efetivo exercício através dos meios de comunicação, sem os quais a liberdade de expressão não atravessaria fronteiras, como dispõe o artigo referido.

Nos limites da nação brasileira, a liberdade de expressão é referendada pela Constituição de 1988 que, em seu Artigo 5º, parágrafo IV, estabelece: “é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato”. O artigo 220, em consonância com essa disposição, institui que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição”. A liberdade de expressão é garantida ainda pela Lei 5.240, de 09 de fevereiro de 1967, que trata da liberdade de manifestação do pensamento e de informação; pela Lei 7.524/86, que trata da manifestação de pensamentos e opinião política de militares inativos; e, finalmente, pela Lei 8.389/91, que institui o Conselho de Comunicação Social.

A Constituição brasileira, através desses dispositivos, garante que a liberdade de expressão não sofrerá nenhuma restrição, ao institucionalizar totalmente o veto à censura, em seus parágrafos 1º e 2º, que impedem até mesmo a existência de qualquer dispositivo legal que “possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social”. Sendo, então, a liberdade de expressão dos jornalistas institucionalizada nestes termos, e mais, constituindo-se a livre expressão o exercício vivo deste direito frente à missão de atender ao interesse público, acreditamos relevante a investigação dos significados que os agentes deste setor de formação formal, ou seja, os professores da graduação atribuem à livre expressão enquanto ação/atitude a ser vivenciada e defendida pelos futuros profissionais.

Esperamos que este recorte histórico-legislativo, bem como os dispositivos institucionais até o momento apresentados, tenham sido suficientes para a nossa intenção de especificar a liberdade de expressão como um sistema de normas de conduta e de leis que, se adquire estabilidade numa perspectiva sincrônica, diacronicamente este sistema se movimenta em direção ao aprimoramento e à adequação ao tempo e às necessidades da sociedade. Contudo, para os fins deste trabalho, sugerimos um desvio do olhar deste sentido legal, institucional, para focalizar o uso, a vida que atualiza este direito e o transforma em realidade vivenciada. Esta decisão não significa um convite à negligência à instituição estabelecida. Pelo contrário, procuramos compreender a vida que há para além do que está posto institucionalmente. Daí o desafio da compreensão dos significados da livre expressão enquanto a ação que dá consequência vital ao direito, o que procuramos fazer através da abordagem dialética de construção do conhecimento.

A atualidade desta discussão na categoria jornalística pode ser exemplificada pela polêmica que se instaurou, logo após a tentativa de extinção do diploma de jornalismo. O mais recente rebuliço no setor se deu a partir da proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo, enviada pelo Governo à Câmara dos Deputados, em 04 de agosto de 2004, através do Projeto de Lei 3.985/04, pela Federal Nacional de Jornalistas – FENAJ.

O texto enviado ao Congresso, logo em seu Art. 1º, parágrafo 1º, dispõe, como atribuição do Conselho proposto, a tarefa de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade de jornalismo, zelar pela fiel observância dos princípios

éticos e disciplina da classe em todo o território nacional, bem assim pugnar pelo direito à livre informação plural e aperfeiçoamento do jornalismo.

Em resumo, o Conselho reivindica o direito de fiscalizar o exercício da profissão de jornalista, tendo por critério o Código de Ética e Disciplina, em vigor, aprovado pela categoria em Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em 1985, uma vez que “no exercício da profissão, o jornalista deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina, mantendo independência em qualquer circunstância”. O Código de Ética é bem claro quanto aos deveres do jornalista de divulgar todos os fatos que sejam do interesse público; lutar pela liberdade de pensamento e expressão; defender o livre exercício da profissão; opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem; combater todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação, conforme as disposições expressas em seu artigo nono.

Não obstante todos os cuidados legais para amparar a proposta do Conselho, a polêmica em torno de sua criação é estabelecida. No cerne das interpretações contrárias, está a função de controle – “orientar, disciplinar e fiscalizar” –, que entra em rota de colisão com o princípio da liberdade de expressão. O Conselho não foi recebido como uma atitude progressista, mas regressiva. Algumas linhas marcaram a controvérsia e merecem destaque. Elas foram extraídas da publicação especialmente lançada pela Federação Nacional dos Jornalistas (2004) para tratar da polêmica.

Muitos jornalistas e parlamentares não se deram ao trabalho de ler o projeto enviado ao Legislativo. Lá, não consta nenhum artigo que limite a liberdade de imprensa ou instituição da censura. Ao contrário, propugna-se a garantia da liberdade de imprensa e de expressão. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2004, p.19).

Em nenhum momento da polêmica foi deixado claro que a intenção do Conselho é fortalecer o jornalista enquanto profissão fundamental para o Estado Democrático de Direito, porquanto responsável maior pela liberdade de expressão (p.21).

A liberdade de expressão é um direito inerente à cidadania, o que torna inconstitucional e censurável a sua regulamentação (p.21).

Sem jornalistas fortes e reconhecidos política e economicamente não se pode falar em liberdade de expressão ou Estado Democrático de Direito (p.22).

Não proteger os jornalistas dos interesses representados pelos grandes grupos de comunicação, assim como os de seus patrocinadores, é o maior sonho dos que fazem da liberdade de expressão uma cômoda retórica econômica e política (p.22).

A liberdade de expressão no Brasil é ameaçada exatamente pela ausência de proteção do profissional encarregado de torná-la real, livre e independente (p. 22).

Chamamos a atenção para algumas indagações suscitadas pelo conjunto dessas citações: a) conforme informa a primeira citação, o fato de os jornalistas polemizarem sobre um conteúdo que na verdade desconheciam, denuncia um viés irresponsável da categoria para com um tema tão importante para este campo profissional? b) é realmente o jornalista o responsável ou encarregado da livre expressão, como afirmam a segunda, quarta e sexta citações? c) sobre a terceira citação, perguntamos como é possível o jornalista confundir a ação de um Conselho que se destina a atuar no âmbito de uma categoria profissional, com uma atuação que estaria implicada fora do âmbito do jornalismo? d) e, finalmente, chamamos a atenção para a última sentença, que depõe sobre um direito fragilizado pela ausência de aparatos de garantia aos agentes responsáveis por sua materialização e defesa, os jornalistas. As questões apresentadas tiveram o objetivo de informar que o direito institucional referido como liberdade de expressão tem se constituído em meio a polêmicas e contradições, como consequência do esforço contínuo de sua transferência da condição documental e estática para a vida, para a correspondência prática, para a livre expressão.

### 3.2 – O interesse público na livre expressão do jornalista.

O homem social caracteriza-se pela capacidade de expressão. Segundo Kristeva (1980), é redundância falar de homem falante e de homem social. O pensamento desta autora ampara-se na assertiva de Levi-Strauss (1950), que aponta a troca de palavras numa mesma língua, num sistema comum de fala, aceito por todos, como a condição precípua para a formação de um grupo social. É, portanto, através da capacidade de expressão que o homem interage, percebendo, decodificando e transmitindo sinais aos quais atribui os sentidos que o orientam na cotidianidade, construindo-se enquanto sujeito de cultura. Expressar-se, portanto,

é condição de humanidade e qualquer coibição a esta ação torna-se um ato de supressão da própria condição humana.

Admitindo-se que no atual estágio da sociedade, a institucionalização da liberdade de expressão tenha adquirido correspondência prática, mesmo assim não se pode negligenciar uma segunda realidade, esta relacionada às implicações sociais da distribuição desigual dos instrumentos de difusão das formas expressivas, os veículos de comunicação. No atual modo de organização da sociedade, apesar do direito à liberdade de expressão para todos, o que se percebe são condições desiguais de expressão, em que uma grande maioria da população é limitada às possibilidades de expressão apenas pelos modos de interação “face a face” e “mediada”, enquanto na outra ponta, um pequeno grupo de privilegiados tem acesso também ao tipo de “interação quase-mediada” (THOMPSON, 1995). Compreendamos esta desigualdade.

De acordo com Thompson, a interação “face a face” caracteriza-se pelo diálogo entre indivíduos que se encontram num mesmo espaço físico, utilizando-se tanto dos conteúdos articulados verbalmente quanto dos sinais expressos pela linguagem corporal. Em um nível ainda em discussão, a interação “face a face” entre indivíduos distantes fisicamente já é possibilitada pelas novas tecnologias da informação. Um exemplo pode ser fornecido pela conversação efetivada através da convergência entre a internet e a câmara de televisão. Mas essa liberdade, evidentemente, ainda se restringe a um pequeno grupo de maior poder econômico. A interação “mediada” ocorre através de cartas, telefones e e.mail’s. Em estágios diferenciados, essas duas formas de interação predominam na grande maioria dos indivíduos.

A “quase-interação mediada”, o terceiro tipo apontado por Thompson, é privilégio dos detentores dos meios de difusão massiva, instrumentos que são de divulgação de idéias, opiniões, informações e conhecimentos para um grande número de indivíduos. Entre estes privilegiados, num primeiro plano, estão os concessionários dos veículos de comunicação e, num segundo, os profissionais a estes veículos vinculados, como os jornalistas, publicitários, dramaturgos, dentre outros produtores para a mídia de massa. Na sociedade contemporânea, estes indivíduos tornaram-se os responsáveis pela seleção daquilo que, independentemente da efetiva influência e poder de intervenção nas ações, opiniões ou desejos do público consumidor de suas mensagens, mesmo assim a seleção por eles operada servirá de ponto de partida para a elaboração do modo de pensar dos desprovidos desses meios de expressão.

A quase-interação mediada tem caráter monológico e implica a produção de formas simbólicas para um número indefinido de receptores potenciais. Ela é uma situação estruturada, na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente da produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes, enquanto estes se ocupam em receber formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não respondem, mas com quem podem criar laços de amizade, afeto e lealdade (THOMPSON,1995, p. 80).

Diante desse contexto, e como forma de estabelecer regras de conduta nesse cenário desigual, é criada a lei de imprensa. Dentre os seus objetivos está o de normalização das atividades da comunicação do tipo “interação quase-mediada”, uma vez que elas ocorrem em veículos submetidos ao regime de concessões públicas. Assim, a lei de imprensa, de nº 2.520, de 09.02.67, Capítulo III, artigo 18, considera abuso sujeito a penalidades: “obter ou procurar obter, para si ou para outrem, favor, dinheiro ou outra vantagem, para não fazer ou impedir que se faça publicação, transmissão ou distribuição de notícias”.

Não obstante tais dispositivos, corroborando com o argumento da distinção entre direito e vida do direito, a atividade jornalística e seus produtos, veiculados na mídia de massa, têm se posicionado quase sempre desligados do legítimo interesse público. Esta constatação é feita por autores do campo, que apresentam a atividade como uma profissão que "o mercado comanda, o manual de redação adapta-se a ele e o jornalista limita-se a fazer a vontade do consumidor" (SILVA, 2000, p.10). Com esta mesma percepção, Calado (2003) denuncia: “o que se percebe são produtos que visam o interesse das empresas, não a construção de uma consciência cidadã, a formação de um público cidadão” (Informação verbal)<sup>12</sup>.

Diante de tal distorção, que desvia o jornalismo da missão que o legitima socialmente, compreendemos importante conhecer alguns conceitos que tratam dos obstáculos à livre expressão de seus agentes. O conceito de "produção em cruz", por exemplo, apresentado por Amaral (1994), refere-se à configuração possibilitada pela televisão, o veículo que se tornou o centro difusor de informações e produtor de pautas para as demais mídias, tais como jornais, revistas, rádios, dentre outras. Quando estes veículos pertencem a um mesmo concessionário, esse cruzamento torna-se um conglomerado de veículos de comunicação capaz de orquestrar e

---

<sup>12</sup> Notícia informada por Ana Arruda Calado no 6º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, em Natal(RN), em 29 de abril de 2003.

potencializar uma mesma pauta, e conduzi-la sob a batuta dos interesses do seu concessionário ou grupo detentor da concessão.

No Brasil, a junção de veículos de comunicação organizados através do modelo de produção em cruz foi possível a partir da farta distribuição de concessões de canais de televisão, ocorrida, sobretudo, durante o Governo Sarney (1985/1989). Essa medida, de caráter estritamente eleitoreiro, estabeleceu-se como moeda de troca para a prorrogação do mandato presidencial e resultou em poderosas concentrações de veículos nas mãos de políticos. Essas estruturas oligopolistas contrariam a própria Constituição em vigor, pois, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 220: “os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Essas estruturas se consolidam enquanto instrumentos de uma comunicação inegavelmente desigual, e essa realidade não deve ser negligenciada sob a justificativa da existência de um receptor criativo e capaz de decodificar as mensagens de acordo com a sua subjetividade.

Se por um lado, a noção de que somos receptores criativos e que a interpretação das mensagens com as quais nos deparamos acontece a partir de um repertório impar, escrito por uma vivência única, por outro, não podemos negligenciar o papel ideológico da seleção efetiva através da fala das instituições. Negligenciar essa influência sob a argumentação de que “o autor está em quem lê”, corresponde a lavar às mãos diante da relação desigual entre os produtores de mensagens para consumo massivo e os consumidores (Informação verbal)<sup>13</sup>

Além do mais, neste contexto, torna-se tarefa difícil para os homens estabelecerem uma ligação entre o curso de suas vidas e os tipos de pessoas em que estão se transformando. A grande maioria, órfã dos meios concretos de promoção de sua conscientização, torna-se incapaz de enfrentar os horizontes aos quais é intempestivamente colocado, e que não compreende.

Essa forma de submissão e passividade do homem frente à dinâmica social é objeto das preocupações de Mills (1975), sociólogo estudioso da ligação entre o caráter e a estrutura social, a partir da concentração do poder nas mãos de uma elite formada por empresários, militares e políticos profissionais. Suas conclusões vão ao encontro da nossa argumentação,

---

<sup>13</sup> Notícia fornecida por Abrahão Costa de Andrade na Palestra “Do signo ao texto: a linguagem como discurso”, realizada em 11.07.03, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



uma vez que constatamos a concentração dos meios de comunicação na esfera do poder constituído.

Para além da informação – que lhes domina a atenção e esmaga com a capacidade de assimilação, e da razão - ele (o homem) precisa de uma qualidade de espírito, que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos (MILLS, 1975, p.12).

Para o autor, enquanto o homem não desenvolve esta consciência crítica que o fortaleça para os desafios da contemporaneidade, nele se constitui uma espécie de atitude de “indiferença”, marcada pela falta de valores. Ainda segundo ele, nestas condições, quando o homem consegue avançar um pouco mais – e sair um pouco do seu estado de inconsciência – adquire uma espécie de atitude de “inquietação” que, muito embora ainda lhe falte a consciência dos valores, é nele incorporado um sentido de ameaça que, não sabendo bem como explicar, pode incitá-lo ao questionamento de sua própria condição.

No desenvolvimento dessa inquietação, que avança para um melhor estágio de percepção, interpõe-se um outro conceito. Trata-se do conceito “esferas-símbolos”, por Mills utilizado para denominar os símbolos morais amplamente aceitos na sociedade. Com outras denominações, este conceito pode ser reconhecido nos estudos que tratam da liberdade de expressão dos jornalistas, mais especificamente naqueles estudos que consideram o jornalismo como o “quarto poder”. Diante da complexidade social, que não comporta mais uma visão homogênea dos produtos simbólicos, é certo compreender que, na atualidade, às “esferas símbolos” de que fala Mills correspondam os consensos socializados na forma de representações, que os indivíduos constroem coletivamente para dar significado aos objetos de sua vida e manuseio cotidiano.

Nesse sentido, reivindicamos para a comunicação, e, em especial, para o jornalismo, a condição de “esfera-símbolo”, tendo em vista o consenso ou as representações que lhe conferem o estatuto de “quarto poder”. A condição de “quarto poder” é objeto de estudo de Guareschi (2002), que estabelece esta definição a partir dos estudos das representações sociais da comunicação profissional.

Já se tornou lugar-comum dizer que a comunicação é o quarto poder. Esta afirmação – parece-nos – só seria falsa, não pelo fato de a comunicação não ser um poder, mas pelo fato de que ela não seria o quarto, mas sim o primeiro e o mais forte dos poderes. (GUARESCHI, 2002, p. 13).

Muito embora o autor desenvolva a sua análise em torno da comunicação, de uma forma mais ampla, achamos relevante trazê-la para este estudo do jornalismo. Compreendemos que os fatores apresentados por Guareschi na defesa da comunicação como um “quarto poder” ganham intensidade no jornalismo, enquanto uma das habilitações deste campo.

Os achados do autor tratam de “capacidades” que, segundo ele, dão à comunicação a condição de quarto poder. São atitudes, informações e imagens desenvolvidas na constituição de um consenso, sendo a primeira dessas capacidades a construção da realidade.

Uma coisa existe, ou deixa de existir, à medida em que é veiculada, comunicada. É por isso, conseqüentemente, que a comunicação é duplamente poderosa: tanto porque pode criar realidades, como porque pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas”(ibidem, p.14).

Outra capacidade apontada diz respeito à atribuição dos poderes que a comunicação estende aos que detém as condições para a sua produção e difusão massivas, mais especificamente, os detentores da indústria da comunicação: “se é a comunicação que constrói a realidade, quem detém a construção dessa realidade detém também o poder sobre a existência das coisas, sobre a difusão das idéias, sobre a criação da opinião pública” (ibidem, p.14).

A relação com a cultura é uma outra capacidade que atribui à comunicação o estatuto de “quarto poder”, segundo este autor. Para desenvolver esse raciocínio, Guareschi conta com a definição de cultura como “o conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis da ação e comunicação de um grupo humano concreto” (AZEVEDO apud GUARESCHI, 2002, p, 16). E, com base nesta definição de cultura, ele afirma que,

Os meios de comunicação se tornam o meio e o espaço privilegiado onde a cultura é criada, fortificada, reproduzida e retransmitida, dum lado; como podem se tornar paradoxalmente o espaço e o meio onde essa cultura é negada, descaracterizada, transformada e dominada para servir a outros interesses que não são os do próprio povo. Tornam-se novos ‘cavalos de

Tróia', dados como presentes, mas carregando dentro de si o veneno que contaminará as mentes e os corações de inúmeras populações, sem defesa e sem resistência (*ibidem*, p.18).

Contudo, não obstante o consenso que atribui à comunicação profissional o estatuto de quarto poder, uma de suas habilitações se destaca com essa caracterização. Trata-se do jornalismo que, além de todas as demais capacidades já listadas, ainda absorve a função de vigiar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. “É a partir desse papel que o jornalismo é pensado como um quarto poder, exercido paralelamente pela vigilância sobre os três outros que constituem o Estado de Direito” (GOMES, 2000, p.21).

Para o sociólogo português Nelson Traquina (2001), o termo “quarto poder” foi criado pelo inglês Lord Macaulay, em 1828, com a clara intenção de se referir à dimensão política do desempenho da imprensa como um poder fiscalizador e influenciador dos outros três poderes, através da veiculação das aspirações da sociedade civil. A imprensa seria a instância de debates dos setores articulados da cidadania e a expressão da opinião desses setores.

Contudo, apesar desses poderes, supostos ou reais, é ingenuidade a crença numa informação objetiva e obediente às regras da verdade moral, sobretudo em uma sociedade perpassada por conflitos de classes sociais e em constante confronto para a promoção, defesa e manutenção dos interesses privados dos detentores dos meios de produção da comunicação massiva. Nesse contexto, a preocupação com o papel dos meios de comunicação de massa passa necessariamente pelas condições de sua produção e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento da consciência crítica de seus agentes, aqui falamos especialmente dos jornalistas.

Essas preocupações têm acompanhado o próprio desenvolvimento da mídia, e uma das principais indagações da atualidade é se o poder da mídia está apenas em disseminar opiniões e pontos de vistas do grupo hegemônico, ou se ela também influencia na formação, expressão e consumo da opinião pública. Outra discussão que impulsiona as preocupações sobre o papel da mídia diz respeito à indagação sobre até que ponto ela de fato qualifica a esfera pública para o debate entre os cidadãos, questão motivada pela hipótese de que ela vem servindo mais aos interesses do mercado, e distanciando-se do lugar de bem público ao qual se fundamenta.

Para Habermas (1984), o jornalismo se inscreve, junto com a Assembléia Pública, a Família e os Sistemas Educacionais, como um dos mais importantes elementos da esfera pública, conceito pelo autor apresentado para falar do espaço de mediação entre o Estado e as forças organizadas da sociedade civil. Para este filósofo, não é a pura existência de uma imprensa que torna o jornalismo uma presença de destaque neste cenário, pois o que importa é que ela seja uma imprensa livre e verdadeiramente capaz de dar sustentação à troca aberta das idéias. A esfera pública, então, é a arena onde as liberdades civis são postas em prática, e a sua efetivação é o testemunho concreto da ordem democrática. Em seu estudo sobre as idéias de Habermas, Romais (2001) explica esse ponto de vista do filósofo.

Se a coletividade deve desempenhar um papel numa democracia, então ela precisa ter acesso a um fórum institucionalmente garantido no qual possa expressar suas opiniões e questionar o poder estabelecido. E o que temos visto? Temos visto exatamente a mídia como o maior fórum de comunicação política, como esfera pública onde se concretizam as relações entre o poder estabelecido e a coletividade. E o acesso a esse fórum é privilégio de poucos (ROMAIS, 2001, p. 45).

Ainda segundo Habermas, ao contrário do papel de provedor de elementos para uma possível conscientização, o que se percebe na mídia é a “refeudalização da sociedade” (1984, p.57), possibilitada por formas de comunicação cada vez mais inspiradas em um modelo comercial de fabricação da opinião. Segundo Armand e Michèle Mattelart (2000), estudiosos da comunicação que se detiveram nos estudos desse filósofo, “Habermas assume as elaborações de Adorno e Horkheimer sobre a manipulação da opinião, a padronização, a massificação e a atomização do público. O cidadão tende a se tornar um consumidor de comportamento emocional e aclamatório” (MATTELART, 2000, p.82).

Desta forma, dá-se o declínio da esfera pública através do desenvolvimento de leis de mercado, cuja intrusão no campo da produção cultural acaba forjando argumentações estereotipadas, que assumem o lugar de uma argumentação qualificada. “Na descrição original de Habermas, a esfera pública deveria estar livre de restrições – não somente do governo, mas de grandes e opressoras forças da economia – para que a expressão de manifestações e pontos de vista tivesse uma certa autenticidade” (ROMAIS, 2002, p.50).

Compreendemos este posicionamento fundado na possibilidade de uma comunicação livre do controle institucional e, por isso, capaz de gerar um consenso crítico, necessário à

participação pública, e qualificada nos processos políticos e democráticos. Daí a indagação sobre a capacidade concreta de a mídia vir a se constituir em um concreto espaço de participação pública, responsabilidade e integração de conhecimentos, estando organizada enquanto um sistema implicado com a diversidade social, cultural, econômica e política, da forma com que vimos discutindo. Questões como essa refletem uma visão ambivalente da mídia que, ao mesmo tempo em que é reconhecida como grande poder, pergunta-se se ela pode ser direcionada para o bem público. Esta ambivalência pode ser localizada na discussão de Pierre Bourdieu, sociólogo francês, em suas análises sobre a mídia.

Posso desejar, mas sem muitas ilusões, que minhas análises não sejam recebidas como “ataques” contra os jornalistas e contra a televisão [...]. Embora eu tenha todas as razões para temer que elas sirvam, sobretudo, para alimentar apenas a complacência narcísica de um mundo jornalístico muito propenso a lançar sobre si próprio um olhar falsamente crítico, espero que possam contribuir para dar ferramentas ou armas a todos aqueles que, enquanto profissionais da imagem, lutam para que o que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de opressão simbólica (BOURDIEU, 1997, p.13).

Percebamos que o alerta de Bourdieu coloca os jornalistas na condição de agentes de transformação das próprias condições de trabalho. Nesse sentido, a livre expressão tem se tornado, através dos tempos, um objeto do desejo desses profissionais, que a compreendem imprescindível para a atuação de informar, de acordo com o legítimo interesse público.

A vocação primeira do profissional da mídia, quaisquer que sejam as suas funções, é exercer a liberdade de comunicar para informar os homens de suas observações sobre o mundo à sua volta. Esta liberdade é um dos direitos humanos ditos absolutos porque correspondem a necessidades vitais. Sem comunicação, não há sociedade, logo não há sobrevivência prolongada do indivíduo (BERTRAND, 1999, p. 65).

Argumentações dessa natureza são os vetores desta investigação dos significados da livre expressão enquanto a vida da liberdade de expressão. Associamos este empreendimento à discussão que propõe a constituição de um discurso contra-hegemônico ao discurso dominante na mídia, este último orquestrado mais intensamente a partir das condições instauradas no início do século XX, com as mudanças ocorridas na imprensa, conforme denuncia Habermas.

Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública (HABERMAS, 1984, p.217-218).

Na atualidade, para a discussão destas transformações apontadas por Habermas, faz-se necessário redimensionar o papel do capital, que passa a raciocinar em rede, criando teias por onde se emaranham os mais diversificados interesses, que se agrupam em mega-fusões e formam corporações de setores distintos, que se unem e se fortalecem.

No setor da comunicação, este movimento vem sendo denominado por Ianoni (2003) de “pensamento único”. Este conceito, mais um obstáculo à livre expressão de jornalistas, tem o propósito de despertar a atenção da sociedade para as mega-fusões realizadas no mundo empresarial da comunicação, e que resultam numa acelerada oferta de canais de televisão, abertos ou por assinatura, de sítios e de emissoras de rádio, sob a liderança de poucos grandes grupos. “O poder que os grandes grupos de comunicação têm de transmitir seus conteúdos é muito maior do que o poder de qualquer um dos simples mortais destituídos desses meios de produção” (IANONI, 2003, p.54).

Um outro conceito que se preocupa com os obstáculos à livre expressão dos jornalistas é o de “circulação circular da informação” (BOURDIEU, 1997, p.30). Este pressuposto trata de um dos processos de consolidação da hegemonia dos discursos midiáticos, como consequência da leitura mútua que os jornalistas fazem uns dos outros. Tida como uma estratégia mercadológica para que os discursos propagados por cada veículo não se posicionem de forma distanciada das principais notícias em circulação, este procedimento acontece sob o pretexto da busca de algum ângulo ainda não explorado pelos materiais já difundidos em veículos ditos concorrentes. Na prática, funciona como elemento de coerção da expressão dos jornalistas e, mais que isso, limita a perspectiva da audiência aos mesmos assuntos e temáticas.

Finalmente, registramos ainda a intervenção do Estado nos assuntos difundidos pela imprensa, o que a faz perder a condição de um dos principais veículos de alimentação de idéias qualificadas da esfera pública, para se tornar um dos "aparelhos ideológicos do estado", conceito cunhado por Althusser (1983) para categorizar os discursos da mídia como os

reprodutores da ideologia da classe dominante, cujos interesses estariam personificados pelos interesses demandados pelo Estado.

Não obstante, e na contramão das condições desiguais de acesso à expressão nos meios de comunicação, que flagra o privilégio de uma pequena casta às possibilidades de expressão massiva de suas opiniões; para além dos obstáculos que se interpõem à livre expressão dos jornalistas, enquanto os legítimos produtores de meios de qualificação da esfera pública, e que, por vezes, os desviam para a condição de portadores e intermediários de interesses distantes do interesse público, vislumbramos a gradual constituição de um movimento contra-hegemônico ao discurso orquestrado pela mídia, ao qual nos dedicamos a seguir.

### 3.3 – A contra-hegemonia no campo do jornalismo

Uma das grandes contribuições para a construção da contra-hegemonia aos discursos da mídia pode ser localizada na abordagem de Bertrand (2002) à democratização dos meios de comunicação. O autor discorre sobre a prevalência dos interesses empresariais em detrimento do interesse público nos empreendimentos de comunicação da atualidade, e chama a atenção para a necessidade de uma força que dê equilíbrio a estes dois pólos. Ele chama a atenção ainda para a orfandade política deste tema.

A mídia é uma indústria e um serviço público ao mesmo tempo. Será que por causa disso ela pode se comportar como as outras indústrias, os outros serviços públicos? Seria correto deixá-la aos cuidados do Estado? Ou deixá-la bater-se sozinha em meio à selva do mercado? [...] Atualmente, não podemos nem contar com o Estado, nem com o mercado, se desejamos uma mídia de qualidade.

Ressalve-se, na discussão que envolve a indústria de comunicação brasileira, que a este antagonismo deve ser inserida a questão do favorecimento político aos interesses dos políticos. Descrevemos um pouco deste favorecimento quando tratamos da farta distribuição de canais de televisão pelo governo Sarney, para apresentar o conceito de “produção em cruz”.

As forças políticas sempre se esforçaram no sentido de impedir a circulação das informações. E para as forças econômicas atualmente dominantes, os veículos nada mais são do que máquinas de dinheiro, sempre mais dinheiro, não importa como. (BERTRAND, 2002, p.09)

Para o autor, a transformação dessa situação e a força de equilíbrio em favor do interesse público estão na constituição dos Media Accountability Systems – M.A.S, em tradução provisória para o idioma português, “sistemas de responsabilização da mídia”.

Um M.A.S. é qualquer meio de incitar a mídia a cumprir adequadamente o seu papel. Pode ser uma pessoa ou um grupo, um texto ou um programa, um processo longo ou curto. Mediador, conselho de imprensa, código de deontologia, publicação regular de autocrítica, pesquisa de eleitorado, ensino superior de jornalismo – e muitos outros” (BERTRAND, 2003, p.10).

Ao propor a criação desses sistemas, que tratariam especificamente da relação entre a mídia e os legítimos interesses públicos, Bertrand denuncia a fragilidade dos jornalistas e a necessidade vital dessa categoria em ter o apoio social enquanto lastro de fortalecimento e garantia frente ao abuso de poder do patronato, e mediante a idiosincrasia que constitui as relações estabelecidas entre as empresas de jornalismo e os demais setores da sociedade.

É que os jornalistas são poucos e muito vulneráveis, pois são empregados pelas empresas de comunicação e, portanto, facilmente manipuláveis. Como poderiam eles, em nome de uma deontologia, recusar-se a obedecer a uma ordem do patrão? Isso somente é possível com o apoio da opinião pública. Como obter esse apoio? Provando ao público que a sua vocação é primeiramente satisfazê-lo (*ibidem*, 2003, p.10).

No Brasil, são diversos os integrantes dos sistemas de responsabilização da mídia. Ianoni (2003) cita algumas iniciativas: o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), a Associação Mundial de Rádios Comunitárias – Brasil (AMARC), o Observatório da Imprensa, além de outros sites, entidades e veículos de comunicação, dentre os quais a “Ciranda do Brasil”, uma agência de notícias independente do poder econômico, além das revistas Caros Amigos, Carta Capital, Carta Maior, Brasil de Fato.



Podem ser citados ainda como integrantes dos sistemas de responsabilização da mídia a Revista Reportagem, Ciranda da Informação, o portal Porto Alegre 2003, o Centro de Mídia Independente, o Repórter Brasil, Em Crise, Intervalo e Oboré, e, finalmente, a Organização Não Governamental Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social -, que atualmente capitaneia a discussão sobre a televisão digital. Essa tecnologia é apresentada, aliás, como possibilidade concreta da democratização da produção e difusão nesse meio.

Não obstante essas iniciativas atenderem às características utilizadas por Bertrand para definir os sistemas de responsabilização da mídia, informamos que tais iniciativas, no Brasil, são denominadas de “quinto poder”. Este conceito procura dar significado e sentido a um poder alternativo e fiscalizador do “quarto poder”.

A idéia de quinto poder se nutre de iniciativas [...] pela legalização das rádios comunitárias e Tvs comunitárias, pela teledemocracia, além de outras. Trata-se de combinar iniciativas que, por dentro ou por fora do sistema de comunicação dominante ou por fora do marco político-institucional em que opera a mídia, caminhem no sentido da ampliação da democracia e do desenvolvimento da contra-hegemonia e caminhos alternativos de atuação comunicacional (IANONI, 2003, p. 60).

Retornemos a Bertrand, naquilo em que o autor sugere como uma terceira força de construção da contra-hegemonia, esta mais diretamente relacionada ao foco de nossa discussão sobre a livre expressão enquanto ação dos indivíduos.

Esta força é capaz de bloquear os excessos do Estado e do mercado. Podemos encontrá-la nos próprios jornalistas: é o desejo da maioria dos profissionais de fazer bem o seu trabalho. Já há muito tempo os jornalistas têm fixado as regras de sua atividade com a finalidade de servir adequadamente ao público. Em todos os países existem códigos de boa conduta, e todos eles são muito semelhantes (BERTRAND, 2002, p. 10).

Encontramos correspondência a esta afirmação na sociologia política do cientista Panebianco (1994), um estudioso da contribuição dos profissionais da comunicação para o processo de democratização do país, que corrobora com essa afirmação de Bertrand.

A oposição a um sistema distorcido de comunicação política, sobre o qual se apoiaria inteiramente a estrutura do domínio [...] só pode surgir da área de profissionais da comunicação, cujo papel político é hoje ampliado, quer

pelo desenvolvimento da instrução, quer pela expansão dos *mass media* (PANEBIANCO, 1994, p.204).

Ianoni, por sua vez, demonstra não ser um dado novo o engajamento dos intelectuais e dos profissionais da comunicação, sobretudo os jornalistas, no processo de democratização do país.

De fato, desde os anos 80, o processo de luta democrática ligada às comunicações tem originado vários grupos, sobretudo formados por jornalistas, radialistas, profissionais de Tv, cinema e vídeo, artistas, comunicólogos em geral, professores e estudantes dos cursos de comunicação social (IANONI, 2003, p.61).

Em suas reflexões sobre a censura no Brasil e no mundo, Mattos (2005) também registra a importante participação dos jornalistas na resistência à opressão, seja esta opressão explícita e truculenta, a exemplo do que aconteceu nos anos de repressão política, seja ela uma opressão subliminar, disfarçada e de cunho intersubjetivo, como é o caso do fenômeno da autocensura, descrita na introdução deste relato.

Deve-se registrar que apesar das crises e tentativas de controlar a mídia por meios econômicos ou policiais, ou pela falta de ética tanto do profissional como do veículo, nunca conseguiram impedir a existência de profissionais, tanto aqui como em qualquer parte do mundo, que conseguem resistir às pressões, revitalizando a função social e a crítica da imprensa, que contribui diretamente para a conscientização da população e para o livre exercício da cidadania (MATTOS, 2005, p.164).

Esta perspectiva contra-hegemônica chega às condições atuais com maiores possibilidades de resistência, em razão da revolução tecnológica e de sua influência na democratização da comunicação. Na contemporaneidade, estão dadas as mesmas possibilidades da livre expressão que marcou a gênese do jornalismo moderno. Assim como as folhas de fácil produção e distribuição serviram de instrumentos para a massificação das idéias da burguesia como a nova classe dominante no cenário histórico, as novas tecnologias da comunicação, via internet, sem fronteiras nem centros de poder, possibilitam a difusão massiva das críticas e das insatisfações do homem comum. Evidentemente, este sentido positivo do uso dessa tecnologia não elimina as preocupações éticas que envolvem este novo meio de expressão.

Um breve registro deve informar a perspectiva que inspirou a discussão desses autores sobre a dicotomia hegemonia/contra-hegemonia. Trata-se dos pressupostos de Gramsci (1990), em sua categorização de dois tipos de homens políticos: os que lutam para perpetuar a divisão entre governantes e governados; e os que lutam para terminar com esta divisão. De acordo com Gramsci, essas diferentes formas de participação na vida social são identificadas, do lado da hegemonia, pelo esforço de manutenção de certa estabilidade da estrutura e da visão de mundo da classe dominante. Do lado da contra-hegemonia, é localizada a opção pela criação da consciência crítica e construção de seus espaços de manifestação.

### 3.4 – A natureza contra-hegemônica do jornalismo.

A fim de compreender o papel do jornalismo na consolidação de novas idéias, desenvolvemos uma breve retrospectiva da história moderna dessa profissão. Segundo Melo (1994), a emergência do jornalismo decorre do interesse e aptidão do homem para saber o que se passa para além da sua dimensão imediata, de informar, de informar-se, e da sua condição de ser social, com capacidade para formar opiniões e orientar-se a partir do conhecimento dos acontecimentos do mundo. Para o autor, essa necessidade amplifica-se com a complexidade adquirida pela organização social, o crescimento populacional e a redução dos obstáculos geográficos, que aguçaram ainda mais a curiosidade do homem.

Não se trata apenas de uma dimensão gregária. A intensificação e o refinamento das relações de troca que ocorreram no bojo das transações capitalistas, as possibilidades de atuar e influir na vida da sociedade, que se afiguram na eclosão das revoluções burguesas, tornam a informação um bem social, um indicador econômico, um instrumento político” (MELO, 1994, p. 17).

Dessa forma, o jornalismo, conforme o conhecemos na atualidade, se desenvolve implicado aos acontecimentos que tornaram realidade as transformações das sociedades européias do século XVIII. Diante da censura rigorosa ao movimento que emergia, folhas simples passavam de mão em mão como instrumentos de propagação dos ideais burgueses e, finalmente, quando a burguesia ascendeu ao poder, a censura foi abolida, com a França instituindo a Liberdade de Imprensa, em 05 de Julho de 1788. Importante se faz o registro de que, após a proclamação da liberdade de expressão e pensamento pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a quantidade de periódicos em circulação passou de 70 para 1000 tipos de jornais distintos.

Contudo, a burguesia, que outrora garantira a abolição da censura prévia, tão logo se consolidou como a nova classe dominante e passou a se utilizar de mecanismos de controle do debate público, cercando-se de táticas para neutralizar a combatividade dos seus críticos. Na Inglaterra, foi instituído o “imposto do timbre”, que obrigava o recolhimento de uma taxa relativa a cada exemplar publicado. Na França, a regulamentação da “liberdade de imprensa” garantiu aos ocupantes governamentais coibir o jornalismo de oposição, e utilizava-se de sutilezas jurídicas que permitiam enquadrar os jornalistas como conspiradores.

Essas restrições fizeram recuar o jornalismo enquanto atividade comprometida com o exercício do poder político, difusor de idéias, combativo e defensor de pontos de vista. Deram origem, em seu lugar, a um jornalismo de informação, preocupado com os fatos e com as notícias enquanto notícias, ou seja, sem comentários e longe de polêmicas. Esse fato contribuiu para a primeira grande categorização do jornalismo.

Vê-se, portanto, que o jornalismo francês e o jornalismo inglês suscitam diferentes padrões de expressão simbólica. Enquanto o jornalismo francês apresenta-se com todo o vigor opinativo, promovendo debates, levantando problemas, participando ativamente do cenário político, o jornalismo inglês assume uma tendência informativa, retraindo-se do combate, preferindo distanciar-se do confronto direto com o centro do poder (MELO, 1994, p. 23).

Estas categorias têm influenciado os modos de fazer jornalismo no mundo inteiro. O Brasil adotou a categoria informativa, opção que decorre do contexto político e socioeconômico que marca o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no País, que adota uma política de relacionamento amigável para com o Estado, o que implica um tipo de censura, aqui compreendido de acordo com o conceito de Mattos (2005, p. 163): “um instrumento por meio do qual se pode manipular a realidade”. Ou seja, os relatos, limpos de qualquer conotação opinativa de seus produtores, podem, na verdade, estar acomodados a interesses antagônicos ao interesse público.

Em sua análise sobre as formas de censura à imprensa brasileira, esse autor denuncia os desafios enfrentados pelos jornalistas da atualidade para conduzirem de forma ética o exercício desta profissão. Dentre tais desafios, destacamos a autocensura. Ela vem sendo naturalizada nas redações das empresas jornalísticas, que adotam uma postura cordial e de sustentação das ações governamentais, em troca de benefícios como empréstimos, subsídios, isenção de impostos, além de publicidade oficial.

Podemos afirmar que as pressões políticas e econômicas, em conjunto com a censura, exerceram e continuam a exercer grande influência no desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil. [...] Exatamente por isso não podemos perder a noção de que a censura também pode ser motivada indiretamente. Ela pode induzir a autocensura, estimulando um sentimento de comprometimento político que gera o medo de contar a verdade (MATTOS, 2005, p. 163).

De acordo com a abordagem de Mattos, esta forma de comprometimento pode levar um profissional a adotar determinadas práticas de manipulação, com a finalidade de tirar proveitos próprios ou em função do que ele compreende como expectativa da empresa à qual está vinculado. Deste modo, o jornalista passa a agir como cúmplice intencional ou induzido pelas pressões mais imediatas de sua vida pessoal e/ou profissional. Essa cumplicidade encontra artifícios nem sempre perceptíveis, até mesmo para os iniciados no campo.

O sociólogo e jornalista Perseu Abramo analisou as quatro principais formas de manipulação por ele detectadas na cadeia de produção e transmissão da informação. Resumimos os seus achados. Informamos que o estudo completo de Abramo é discutido no texto “Significado político da manipulação na grande imprensa”, e encontra-se à disposição na internet pelo seguinte endereço eletrônico:

[www.fpaqbramo.org.br/perseu/manipula%C3%A7%C3%A3o.html](http://www.fpaqbramo.org.br/perseu/manipula%C3%A7%C3%A3o.html).

As principais distorções do processo de produção da notícia acontecem: a) pela indução, que é quando existe a tentativa de impor uma significação diferente do contexto real ou uma interpretação deslocada do contexto da informação transmitida, através de argumentos, fotografias e/ou imagens, dentre os principais artifícios; b) pela inversão dos valores de determinados aspectos da realidade, a exemplo da valorização do superficial, do fútil e do secundário, em detrimento do essencial; c) pela fragmentação, que caracteriza a divulgação de apenas alguns aspectos ou declarações sobre os fatos ou sobre a realidade; d) e, finalmente, interesse maior de nosso trabalho, pela ocultação ou omissão de informações não transmitidas ao público.

Estes desvios encontram resistência política no interior da categoria. Um dos símbolos desta resistência é a eleição da liberdade de expressão enquanto uma bandeira de luta dos jornalistas, um símbolo por eles socialmente compartilhado através da representação de um

ideal, um “dever ser” que assume a função de orientá-los coletivamente em suas práticas, função social e responsabilidades éticas e morais. De acordo com Gardner, Csikszentmihalye e Damon (2004, p.37), este compartilhamento simbólico caracteriza o processo de consolidação das profissões. “Uma profissão surge quanto um grupo de *professionais* ou *praticantes* define conhecimentos, habilidades, práticas, regras e valores específicos que os diferenciam do restante da cultura”.

Quando estes elementos são codificados, e suficientemente especializados a ponto de poderem ser transmitidos regularmente para os novos agentes, significa, segundo estes autores, a constituição de um sistema simbólico que caracteriza a profissão como um “domínio” (*ibidem*, p.38). Ainda de acordo com os autores, “como uma série de símbolos, os domínios só existem como idéias e valores, como palavras faladas ou registradas de alguma maneira. Para se tornarem reais, eles precisam ser vivenciados, encenados pelas pessoas” (*ibidem*, p.40).

Percebamos em Gardner, Csikszentmihalye e Damon, a constatação da existência de um distanciamento entre aquilo que está formalizado como conhecimentos, habilidades, práticas, regras e valores específicos de um domínio, e o que de fato é praticado pelos seus agentes. A distinção assumida por esses autores corrobora com a diferenciação que procuramos estabelecer entre o que está institucionalizado como um conjunto de normas e leis, que sustentam o direito à liberdade de expressão, e aquilo que se flagra no contexto da realização viva deste direito, ou seja, a livre expressão.

A liberdade de expressão, então, seria um termo que abraça os preceituários jurídicos. São dispositivos de garantia, uso e controle da livre expressão, utilizados *a priori*, para o conhecimento das condições legais e históricas de sua realização em cada época e cada sociedade, e, *a posteriori*, como um instrumento de baliza entre os conflitos conseqüentes dos atos de livre expressão. Defendemos, por isso, que os vários significados atribuídos à liberdade de expressão decorrem de um processo dialético entre o direito e a prática deste direito, sendo, portanto, liberdade de expressão e livre expressão objetos distintos. É o que tentaremos demonstrar.

Eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão, do instante-  
já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um  
novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um  
instante-já em que ela é.  
Quero apossar-me do é da coisa.

Clarice Lispector

## Capítulo 4

### **Fundamentos para a significação da livre expressão**

#### 4.1 O termo livre expressão na condição de significante.

A busca pelos significados atribuídos à livre expressão leva-nos a flagrar este termo em sua condição de significante, o elemento do signo que se materializa na forma escrita ou oral para fazer referência aos objetos materiais e imateriais dispostos na realidade percebida. Conforme compreendemos com Bakhtin (2002, p.33), a função de significante o coloca em condição de análise, uma vez que “a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo”. No caso do significante livre expressão, essa realidade objetiva seria a ação expressiva adjetivada como livre, em distinção às ações expressivas que não podem ser classificadas da mesma forma. Tais expressões, então, são percebidas a partir de certas características que justificam nomeá-las de livres.

A abordagem da livre expressão, a partir da sua condição de significante, baseia-se na compreensão de que é através do processo de nomeação dos objetos e dos fenômenos sociais que se encontra a gênese da transformação dos saberes sensíveis em conhecimentos mais sistematizados. Orienta-se ainda pela constatação de que é através dos símbolos e dos signos lingüísticos que nos reportamos à realidade e manuseamos o conhecimento em circulação nas diversas esferas da atividade humana. Neste sentido, Biderman (2001, p. 13) afirma que a “nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo”. Isto porque, ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando-lhes os traços distintivos, o homem estrutura o mundo que o cerca.

Ainda de acordo com a autora, a nomeação de um determinado objeto, ou fenômeno, que se cristaliza na forma de signos lingüísticos, ou melhor, de palavras, é considerado o ponto de partida para indiciar os conteúdos sensoriais, lógicos e afetivos que constituem os significados dos objetos e os fenômenos nomeados, conforme eles são negociados na cultura. “Podemos afirmar que o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos, que simbolizam os referentes. Portanto, os símbolos, ou signos lingüísticos, se reportam ao universo referencial” (BIDERMAN, 2002, p. 14).



A função do processo de nomeação dos objetos e dos fenômenos na constituição de um tipo de pensamento objetivo e sistematizado pode ser flagrada por ocasião do desenvolvimento do próprio conceito moderno de signo, assim designado à unidade básica do sistema língua, em oposição ao sistema fala, conforme propõe Saussure (1999). Em suas proposições, este autor promove ainda nomeações no interior do próprio signo, ao constatar que estava lidando com uma entidade psíquica constituída de duas faces, de “dois elementos que se reclamam um pelo outro” (SAUSSURE, 1999, p.80).

Inicialmente, estes dois elementos foram denominados de “conceito” e de “imagem acústica”. Logo, tais denominações foram substituídas por Saussure: “propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante” (*ibidem*, p. 81). Conforme compreendemos, esta renomeação fez-se imprescindível ao propósito de consolidar a língua como um sistema objetivo e estruturado, para o qual importava evitar ambigüidades. Desta forma, o autor elaborou uma terminologia necessária à exposição da distinção entre língua e fala, isolando o sistema – a língua - da ação que o atualiza – a fala. O sistema língua foi por este autor apresentado como um campo solitário em sua aparente estabilidade.

Bakhtin (2002) critica esta forma de leitura dos fenômenos da linguagem e utiliza o termo “objetivismo abstrato” para estabelecer a sua crítica. Para este autor, as proposições que constituem o objetivismo abstrato, ao eleger o sistema lingüístico o centro organizador de todos os fatos da língua, assim o fazem em razão de percebê-lo como uma estrutura razoavelmente fixa e universal. Nesta estrutura, estaria disponibilizado o conjunto dos elementos da língua, ou seja, as formas fonéticas, gramaticais e lexicais que movimentam a economia simbólica. No entanto, Bakhtin refere-se a tais pressupostos na intenção de criticá-los.

A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética) apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento para ser usado (BAKHTIN, 2002, p.73).

A abordagem dos fenômenos da linguagem através do objetivismo abstrato desconsidera a vida que dá alma aos elementos internos do sistema. Satisfaz-se com uma leitura limitada ao alinhamento e à sincronia que compõem o sistema lingüístico, como se

estes componentes não estivessem mergulhados numa complexidade mais ampla, constituída de uma realidade social que os engloba. Melhor explicitando esta compreensão, Bakhtin propõe a seguinte analogia.

Assim como para observar o processo de combustão convém colocar o corpo no meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som – bem como o próprio som, no meio social. Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade lingüística, a uma sociedade claramente organizada (BAKHTIN, 2002, p.70).

Em termos metodológicos, a introdução do meio social como um elemento privilegiado na interpretação dos fenômenos da linguagem significa considerar as demandas culturais, econômicas e políticas, dentre outras, que emergem das ações que constituem a dinâmica do mundo. É nesse sentido que compreendemos a necessidade de identificar os elementos envolvidos para adjetivar um determinado modo de expressão como livre, e isto no contexto das contradições de uma atividade profissional como o jornalismo, cuja legitimação social depende desta ação.

Segundo Bakhtin (op.cit.), a investigação dos elementos envolvidos nas significações dos objetos e fenômenos sociais implica que o estudo e a análise da linguagem devem considerar o “horizonte social”, termo utilizado pelo autor para fazer referência à atmosfera mais ampla da época em que a ação expressiva acontece; deve ser considerado ainda o “auditório social”, para o qual a expressão se destina; e, finalmente, as “condições imediatas de produção”, que são os fatores que se implicam para a modalização ou acomodação da fala, no instante em que ela ocorre. Estes três fatores possibilitam à singularização das formas de expressão, que Bakhtin chama de gênero do discurso ou enunciação.

Essa orientação de caráter metodológico acontece a partir da constatação de que “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de pontos de vista específicos, etc” (BAKHTIN, 2002, p.32). Esta constatação bakhtiniana está na base de nossa proposta de investigar os significados do termo livre expressão conforme ele circula no campo social do jornalismo. Nesse sentido, estabelecemos um referencial teórico capaz de sustentar esta abordagem, que se situa na relação entre o que está formalizado e o que é negociado na

dinâmica do processo de significação. Daí a decisão de apoiar as nossas proposições nos fundamentos que admitem a dialética entre os conceitos e a vida dos conceitos.

A relação dialética entre o conceito de liberdade e a correspondente vida deste conceito pode ser exemplificada através das várias nomeações atribuídas ao fenômeno da liberdade humana, bem como as suas respectivas renomeações, que ocorrem a cada necessidade de correspondência entre a liberdade nomeada e a ação de liberdade, conforme ela é flagrada na realidade. Nessa dinâmica, podemos perceber as aproximações e os distanciamentos ocorridos entre os conceitos de liberdade, conforme eles foram determinados e nomeados no desenvolvimento da história social, em detrimento das realidades percebidas naquilo que deveria ser a correspondente vida destes conceitos.

#### 4.2 - As terminologias da liberdade

A discussão sobre a liberdade humana tem-se dado através das mais diferentes abordagens. Elas são passíveis de categorização em três tipos de orientações distintas. Para Lalande (1999), tais distinções originaram-se de um único sentido primitivo, segundo o qual o “homem livre é o homem que não é escravo ou prisioneiro. A liberdade é o estado daquele que faz aquilo que quer e não aquilo que outrem pretende que ele faça” (p.615). Para o autor, a primeira orientação que se destaca desse sentido primitivo diz respeito à compreensão de que a liberdade estaria na vontade e na natureza do ser que não está submetido a qualquer tipo de constrangimento. Do ponto de vista filosófico, esta concepção se inscreve no modelo de pensamento conhecido como determinista. A liberdade, neste modo de pensamento, é denominada de “liberdade física”, idéia bem definida por Augusto Comte (1798 – 1857), filósofo francês, considerado o pai da sociologia.

Quando um corpo cai, a sua liberdade manifesta-se ao proceder segundo a sua natureza, para o centro da Terra, com uma velocidade proporcional ao tempo, a menos que a interposição de um fluido não modifique a sua espontaneidade (queda livre). Da mesma maneira, na ordem vital, cada função, vegetal ou animal, é declarada *livre* e se executa conformemente às leis correspondentes, sem qualquer impedimento exterior ou interior (COMTE apud LALANDE, 1999, p. 616).

Esta percepção da liberdade no campo da física, ao influenciar as ciências que discutem a liberdade humana, desconsidera o acaso e o imprevisível nas ações do homem e

concebem uma idéia para a liberdade baseada na premissa de que todos são livres, a menos que sofram algum tipo de coerção verdadeiramente objetiva e concreta. Numa simplificação grosseira, podemos recorrer às metáforas do prisioneiro e do doente para caracterizar a idéia de liberdade humana, conforme a aplicação do termo “liberdade física”: se o indivíduo não é prisioneiro, nem tem uma enfermidade ou quaisquer outros tipos de impossibilidade física de exercer o seu direito de escolha, então ele é considerado livre.

Contudo, a constatação da existência de um tipo de coerção com a mesma capacidade de intervir nas decisões do homem em situações de escolha, mas que não poderia ser tão confortavelmente categorizada como “liberdade física”, impulsionou a percepção de que este termo não correspondia à complexidade que abarcava todo o fenômeno da liberdade humana.

O termo é um pouco estreito, porque o fato de não podermos fazer o que queremos devido a um constrangimento entra freqüentemente na mesma categoria: por exemplo, quando um homem não pode votar no sentido que lhe conviria, porque perderia um lugar que lhe é necessário. E, no caso do próprio doente, a impossibilidade de agir desta ou daquela forma não o é, o mais das vezes, uma impossibilidade física real, mas apenas a ameaça de um agravamento do seu mal, ou de uma complicação mortal, se agisse como o faria normalmente. A expressão liberdade externa seria, pois, preferível. (LALANDE, 1999, p.621).

A substituição do termo liberdade física por liberdade externa para falar da liberdade do homem encontra a sua explicação nos pressupostos de Biderman (2001). Para a autora, a aplicação de termos e palavras para designar os objetos materiais e imateriais relaciona-se diretamente com os modos pelos quais estes objetos são percebidos. No caso da liberdade, vimos que a sua adjetivação enquanto fenômeno físico torna-se inadequada a partir de uma percepção mais acurada do fenômeno. Deste modo, a nova realidade percebida se impôs na forma de um movimento para a sua readequação lexical, um processo de realinhamento que reflete e refrata o valor social do objeto, no caso, a liberdade, e que se revela através do processo de sua renomeação.

Este movimento de re-significação dos objetos e dos fenômenos, em função das transformações contínuas possibilitadas pela dinâmica social, é percebido da seguinte forma por Bakhtin.

A cada etapa de desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento da comunicação por signos (BAKHTIN, 2002, p. 44/45).

A denominação de liberdade física para a liberdade humana ocorreu de acordo com a percepção que se tinha dos fenômenos físicos, que desconsideravam a natureza subjetiva do homem, aquilo que o singulariza e o reveste de imprevisibilidade criativa. A substituição entre o termo de versão determinista foi engendrada a partir de teorias que, por sua vez, posicionaram a liberdade em um lugar radicalmente oposto, ou seja, o da indeterminação. Esta seria, então, a segunda forma de orientação dos fenômenos da liberdade, conforme estamos destacando a partir dos estudos de Lalande.

De acordo com a concepção indeterminista, a liberdade estaria na ação livre pela simples razão de poder ser livre. Esta compreensão de liberdade é denominada de livre-arbítrio, um esforço para definir o “poder sem outra causa que não seja a própria existência desse poder, quer dizer, sem qualquer razão relativa ao conteúdo do ato cometido” (LALANDE, 1999, p. 619). Esta formulação é reconhecida ainda pelo termo “liberdade de indiferença”, para caracterizar a verdadeira ação livre como aquela que desconsidera tanto os fatores que a antecedem quanto as suas conseqüências.

O homem crê-se livre: em outros termos, dedica-se a dirigir a sua atividade como se os movimentos de sua consciência, e por conseqüência os atos que dela dependem [...] pudessem variar pelo efeito de algo que está nele, e que nada, nem sequer aquilo que ele é antes do último momento que precede à ação, o pré-determina. (RENOUVIER apud LALANDE, 1999, p. 619).

Esta proposição flagra um indivíduo que age como se a sua manifestação de liberdade estivesse sempre na origem das ações no mundo e sobre o mundo. Nada o constrange, porque nada deve ser colocado como obstáculo às ações que, de acordo com esta forma de pensar a liberdade, seriam verdadeiramente classificadas como livres. Contudo, é nas situações reais que a redução deste tipo de formulação acontece. Quer se queira, ou não, existem as determinações que devem ser inevitavelmente consideradas como os pontos de partida para as ações de liberdade.

A inevitabilidade das determinações está no centro da terceira orientação que surge do sentido primitivo de liberdade. Estas teorias esforçam-se para a promoção do diálogo entre determinação e indeterminação, por considerarem os fatores determinantes como os pontos de partida para as ações de liberdade. Por isso, tais teorias partem do princípio de que a liberdade deve ser concebida como oposta à inconsciência, ao impulso, à loucura, à irresponsabilidade jurídica ou moral, à paixão, aos instintos brutais, à ignorância. Este modo de perceber a liberdade considera a ação livre como aquela que, agindo pelo bem ou pelo mal, é efetivada depois da reflexão, do conhecimento de causa e conforme as razões aprovadas pelo sujeito da ação.

Se o agente for aquele que se possui pela reflexão, que conhece tanto a energia que ele dispõe quanto os diversos usos que dela pode fazer, aquele que prevê, compara e ajuíza as diferentes séries de fenômenos que a sua determinação pode realizar, é claro que a sua liberdade depende de várias condições relativamente às quais varia (MARION apud LALANDE, 1999, p.618).

Na base destas teorias está a hipótese de que o conhecimento das causas, razões e leis naturais ou sociais que possam condicionar os atos de liberdade, constitui-se simultaneamente em um postulado metodológico e um postulado ontológico, na medida em que estes fundam a possibilidade concreta de liberdade.

A experiência dessa liberdade não se resume à resignação e à aceitação passiva de um determinismo que cairia sobre nossas cabeças. Conhecer a sua natureza implica, antes de tudo, saber o que me determina, assim como a qualquer outro ser humano, para em seguida perceber como esses determinismos comuns se singularizam em mim. Se não podemos modificar as coisas de modo arbitrário, ao nosso bel-prazer, por outro lado somos conscientes de nossos atos no momento em que os efetuamos: nós os compreendemos. (ATLAN, 2004, p.40).

Esta perspectiva nos anima a buscar os significados atribuídos à livre expressão como possibilidade de compreender como se dá, em vida, o direito que aprendemos a reconhecer pela denominação de liberdade de expressão. Nesse sentido, a liberdade de expressão estaria no âmbito das determinações, ou seja, normas, leis, pressupostos e dispositivos para orientar a ação viva deste direito, qual seja, a livre expressão. Reconhecemos a complexidade da tarefa. Os recortes apresentados acerca dos modos de leitura do fenômeno da liberdade humana indiciam a abrangência da discussão. Assim, às questões anteriormente listadas, somam-se

outras indagações. Seria o homem realmente determinado? Poderá ele de fato intervir no futuro? Há formas de conciliação entre a vontade individual e a vontade coletiva? Existem modos de garantir a ação verdadeiramente livre na vida em coletividade?

Na tentativa de dar respostas a estas e a outras questões, o homem vem desenvolvendo modos de atuação livre, aos quais atribui denominações para categorizá-los de acordo com as possibilidades reais de concretização social. De finalidade meramente ilustrativa, para além do que já foi apresentado, registramos algumas das denominações impostas ao fenômeno da liberdade humana: a) “liberdade política” - categoriza a liberdade de consciência, a liberdade individual, a liberdade de reunião, a liberdade de opinião, a liberdade de deslocamento, a liberdade de pensamento, e, finalmente, mais diretamente relacionada com os nossos propósitos, a liberdade de expressão; b) “liberdades inteligível, transcendental ou numeral” - aquelas que se relacionam com o tempo e com o espaço, cujas abordagens consideram os fenômenos anteriores, os antecedentes, bem como a situação de concretização dos atos de liberdade; c) e, mais, “liberdade moral”, “liberdade do sábio” e “liberdade interior”. Lembramos outras denominações: liberdade de linguagem, liberdade sob palavra e a própria liberdade de imprensa.

No esforço de raciocinar de forma dialética, procuramos compreender estas denominações como produtos e produtores simultâneos de representações, opiniões e pensamentos ditos naturais. Estas denominações, portanto, estariam dispostas na cultura como um tipo de saber imediato, inicial, o qual Hegel (1999) designa de certeza sensível.

Essa certeza se faz passar a si mesma pela verdade mais abstrata e mais pobre. Do que ela sabe, só exprime isto: ela é. Sua verdade apenas contém o ser da Coisa; a consciência, por seu lado, só está nessa certeza como puro Eu, ou seja: Eu só estou ali como puro este, e o objeto, igualmente apenas como puro isto (HEGEL, 1999, p.74).

Esta fase do conhecimento, considerada como o primeiro saber, caracteriza-se pela articulação de uma consciência ingênua, que pensa possuir a verdade do objeto. Esta forma de percepção do mundo não faz indagações, nem percebe as contradições constituintes da relação entre o sujeito, os objetos e os saberes em circulação. A superação deste tipo de conhecimento ingênuo acontece através do sujeito que se experimenta no ato de saber alguma coisa, e que toma os resultados deste ato de conhecimento como uma propriedade adquirida através da atitude que, ao mesmo tempo em que nega, ultrapassa, mas conserva a certeza imediata, que

avança no sentido de outras percepções, entendimentos e consciências mais aprofundadas. Hegel utiliza-se da seguinte metáfora para explicar esta relação de negação e assunção graduais.

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluída faz dela momentos de unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários (HEGEL, 1999, p.22).

A dialética de Hegel propõe que o indivíduo eleve-se da certeza sensível para níveis mais altos de compreensão da realidade, de modo que possa recorrer a conhecimentos que vão se transformando em formas de vida efetiva, de práticas conscientes de si no mundo, através de saberes progressivamente naturalizados, na medida em que são assumidos a cada fase de negação e instauração de novos saberes.

No espírito que está mais baixo que um outro, o ser-aí concreto inferior está rebaixado a um momento invisível: o que era antes a Coisa mesma, agora é um traço apenas: sua figura está velada, tornou-se um simples sombreado. O indivíduo, cuja substância é o espírito situado no nível mais alto, percorre esse passado da mesma maneira como quem se presta a adquirir uma ciência superior, percorre os conhecimentos-preparatórios que há muito tem dentro de si, para fazer seu conteúdo presente; evoca de novo sua lembrança, sem no entanto ter ali seu interesse ou demorar-se neles (*ibidem*, p.36).

Tendo em vista esta forma de apropriação e utilização viva dos materiais dispostos na cultura, consideramos a perspectiva dialética de Hegel adequada aos objetivos mais gerais de se estudar a livre expressão enquanto a vida do direito fundamental do homem, amplamente reconhecido pela denominação de liberdade de expressão. A liberdade de expressão estaria, portanto, posicionada como o objeto a ser gradualmente incorporado através do avanço sistemático do conhecimento, que se inicia no ponto mais sensível e segue na direção da consciência de si, ou seja, na direção da expressão que se sabe livre durante o próprio ato de livre expressão.

Neste ponto de nossa discussão e diante das proposições hegelianas, consensualmente percebidas como hermética para os que, como nós, nelas se iniciam, recorreremos a interpretações de autores reconhecidos pela fidelidade ao pensamento do filósofo. São



estudiosos que têm posicionado as idéias de Hegel como um sistema de observação da realidade baseada na relação simultânea entre sujeito e objeto, vida e conceito, eu e substância. Assim, dentro dos limites e objetivos deste trabalho - e com o apoio desses intérpretes da dialética de Hegel - tentaremos estabelecer um resumo compreensivo do tratamento que este filósofo alemão dedica à liberdade humana, sobretudo no que diz respeito à sua concepção de liberdade enquanto uma ação orientada pelo “dever-ser”, ou seja, vivência que se estabelece entre a necessidade - aquilo que está determinado - e a contingência – as indeterminações que promovem o acaso na vida do homem em sociedade.

Para a liberdade em sentido pleno ser possível, mister se faz que o sistema hegeliano seja interpretado [...] como um ‘sistema aberto’, onde se imbricam dialeticamente os momentos necessários e os momentos contingentes; isto significa que a realização da liberdade pressupõe que exista, ao lado da necessidade, contingência objetiva (WEBER, 1993, p. 11).

Desse modo, compreendemos que as proposições de Hegel tentam superar as oposições clássicas da filosofia, que têm posicionado determinação e indeterminação em pólos distintos, na tentativa de abarcar as contradições como inerentes à própria vida do sistema social. Para a superação desta dicotomia, faz-se necessário um modo de “pensar a vida” que considere a “totalidade”, termos utilizados por Hegel para destacar uma interioridade e uma exterioridade que se juntam na relação entre sujeito e objeto, eu e substância, vida e conceito. “A dialética não é um método que supõe a exterioridade do entendimento em relação ao objeto, nem reciprocamente, mas é o próprio movimento do conceito, a própria vida do sistema” (LAROUSSE, 1988, p.1627).

Hegel fixou-se na tarefa de encontrar um método capaz de justificar o real na sua totalidade (e, por conseguinte, mesmo nas suas contradições) e na sua realização acabada. A dialética especulativa de Hegel tem por missão “pensar a vida”, ou seja, provar que o mundo é inteiramente obra do espírito, mesmo naquilo que aparentemente contradiz as exigências do espírito (GARAUDY, 1966, p. 24).

Conforme o pensamento dialético, a metodologia adequada para os estudos da liberdade deve considerar dois movimentos distintos, mas que se articulam simultaneamente para a produção de uma unidade indivisível, a que Hegel denomina de “eu consciente”. Estes

dois movimentos, que são mútuos, podem ser definidos como o da “substância que fica sujeito” e o do “sujeito que se substancia”.

Para demonstrar a singularidade destes movimentos que, por serem mútuos e simultâneos, obtém, por assim dizer, um único resultado, Hegel propôs a formulação do “estar-em-si-estando-num-outro”. Para explicar esta formulação, recorreremos a Siemek (1993), estudioso do pensamento hegeliano e defensor da relevância e atualidade do conceito hegeliano de liberdade para o homem da contemporaneidade. Segundo ele, o movimento mútuo e simultâneo, ao qual Hegel faz referência,

Contém dois momentos opostos que, construídos, se transformam um no outro: 1) que mesmo estando em um outro (portanto, na objetividade externa e nas relações com os homens) se está em si mesmo; esse é o momento da subjetividade ou da autoconsciência, através da qual o eu se encontra e se reconhece no mundo objetivo. [...] 2) que a gente só pode estar em si estando num outro. Esse é o momento da substancialidade ou da realidade objetiva, através da qual o eu subjetivo vive, isto é, age e, através desse agir – saindo assim de si mesmo, - passa à existência efetiva. (SIEMEK, 1993, p.355).

Essa convergência da substância sobre o sujeito e do sujeito sobre a substância propõe uma articulação que eleva estes dois pólos, antes considerados dicotômicos, à condição de uma unidade resultante da simultaneidade entre os aspectos teóricos - movimento da autoconsciência, caracterizado pelo movimento da substância que fica sujeito - e os aspectos empíricos – traduzidos pela ação do sujeito sobre o mundo, ou seja, de objetivação da exterioridade, mais precisamente o movimento em que o sujeito se substancia.

O que a liberdade aqui significa não é um estado, uma qualidade ou uma disposição do sujeito meramente humano, nem, por outro lado, um princípio metafísico de um ser objetivamente substancial. A liberdade é antes a forma e a estrutura de totalidade da relação que sempre há entre o sujeito e a substância, entre o eu e seu mundo, entre autoconsciência e seu outro (*ibidem*, p. 357).

É nessa perspectiva que Hegel aborda o fenômeno da liberdade humana e formula o seu conceito para este termo, por ele considerado como uma relação mútua entre, de um lado, a instituição liberdade, e, de outro, a ação que lhe dá vida e a atualiza. Neste sentido, a liberdade seria a um só tempo uma relação e um processo, em que se imbricam os pólos teóricos e práticos.

É preciso enfatizar que a tese fundamental de Hegel [...] é que o homem é essencialmente livre. Trata-se da dimensão fundamental do homem e que deve ser preservada. Da concepção de homem de Hegel se infere ser ele livre e igual em direitos. Isso é importante ressaltar, pois é a concepção de homem que determina as estruturas e as formas de sua organização social e política e vice-versa (WEBER, 1993, p.51).

Assim definida, a liberdade é a ocorrência simultânea entre as idéias de liberdade, conforme apropriação pelo sujeito realizada junto ao sistema a ele disponível pela cultura de sua época. Ao mesmo tempo, a apropriação atualiza este sistema através dos atos de liberdade dos indivíduos, que resulta num exercício de contínua tensão sobre a determinação cultural do que deva ser a liberdade. Compreendemos que é no movimento de atualização do sistema que se pode observar a vida do conceito, mas que, por outro lado, esta vida é gestada a partir das referências culturais de liberdade, em consonância tanto com a idéia universalizada no momento da ação livre, quanto com o estágio de aquisição desta idéia, vivenciado pelo sujeito da ação.

Para dar continuidade à nossa argumentação, tomemos a iniciativa de raciocinar de forma polarizada. Isolemos, então, o que seria o momento de internalização da idéia de liberdade, um movimento que se configura pela interiorização das normas, das leis, dos conceitos e dos elementos que compõem a natureza estável dos sistemas institucionalizados para a orientação da liberdade. Se assim procedermos, teremos, em termos metafóricos, um deslocamento cujo fluxo adota uma direção que parte do social para o individual, sendo aquilo que se descola a substância simbólica engendrada, acumulada, disposta pela cultura e essencial para a percepção, direção e significação da liberdade enquanto coisa imaterial, mas que se materializa através da ação livre.

Diante desse movimento, que é de natureza eminentemente simbólica, e, por isso, sujeito à ambigüidade e à imprecisão, fenômenos próprios dos materiais polissêmicos, polifônicos e diversos, preocupamo-nos com a formação do comportamento prático de autoconsciência da liberdade, sobretudo quando este movimento de interiorização se processa em setores especializados da cultura, como é o caso do jornalismo. Sem pretensões de hierarquizar um sistema conceitual mais flexível em relação a outros mais rígidos, consideramos que dispersões, imprecisões e ambigüidades semânticas são particularmente inadequadas em determinados setores da cultura. O uso de conceitos bem definidos, consensualmente interpretados e universalmente aceitos, é imperativo para o funcionamento,

a legitimidade e o cumprimento das funções sociais da ciência, por exemplo. Em consequência, esta área do conhecimento tem, dentre outras funções, a de forjar os chamados conceitos não espontâneos.

Esse raciocínio, desenvolvido para a ciência, é extensivo às atividades culturais especializadas, como as profissões, elas próprias estruturadas como campos sociais constituídos e constituintes de uma teia sistêmica, sustentada por pilares conceituais precisos, dispostos à orientação de seus agentes. É, portanto, da necessidade de precisão conceitual, que advém a nossa preocupação para com os significados de livre expressão, conforme a sua circulação na ambiência de formação formal de jornalistas. Neste sentido, ratificamos estar, dentre as nossas motivações, a hipótese da existência da dispersão semântica entre os termos “livre expressão” e “liberdade de expressão”, sendo este último um direito fundamental, institucionalizado e formalizado no processo histórico de desenvolvimento da sociedade civil, e o primeiro, a vida deste direito.

Aprendemos com Oliveira (2001) que o estudo dos conceitos e significados não é tarefa simples, como quis a teoria semântica, a qual, por muito tempo, compreendeu os significados como idéias ou conceitos que podiam ser transferidos da mente do emissor para a do receptor, através de sua encarnação material, seja ela o som ou a escrita. Esta compreensão é considerada bastante tradicional e se desfez diante da seguinte interrogação filosófica: o que é, afinal, o significado?

Os filósofos vêm debatendo a questão, com referência especial à linguagem, já há bem mais de dois mil anos. Ninguém conseguiu ainda apresentar uma resposta satisfatória. Uma das possíveis razões para isso é que, da forma como está elaborada, a pergunta é irrespondível. Apresenta duas pressuposições que são, no mínimo, problemáticas: (a) de que aquilo a que nos referimos com a palavra ‘significado’ tem algum tipo de existência ou realidade; (b) que tudo aquilo a que nos referimos usando este termo apresenta uma natureza semelhante, se não idêntica. Podemos chamar a uma de (a) pressuposição de existência e a outra de (b) pressuposição de homogeneidade (OLIVEIRA, 2001, p. 133).

Para sustentar a discussão sobre a complexidade que envolve os estudos dos significados, a autora convoca exemplos difíceis de serem enquadrados simultaneamente nas pressuposições de existência e homogeneidade. De um lado, os conceitos de palavras como “o”, “em” e “por” não encontram correspondências materiais na realidade, e, de outro, o

conceito de “escola”, por exemplo, mesmo apresentando-se associado a uma imagem visual localizável na realidade, tal imagem teria um caráter pessoal que a referenciaria. Estes exemplos, então, colocariam abaixo tanto a pressuposição da existência ou realidade para termos como “o” e “por”, como a pressuposição de homogeneidade para os casos como o da “escola”.

Tal argumentação implica que os significados não se definem nem pela encarnação material dos objetos da significação na realidade, nem tampouco pela similaridade que possa lhe dar homogeneidade. Desta forma, os significados atribuídos aos objetos ou fenômenos são mutáveis em relação ao tempo e ao espaço em que são configurados. Esta percepção é compartilhada por Vygotsky (1993), para quem “um conceito não é uma formação isolada, fossilizada e imutável, mas sim uma parte ativa do processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução de problemas” (VIGOTSKY, 1993, p. 46).

Não sendo caracterizados nem pela possibilidade de materialização, nem pelo pressuposto de homogeneidade, perguntamo-nos, então, o que, de fato, estaria implicado na constituição dos significados? Adiante, estaremos explorando esta questão, quando fizermos referência aos pressupostos de Vygotsky (1993), para tratar da formação dos significados ou conceitos. Segundo este autor, “um conceito é mais do que a soma de certas conexões associativas formadas pela memória, é mais do que um simples hábito; é um ato real e complexo de pensamento que não pode ser ensinado por meio de treinamento” (*ibidem*, p. 104).

Em razão do exposto, acreditamos que a busca dos significados de livre expressão, enquanto a vida do direito à liberdade de expressão, possa se implicar de forma positiva na constituição do comportamento prático de autoconsciência dos jornalistas. Para tanto, faz-se importante considerar os modos como este campo social está estruturado para a promoção da livre expressão, o que inclui, além dos fatores extrínsecos já contemplados neste relato, o desenvolvimento de linguagem específica, a ser utilizada em várias instâncias, quais sejam, na constituição dos produtos expressivos que se destinam ao público leitor; na comunicação interna de seus agentes; e, finalmente, na interação com a variedade dos indivíduos interlocutores durante a composição das matérias, artigos, notícias, dentre outros produtos expressivos desta categoria profissional.

#### 4.3 – O jornalismo: um sistema de libertação e dominação

À compreensão do processo de significação de um campo social específico, faz-se necessário identificar as condições de realização dos significados em circulação pela economia simbólica do campo focalizado. Este procedimento de identificação implica informar-se sobre os fatores que organizam, estruturam e institucionalizam este campo em foco, e que produzem uma espécie de subordinação, consciente e livre, efetivada pela interação entre os agentes da área em estudo.

Neste contexto, consideramos relevante a função do material simbólico como mediador de um processo de identificação mútua entre os indivíduos que, se se reconhecem, é em razão do uso de um mesmo código de interação, ou seja, de um mesmo sistema de signos por eles interpretados de forma consensual. É o uso deste sistema consensual de comunicação o que caracteriza os indivíduos que pertencem a um mesmo “campo particular de criação ideológica” (BAKHTIN, 2002, p.36).

Neste sentido, Bakhtin (2002) afirma que “cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhes são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela” (*ibidem*, p.36-37). Esclarecemos que o termo ideologia, em Bakhtin, refere-se ao “sentido estrito do termo (ciência, arte, etc)” (*ibidem*, p.41). Deste modo, quando o autor se refere à criação ideológica, está tratando do processo de desenvolvimento de produtos simbólicos elaborados em domínios específicos, a exemplo do conhecimento científico, da literatura, da religião, da moral, das profissões, dentre outros.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, e remete a algo situado fora de si mesmo. Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (*ibidem*, p.31).

Na Introdução ao livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Yaguelo (2002) procura caracterizar o processo de criação ideológica através da presença de diferentes registros no âmbito de um mesmo sistema lingüístico, fenômeno que ocorre, sobretudo, na

esfera da comunicação verbal. Segundo este estudioso tais distinções estariam implicadas, de forma mais ampla, aos interesses de dominação e de poder.

A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc. Na medida em que às diferentes classes correspondem diferenças de registros ou de sistema (assim, a língua sagrada dos padres, o “terrorismo verbal” da classe culta, etc), esta relação fica ainda mais evidente (YAGUELO, 2002, p. 14).

Neste sentido, como prerrogativa para a continuidade de nossa discussão em busca da especificidade do conceito de livre expressão no campo social do jornalismo, impõe-se a indagação sobre a possibilidade de ser, este campo, um domínio constituído de material simbólico específico, o que posicionaria os seus agentes em condições de utilização da linguagem como instrumento de resistência em várias frentes: em relação ao sistema hierárquico interno que estrutura os sistemas de comunicação enquanto organizações empresariais, por vezes distanciadas do interesse público; em relação à margem de manobra para a construção de produtos expressivos de legítimo interesse público; em relação à necessidade de organização identitária da categoria, dentre outras formas de utilização da linguagem nas relações de poder.

Explicitamos que ao indagarmos se o jornalismo pode vir a ser um domínio constituído de material simbólico específico, estamos discutindo a possibilidade da caracterização deste campo enquanto uma comunidade semiótica específica. A questão é apontada, mas não desenvolvida por Barthes (2003).

Os sistemas mais interessantes, aqueles que ao menos estão ligados à sociologia das comunicações de massa, são complexos sistemas em que estão envolvidas diferentes substâncias: no cinema, televisão e publicidade, os sentidos são tributários de um concurso de imagens, sons e grafismos; [...] Quanto à imprensa, que podemos considerar, razoavelmente, como um sistema de significação autônomo, ainda que nos limitemos aos seus elementos escritos, ignoramos quase tudo de um fenômeno lingüístico que parece ter nela um papel capital: a conotação, vale dizer, o desenvolvimento de um sistema de sentido segundo, parasita, se se pode assim dizer, da língua propriamente dita” (BARTHES, 2002, p.32).

Na tentativa de compreender o jornalismo como um sistema de significação autônomo, recorreremos aos estudos de Gomes (2000). A autora trata da relação entre o jornalismo e as ciências da linguagem e apresenta o jornalismo como uma instituição social de linguagem específica, cujos elementos são localizados em posição análoga aos próprios elementos do sistema lingüístico.

Há algo negligenciado nas reflexões jornalísticas. Antes de registrar, informar, antes de ser colocado pelas condições que o caracterizam, por exemplo, periodicidade, universalidade, atualidade, difusão, categorias que nos são dadas por Otto Groth<sup>14</sup> o jornalismo é ele próprio um fato de língua (GOMES, 2000, p. 19).

Observemos que esta perspectiva aponta para a busca da própria essência do jornalismo, ou seja, para a ultrapassagem aos fatores extrínsecos que o tem definido, como periodicidade, temporalidade, continuidade, dentre outras características que lhes dão a superfície. Como um fato de língua, então, o jornalismo pode ser tomado a partir de si próprio, e um primeiro passo neste sentido é o de identificar as funções que lhes dão o caráter de instituição social, de papel organizador na sociedade. Segundo Gomes, esta assertiva está na presunção de que “como fato de língua, seu papel/função primordial será necessariamente aquele que a língua/instituição social implica: o de organizar discursivamente, o que, aliás, é a prática jornalística por excelência” (*ibidem*, p.19).

De um modo geral, há um consenso teórico acerca do papel organizador atribuído ao jornalismo. Este papel é exercido a partir da contínua confirmação que o jornalismo promove no modo de organização da sociedade. Deve-se, principalmente, pelo destaque por ele dado aos temas que se relacionam com os movimentos do Estado, ou das organizações que atuam como a extensão dele. As funções de organização do jornalismo revelam-se ainda pela confirmação dos espaços sociais e dos discursos econômicos, culturais e científicos, dentre outros. Para os nossos objetivos, destacamos duas dessas funções, justamente aquelas que acreditamos mais diretamente implicadas no papel da livre expressão, enquanto um instrumento de trabalho do jornalista.

---

<sup>14</sup> Otto Groth (1883-1964) exerceu o jornalismo profissional na Alemanha de 1906 a 1934, abandonando esta atividade quando se posicionou contrariamente ao nacional-socialismo e não teve mais condições de continuar a atuar politicamente. Aluno de Max Weber, publicou uma enciclopédia do jornalismo, *Die Zeitung*, obra clássica, de referência indispensável aos estudos universitários da área.



A primeira é a função testemunhal. A esta função é atribuído o papel de confirmação da própria língua-mãe, conforme ela é utilizada pela comunidade para a qual os produtos jornalísticos se destinam. Esta determinação confirma e reafirma continuamente o pacto social que está na gênese de qualquer formação de grupo. Relembremos, aqui, a afirmação de Lévi-Strauss (1996) de que a troca é o fenômeno primitivo da organização grupal, sendo a troca da palavra o que define originariamente um grupo como grupo. Percebamos, nesta afirmação, a implicação do uso da língua pelo jornalismo em dois níveis básicos de adequação: consumo externo, para o público leitor; e, consumo interno, para a identificação dos seus agentes em atuação.

A constituição de uma linguagem específica adquire complexidade ainda maior quando dos jornalistas, além da compreensão de uma linguagem interna voltada para a atuação desses agentes, é exigida também a compreensão da linguagem em circulação na comunidade que consome os seus produtos. Por isso, ao definir o grupo ou a comunidade a que se destinam os seus produtos expressivos, o jornalismo organiza-se para acomodar-se ao sistema lingüístico por este grupo ou comunidade utilizado, o que significa um esforço para a compreensão dos signos ideológicos que circulam no âmbito da economia simbólica de cada grupo ou comunidade.

Segundo Gomes (2000), a constituição do signo é ainda especialmente importante para a função testemunhal do jornalismo, em razão, sobretudo, do papel do referente. Lembremos que o referente é o componente que emerge do jogo dos outros dois elementos, quais sejam, o significado e o significante. Estes três elementos, juntos, formam a configuração tripartida do signo, base da língua. O significado é definido como o conceito ou a idéia pelo signo evocado; o significante caracteriza-se pelas formas como o signo se materializa, seja pela impressão psíquica, pelo gesto ou pela escrita impressa, dentre outras. É importante adiantar que esta materialização revela-se também na outra dimensão da linguagem, que é a fala. A este respeito, Bakhtin afirma que “todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer” (BAKHTIN, 2002, p.33).

O referente, que emerge da relação entre o significado e o significante, é o elemento pelo qual o signo estabelece contato com a realidade que lhe é completamente exterior. A importância do referente para a atividade jornalística pode ser dimensionada a partir dos

estudos que tratam da estrutura da notícia, o produto expressivo do jornalismo, por excelência. De acordo com Gomes (2000), o sistema de referência utilizado pelo jornalismo procura promover o “esquecimento da ordem simbólica, e de si próprio, imerso nesta ordem, para enaltecimento de um real auto-suficiente, como não mediatizado, na suposição de pura concretude” (GOMES, 2000, p.24).

Deste modo, as estratégias utilizadas pelo jornalismo para promover a referencialidade, ou efeito de real, necessária ao seu sistema expressivo, podem ser encontradas nas citações, nas entrevistas, nas fotografias, nas tabelas estatísticas, que funcionam como sinais que demarcam os lugares de remetência ao real. Estas estratégias podem ser categorizadas a partir de três funções que se integram para dar verossimilhança e plausibilidade a esse efeito do real:

a) Índices – funcionam como significantes do caráter, personalidade, identidade, atmosfera e estado de espírito de uma personagem. Geralmente são encontrados em depoimentos de familiares e vizinhos da personagem;

b) Informantes – funcionam como significantes que determinam a situação geográfica e temporal. Estão dispostas na remetência às datas históricas, na promessa de desdobramento de assuntos tratados, na informação sobre o clima, dentre outros;

c) Catálises – trata-se de uma função cronológica que se comprime ou se distende na própria narrativa. O receptor da mensagem é envolvido por esse tempo, que geralmente se inicia, não pela ordem dos acontecimentos, mas pelo fato mais chocante – ou “comercial” – neles envolvido.

Ao citar tais estratégias de referências utilizadas pelo jornalismo, para que os seus produtos expressivos possam produzir o máximo efeito de real, Gomes (2000) propõe a existência de um tipo de linguagem para o modo de expressão jornalística, que assim se projeta como um sistema específico. Assim como o signo, o elemento de base da língua, dispõe de um referente inseparável, a notícia, elemento de base do jornalismo, apóia-se nas estratégias de referência como forma de aquisição de plausibilidade e verossimilhança. É preciso lembrar que estas estratégias são passíveis de utilização dos jornalistas para a modelagem de seus produtos expressivos, conforme informa Perseu Abramo ([www.fpqbramo.org.br](http://www.fpqbramo.org.br)), quando discorre sobre as possibilidades de desvios das informações de interesse público, já referendados em outro momento deste trabalho.

Uma segunda função organizativa, tanto da língua quanto do modo de expressão jornalística, é a da oposição. Constituída como um sistema de diferenciação, conforme proposta por Saussure (1999), a constituição da língua não seria possível sem o jogo de distinção que ela promove entre os materiais que lhes constituem a estrutura.

Filósofos e lingüistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias pré-estabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua (SAUSSURE, 1999, p.139).

Esse sistema de distinção pode ser comparado à atividade de organização, promovida pelo jornalismo, em sua atividade de transformação do real aleatório em realidade hierarquizada por ordem de importância, valor, tema e escolha. “Devemos levar em conta que é por uma escolha feita pelas mídias que um acontecimento se elege como tal. Diante do poder de penetração das redes midiáticas, diz-se que se não passou pela mídia, não aconteceu” (GOMES, 2000, p.79).

Daí o entendimento de que, em parte, é com a contribuição do jornalismo que as ocorrências, idéias e temáticas tornam-se um sistema racionalizado e organizado, ao fornecer um quadro de referência que, de forma mais ampla, podemos chamar de construção social da realidade, de acordo com a concepção de Berger e Luckmann (2002). Neste sentido, a mídia, de um modo geral, e o jornalismo, em especial, cumprem a função de estabelecerem um sistema de oposição ao destacar, dentre os diversos acontecimentos da realidade, aqueles aos quais seremos expostos.

Esses pressupostos tiveram a intenção de afirmar o jornalismo como um domínio de criação ideológica específico, conforme a definição utilizada por Bakhtin para destacar a economia simbólica, em ocorrência nas diversas esferas de atividade humana. O posicionamento do jornalismo enquanto um fato de língua, importa para a identificação dos significados de livre expressão, sobretudo para o caso desta investigação que direciona as suas indagações para os agentes que atuam no campo de formação desta profissão. Tal importância acontece na medida em que, de acordo com Barthes (2003), no que diz respeito a sistemas lingüísticos específicos, como é o caso da imprensa, os termos e expressões utilizados no interior do campo são formulados, na maioria das vezes, pelos seus agentes.

Na linguagem, não entra na língua nada que não tenha sido ensaiado pela fala, mas, inversamente, fala alguma é possível (vale dizer, não responde à sua função de comunicação), se ela não é destacada do tesouro da língua. [...] mas, para a maioria de outros sistemas semiológicos, a língua é elaborada, não pela ‘massa falante’, mas por um grupo de decisão (BARTHES, 2003, p.32-33).

Faz-se importante perceber ainda que estes domínios de criação e utilização específica da língua foram de alguma forma antecipados por Sausurre (1999), quando o autor afirma ser a língua “um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas” (SAUSURRE, 1999, p.18) e que “cada termo lingüístico é um pequeno membro, um *articulus*, em que uma idéia se fixa num som e que um som se torna signo de uma idéia” (*ibidem*, p.131). Assim, a partir dos pressupostos que posicionam a atividade jornalística na condição de um sistema lingüístico específico, procuramos investigar os significados atribuídos ao termo livre expressão, conforme a sua circulação na ambiência de formação formal dos profissionais deste campo.

Nesse sentido, consideramos relevante a perspectiva dialética pela qual é possível perceber o jornalismo como um sistema organizado a partir de dispositivos, normas, deontologia e linguagem. Uma estrutura que deve ser desvendada, manuseada, atualizada e transformada pelo conhecimento, reflexão e crítica às determinações nela dispostas para orientar a atuação de seus agentes.

À medida que temos acesso mais preciso a esses determinismos, nosso sentimento de liberdade se modifica. Da sensação infantil de poder fazer escolhas arbitrárias, passamos, pouco a pouco, à aceitação daquilo que se faz em nós [...] Aos poucos, graças à progressão do conhecimento das causas, vai desaparecendo o hiato entre a liberdade vivida e a liberdade teórica. É essa anuência que vai propiciar a experiência da verdadeira liberdade. Quanto mais aumenta nosso conhecimento, maior a experiência que temos de nossa livre escolha se aproxima, assintoticamente, da experiência de uma verdadeira liberdade (ATLAN, 2002, p.48/49).

Dessa forma, a condição de sistema de linguagem específico atribuído ao jornalismo oportuniza que este setor do conhecimento seja abordado pela via da significação ideológica, idealizada por Bakhtin (2002). Esta perspectiva parte do princípio de que “todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação” (BAKHTIN, 2002, p. 44). É em função deste consenso que “cada campo de criatividade ideológico tem o seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua maneira (*ibidem*, p.33)”. Essas assertivas orientam que o acesso aos

fenômenos da linguagem deve considerar alguns fatores metodológicos. Serão estes fatores os pilares de sustentação de nosso percurso, em busca dos significados atribuídos à livre expressão dos jornalistas pelos agentes de formação deste campo social, os seus professores.

De acordo com os pressupostos de Bakhtin (2002), o primeiro fator a ser considerado na abordagem dos fenômenos da linguagem é o cenário mais amplo que compõe a realidade social em que se dá a atualização da língua.

É preciso supor [...] um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo de nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito [...] em cuja atmosfera (os indivíduos) constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc (BAKHTIN, 2002, p. 112).

Um outro fator apontado por este autor diz respeito às condições imediatas de produção da atualização da língua, visto que “qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo, pela *situação social mais imediata*” (*ibidem*, p. 112). E, finalmente, nesta abordagem deverá ser destacado também o “auditório social”, para o qual a atualização da língua orienta-se, tanto em termos de interlocução imediata, quanto em consideração à capacidade de difusão dos discursos, para além dos circuitos imediatos de sua produção.

#### 4.4 – A trilha compreensiva da vida de um conceito

A partir dessas três instâncias – horizonte social mais amplo, condições imediatas de produção e auditório social -, é possível analisar os produtos concretos de atualização da língua, os quais Bakhtin (1997) denomina de enunciados. O enunciado é definido por este autor como a unidade da comunicação verbal, sendo caracterizado por certa “compreensão responsiva ativa”, que “nada mais é do que a fase inicial e preparatória para uma resposta (seja qual for à forma de sua realização)” (BAKHTIN, 1997, p. 291).

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., esta atitude do ouvinte está

em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor (*ibidem*, 1997, p.290).

Do ponto de vista da compreensão responsiva ativa, os enunciados caracterizam-se por três particularidades que funcionam de forma imbricada. São elas, a “alternância dos sujeitos falantes”, o “acabamento” e os “gêneros dos discursos”. A “alternância dos sujeitos falantes” é compreendida como a passagem da palavra de um locutor a outro. Tal alternância resulta no estabelecimento do “acabamento”, a segunda particularidade do enunciado, em torno do qual estaremos nos detendo de modo mais detalhado, visto a sua relevância para a tarefa de identificação dos enunciados.

O processo de acabamento pode ser observado através de três fatores: a) tratamento exaustivo dos objetos de sentido ou temas; b) o intuito, o querer-dizer do locutor; c) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento. Passemos a compreender o primeiro deles. O tratamento exaustivo do objeto de sentido varia conforme as esferas em que se dá a comunicação verbal. Em se tratando da vida prática ou cotidiana, bem como em certas instâncias menos formais das esferas profissionais, este tratamento é considerado “quase total”, o que significa a quase ausência de problematização.

Em termos dialéticos, a ausência de problematização, característica dos enunciados de acabamento do tipo quase total, pode ser compreendida como uma forma de construção própria da fase de conhecimento do tipo certeza sensível, o que significa uma maior possibilidade de habitação do fenômeno da dispersão semântica. Por sua vez, a segunda forma de tratamento exaustivo do objeto de sentido, o acabamento relativo, acontece mediante uma abordagem que se dedica à discussão dos objetos em campos culturais estruturados, como a ciência e as profissões, e se caracteriza pela inserção da intenção do locutor em suas construções.

Teoricamente, o objeto é inesgotável, porém, quando se torna tema de um enunciado (de uma obra científica, por exemplo), recebe um acabamento relativo, em condições determinadas, em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos por atingir, desde o início ele estará dentro dos limites de um intuito definido pelo autor (BAKHTIN, 1997, p.300).

O acabamento relativo caracteriza-se, como se pode ver, pela incorporação da intenção do produtor da expressão, o que significa a inserção dos elementos subjetivos na enunciação. “Percebemos o que o locutor quer dizer e é em comparação a esse intuito discursivo, a esse querer dizer (como o tivermos captado) que mediremos o acabamento do enunciado” (*ibidem*, p.300).

O terceiro fator constitui-se dos “gêneros dos discursos”, pelos quais os enunciados são materializados, um processo que se efetiva em consonância com as esferas da atividade humana, em que se dá a sua realização. Os gêneros dos discursos são relativamente estáveis, sendo utilizados pelos locutores de forma segura e hábil, mesmo que eles não tenham o conhecimento teórico de seus pressupostos.

Dessa forma, compreendemos a constituição dos enunciados, e os fatores que lhes dão características como relevantes, para a análise que se pretende sobre a correspondência entre língua e uso da língua, entre o conceito e vida do conceito. Neste sentido, além dos fatores já explicitados, deve-se levar em conta também o caráter expressivo que subjaz do uso de uma determinada palavra, de um signo ou de um termo qualquer. Para tanto, estes usos devem ser verificados nos contextos de sua realização, visto que, isolados das condições mais amplas e mais imediatas de produção, eles revelam-se tão somente como traços ou sons sem significados.

Essa articulação é passível através da análise da expressividade subjacente à constituição dos enunciados, pois, segundo Bakhtin (1997), é na forma expressiva dos enunciados que se localiza o seu conteúdo.

Apenas o contato entre significação lingüística e a realidade concreta, apenas o contato entre a língua e a realidade – que se dá no enunciado – provoca o lampejo de expressividade [...] quando escolhemos uma palavra, nem sempre a tiramos, pelo contrário, do sistema da língua, da neutralidade lexicográfica. Costumamos tirá-la de outros enunciados (BAKHTIN, 1997, p.311-312).

Considerando, ainda, que os enunciados sejam produtos carregados de significações completas acerca dos objetos a que fazem referência, procuramos elegê-los como o *locus* privilegiado para a busca dos significados atribuídos à livre expressão, de acordo com o uso

que deles fazem os professores de jornalismo. Ao ensaiar uma metodologia para esse tipo de investigação, Bakhtin sugere que,

A investigação da significação de um ou outro elemento lingüístico pode [...] orientar-se para duas direções: o estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou, então, ela pode tender para o estágio inferior: o da significação. Nesse caso, será a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou, em outros termos, a investigação da palavra dicionarizada (BAKHTIN, 2002, p.131).

Em consonância com tal sugestão, estaremos nos dirigindo em primeiro lugar para os temas que emergem dos enunciados, um movimento que investe no estágio superior da significação. Quanto ao estágio inferior, consideraremos os conceitos, universais e duradouros, utilizados na elaboração destes enunciados.

Acreditamos na coerência das decisões tomadas para orientar esta investigação dos significados de livre expressão junto ao segmento profissional do jornalismo, uma vez que, conforme explica Bakhtin (2002), “as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece” (BAKHTIN, 2002, p.44). Neste sentido, acreditamos que a abordagem filosófica da linguagem, conforme proposta pelo autor, adequa-se à nossa proposta de investigação do conceito de livre expressão, enquanto a vida da liberdade de expressão, o direito.

Só esta abordagem pode dar uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do ser; é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal do signo pelo ser aparece como uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração realmente dialética do ser no signo (*ibidem*, p.44).

Na busca pelos significados de livre expressão, conforme os concebem os agentes da formação em jornalismo, preocupamo-nos ainda em analisar a necessidade da constituição de uma conceituação mais precisa, que possa ser utilizada no percurso de formação dos jornalistas. Assim, completamos a nossa análise com os pressupostos de Vygotsky (1993), visto que, segundo a perspectiva deste autor, “a formação de um conceito é um processo criativo, e não um processo mecânico e passivo” (VYGOTSKY, 1993, p.47).



Para o autor, no processo de formação dos conceitos, é evidenciada a importância da participação de todas as funções básicas intelectuais: a associação, a atenção, a formação de imagens, a inferência ou as tendências determinantes, sendo todas elas indispensáveis, mas “insuficientes sem o uso do signo, ou palavra, como o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais” (*ibidem*, p.50).

Todas as funções psíquicas superiores são processos mediados, e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las. O signo mediador é incorporado à sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo. Na formação dos conceitos, esse signo é a palavra, que em princípio tem o papel de meio na formação de um conceito e, posteriormente, torna-se o seu símbolo. (*ibidem*, 1993, p.48)

Ainda de acordo com Vygotsky, “as palavras exercem a função de conceitos e podem servir como meio de comunicação, muito antes de atingir o nível de conceitos característico do pensamento desenvolvido” (*ibidem*, p.48). Nessa jornada de desenvolvimento do pensamento, três fases são elevadas à condição de antecessoras à constituição do conceito propriamente dito. Em resumo, esse percurso se inicia pelo “conglomerado vago e sincrético de objetos isolados”, passa pelo “pensamento por complexo” e deságua nos “conceitos potenciais”. Em função de nossos objetivos, privilegiaremos, neste referencial, a fase de pensamento por complexo.

A propósito de nossos objetivos, demarcados em um campo social em que os agentes são adultos, adiantamos que o método pelo qual o autor se inspirou para o estabelecimento de suas proposições “pode ser aplicado tanto a crianças como a adultos, uma vez que a solução do problema não pressupõe uma experiência ou conhecimentos anteriores por parte dos sujeitos observados” (*ibidem*, p. 46). Para tanto, foi suficiente a adequação do modelo que serviu de fonte de inspiração, uma vez que, de acordo com Vygotsky, o “problema é apresentado ao sujeito logo de início e permanece o mesmo até o final” (*ibidem*, p.49).

Esta abordagem harmoniza-se com a perspectiva de construção dos enunciados já que “não se pode esquecer que o enunciado ocupa uma posição definida numa dada esfera da comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada questão, etc” (BAKHTIN, 1997, p. 316). Contudo, conforme compreendemos, “apesar de o enunciado caracterizar-se acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto de sentido” (*ibidem*, p. 308), a identificação dos conteúdos que constituem o enunciado, em si, não é suficiente para sustentar uma

identidade conceitual mais precisa do objeto, ao qual o enunciado se refere, visto que, para adquirir o estatuto de conceito, faz-se necessária a presença de elementos que unam os temas ou conteúdos identificados, em torno de um único atributo, conforme informa Vygotsky, quando determina que um conceito “agrupa os objetos de acordo com um atributo” (VYGOTSKY, 1993, p.53).

Assim, de forma complementar, tentamos identificar os possíveis elos dos temas ou conteúdos constituintes dos significados atribuídos à livre expressão e, dessa forma, promover uma aproximação compreensiva do possível nível em que se encontra o percurso de desenvolvimento do conceito de livre expressão, conforme a sua configuração pelos agentes de decisão do campo social do jornalismo.

Com Vygotsky (1993), compreendemos que o primeiro nível do processo de formação de um conceito é caracterizado pela mistura de diferentes elementos, unidos pela força de uma impressão ocasional, e marcado por uma imagem desarticulada do objeto. Para os interesses deste trabalho, no entanto, interessa-nos compreender a configuração conceitual do objeto, conforme ele é definido no nível do complexo. Segundo o autor, neste nível, o conceito é formado por “um agrupamento concreto de objetos unidos por ligações factuais” (VYGOTSKY, 1993, p.53).

Os estágios de formação dos conceitos em nível do complexo podem ser caracterizados de acordo com o percurso de seu desenvolvimento. Para explicar a fase do tipo associativo, Vygotsky utiliza-se da metáfora da flor e da rosa, como forma de ilustrar a relação entre um conceito mais geral – flor – diante de um outro que lhe é subordinado – rosa. Esta relação, denominada de supra-ordenação, não é percebida durante a fase de construção dos conceitos, que resulta de um complexo associativo. Neste nível de construção, o conceito mais amplo e o mais restrito coexistem no mesmo plano.

Trazendo esta exemplificação para os nossos objetivos, podemos perceber que a relação entre os conceitos de liberdade e liberdade de expressão é da ordem de supra-ordenação, considerando que o primeiro faz referência a um direito mais amplo e, o segundo, a um direito mais restrito, constitutivo do primeiro. Além do mais, assim como a liberdade de expressão, outras formas de liberdades, como as de locomoção, de opinião, de reunião, de

pensamento, de culto religioso, dentre outras, mantém uma relação de supra-ordenação em relação ao conceito mais geral de liberdade.

Ao chamarmos a atenção para a relação de supra-ordenação entre o conceito de liberdade e os conceitos das demais liberdades listadas, temos a intenção de consolidar a compreensão da existência da distinção entre os conceitos de liberdade de expressão e livre expressão, uma vez que este último não apenas dá vida material ao direito cuja denominação se lhe assemelha, em termos de significante – liberdade de expressão -, mas também dá vida a algumas das demais liberdades listadas, como por exemplo, as de opinião e pensamento. Neste sentido, então, o conceito de livre expressão estaria posicionado de forma mais ampla em relação às liberdades que ele contribui para a materialização, o que estabelece entre ele e tais liberdades uma relação de supra-ordenação.

A percepção da supra-ordenação demonstrada está no cerne da hipótese da dispersão semântica entre os conceitos de liberdade de expressão e livre expressão, uma vez que os significados destes termos podem até existir de forma paralela, assim como o paralelismo existente entre as noções de língua e as noções de fala, conforme os pressupostos de Saussure, já discutidos em outro momento deste trabalho. Paralelismo, no entanto, não significa semelhança ou relação sinonímica.

A confirmação de tal hipótese significa estarmos considerando a possibilidade de paralelismo, não apenas em relação a estes dois conceitos, mas também em relação às demais liberdades materializadas através da livre expressão. É no sentido da redução desta similaridade, aqui compreendida como indevida é que nos preocupamos em discutir tais conceitos. Esperamos contribuir para uma discussão mais consequente em torno dos conceitos de liberdade de expressão e livre expressão, uma vez que a distinção entre eles estaria diretamente implicada no resgate da problematização para um tema tão necessário à formação dos profissionais de jornalismo.

Só quem fabrica é quem sabe (ou então não sabe nunca) as infinitas maneiras, e desmaneiras do ofício, a total falta de lei para compor o mais simples, se é que todos não são simples, desses brinquedos de amor, feitos de tudo, inclusive de palavras que, ao final de contas, são o de menos.

Thiago de Mello

## Capítulo 5

### Os passos que se fizeram caminhada

#### 5.1 – Percurso teórico-metodológico

Segundo Nuñez e Ramalho (2000), a preocupação com o universo simbólico dos atores, no contexto escolar, incorpora o estudo dos significados como categoria relevante na pesquisa educacional. Para os autores, este tipo de estudo deve ser realizado numa perspectiva hermenêutica.

Os significados, razões, intenções concepções, etc, que têm os professores enquanto indivíduos pertencentes ao universo simbólico (que passam freqüentemente a ser objeto de estudos nas pesquisas), não são observáveis, medíveis ou quantificados de forma positiva, e sim interpretadas e compreendidas, como construções humanas (NUÑEZ e RAMALHO, 2000, p. 97).

Propomo-nos a investigar o universo simbólico dos professores de jornalismo, com o objetivo de desvelar, através de seus enunciados, os significados que eles atribuem à “livre expressão”, enquanto uma ação que legitima essa profissão. Procuramos ainda em seus enunciados os modos como eles descrevem a utilização que fazem dos significados de livre expressão, em suas práticas pedagógicas.

Na tentativa de encontrar o respaldo teórico de apoio à realização de nossas metas, aprofundamos o nosso conhecimento sobre a constituição dos significados, sobretudo em sua condição de conteúdos das “coisas”, às quais fazem referências através do uso dos signos. Para Bruner (1997), ao tratar dos atos de significação,

O significado é um fenômeno culturalmente intermediado que depende da existência prévia de um sistema compartilhado de símbolos.[...] O significado depende não apenas de um sinal e de um referente, mas também de um interpretante, uma representação do mundo em termos da qual o relacionamento sinal-referente é intermediado (BRUNER, 1997, p. 66).

Essa perspectiva de intermediação é ainda tratada por Barthes (2003), quando o autor fala do caráter representacional do significado.

A natureza do significado deu lugar a discussões sobretudo referentes ao seu grau de ‘realidade’; todas concordam, entretanto, quanto a insistir no

fato de que o significado não é uma “coisa”, mas uma representação psíquica da ‘coisa’ [...] o próprio Saussure notou bem a natureza psíquica do significado ao denominá-lo de conceito: o significado da palavra boi não é o animal boi, mas sua imagem psíquica (BARTHES, 2003, p.46).

Em razão desse componente psíquico, os professores, ao utilizarem as categorias como crenças, concepções, modelos, representações, idéias, significados e sentidos em suas práticas pedagógicas, estão sujeitos a diferentes formas de emissão e apreensão, em consequência da própria natureza polissêmica, tanto destas categorias, quanto dos objetos de estudos aos quais elas fazem referências. Essas dispersões, ambigüidades e indistinções ocorrem, mesmo quando sobre as categorias e sobre os objetos por elas tratados incidem significados mais consensuais e mais estáveis.

Por isso, a psicologia da educação tem considerado a necessidade da diferenciação conceitual entre as categorias que servem de instrumentos do trabalho do professor. Neste sentido, Vygotsky (1993) contribuiu para estabelecer a distinção, por exemplo, entre significado e sentido. Segundo o autor,

O sentido de uma palavra é a soma de todos os acontecimentos psicológicos que essa palavra desperta na nossa consciência. É um todo complexo, fluído, dinâmico que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado não é mais do que uma das zonas do sentido, a zona mais estável e precisa (VYGOTSKY apud NUÑEZ;RAMALHO, 2000, p.99).

Esta distinção leva-nos a buscar a zona de estabilidade mais estável que dá significado ao termo “livre expressão”. A nossa preocupação envolve a necessidade de constituição de significados mais precisos e consensuais para o termo, haja vista as suas implicações práticas para a legitimação do campo social do jornalismo.

Coerentemente com a proposição de trabalhar na perspectiva dialética, buscamos nos pressupostos teóricos da formação conceptual de Vygotsky (1993), o apoio para melhor compreender a construção de um conceito, aqui compreendido com um significado de nível mais preciso e consensual. Segundo o autor, este é um processo que avança em consideração aos significados anteriormente construídos, ou seja, um nível de generalização que se vai construindo sobre as generalizações precedentes. De acordo com o autor, a evolução de um nível de elaboração conceptual para outro acontece quando os conceitos mais espontâneos servem de referência aos conceitos ditos científicos.

Escolhemos para esta investigação a metodologia de carácter qualitativo. Essa perspectiva reconhece a sociedade como um conjunto formado de microprocessos constituídos das ações sociais dos indivíduos. Segundo Haguete (2000), ela é uma alternativa para aqueles que estão convencidos de que a sociedade é uma estrutura que se movimenta mediante a ação dos indivíduos em interação. “Não há dúvidas que as estruturas existem e devem ser conhecidas, mas é a ação humana a interação social que constitui o motor da história” (HAGUETE, 2000, p.20).

Neste sentido, estaremos apoiados na abordagem qualitativa da pesquisa, sob o enfoque do interacionismo simbólico, termo cunhado por Herbert Blumer (1863-1931) para fazer referência às concepções de sociedade como um processo que envolve indivíduo e sociedade como inter-relacionados, e que coloca a subjetividade como parte fundamental desse processo. No esforço de detalhar o interacionismo simbólico, Haguete (2000) o propõe como a observação da atividade grupal baseada no comportamento cooperativo. Segundo a autora, a associação humana surge da negociação de seus atores em interação, possibilitada por mecanismos de compreensão e acomodação cooperativas no jogo das intenções. E que, finalmente, essas intenções são transmitidas através dos significados, negociados através do processo de interpretação.

A perspectiva da interação simbólica é particularmente útil para os nossos propósitos de investigar os significados de livre expressão, enquanto uma ação que dá vida ao direito institucionalizado e datado da liberdade de expressão, porque “sugere que não são concretamente as regras, regulamentos, normas ou o que quer que seja que é crucial para a compreensão do comportamento, mas sim o modo como estes são definidos e utilizados em situações específicas” (BOGDAN;BIKLEN, 1994, p.56/57).

Ainda com relação à metodologia qualitativa, Bogdan e Biklen (op. cit.) afirmam que ela assume muitas formas e pode ser conduzida em múltiplos contextos. Estes autores conceituam a metodologia qualitativa através de cinco características consideradas básicas: o ambiente natural pesquisado; a descrição dos dados obtidos; o processo; a indução e os significados atribuídos às coisas. Os dados revelam-se pela riqueza de pormenores descritivos em relação às pessoas, aos locais e às conversas, com a intenção de privilegiar, essencialmente, a compreensão dos significados a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação.

Sobre o plano de investigação na pesquisa qualitativa, os autores consideram que

Em investigação qualitativa, uma das estratégias utilizadas baseia-se no pressuposto de que muito pouco se sabe acerca das pessoas e ambientes que irão constituir o objecto de estudo. Os investigadores esforçam-se, intelectualmente, por eliminar os seus preconceitos. Seria ambicioso, da sua parte, preestabelecer, rigorosamente, o método para executar o trabalho (BOGDAN;BIKLEN, 1994, p.83).

Diante de tais pressupostos, consideramos, nesta investigação, a atividade de construção do objeto de estudo como um movimento de aproximação constante, gradual e sistemático, numa perspectiva inspirada pela abordagem conhecida como “artesão intelectual” (MILLS, 1975). Esta expressão é utilizada para fazer referência a um tipo de investigação que evita qualquer norma de procedimento rígida, possibilitando a utilização de variadas técnicas de coleta e análise de dados, além de flagrar o pesquisador em sua condição de ser subjetivo e, portanto, submetido aos mesmos fatores de influência aos quais estão mergulhados os sujeitos informantes.

## 5.2 A entrevista

Com o objetivo de identificar os significados de livre expressão e os modos de inserção desses significados nas práticas pedagógicas, conforme a concepção dos professores de jornalismo, recorreremos à entrevista como o principal instrumento de coleta de dados. A entrevista é definida por Haguete (2000) como “um processo de interação social entre duas pessoas no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETE, 2000, p.86).

Em razão do caráter qualitativo deste procedimento, as informações coletadas pelo entrevistador não podem ser consideradas como um “conhecimento que se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significado” (CHIZZOTI, 2001, p. 79).



Para esta autora, além da problematização do componente entrevistador, devemos ainda levantar questões sobre os demais componentes, quais sejam, o entrevistado, a situação da entrevista e o instrumento de captação de dados ou roteiro de entrevista.

A problematização destes componentes é necessária para que se conheça as virtualidades do dado que é obtido através deste processo e se possa, ao mesmo tempo, minimizar as possibilidades de desvio através de mecanismos de controle que poderão ser impostos aos elementos que constituem a entrevista (HAGUETE, 2000, p.86).

Considerando tais preocupações para a fidedignidade dos dados coletados, efetuamos o procedimento da entrevista com dez (10) professores do ensino superior de jornalismo, realizadas durante um encontro regional de professores pesquisadores da área da Comunicação, VII SIPEC – Sétimo Simpósio de Pesquisa em Comunicação, sessão nordeste, evento realizado entre os dias 1º e 03 de abril de 2005. Este evento inscreve-se na vida acadêmica como um encontro regional de preparação para o mais importante e representativo congresso de comunicação da América Latina, o Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. O VII SIPEC reuniu 286 professores e pesquisadores da região nordeste, segundo a informação dos organizadores do encontro.

A escolha deste momento para a realização das entrevistas justifica-se em razão de sua posição estratégica enquanto espaço de reunião de professores pesquisadores do campo social enfocado neste trabalho, o jornalismo, bem como pela situação em que estes professores se encontravam, ou seja, em “missão oficial”, e, por isso, imbuídos das representações/atitudes enquanto profissionais do ensino e da pesquisa no setor. Conforme compreendemos, esta situação potencializaria o atendimento aos objetivos da pesquisa, uma vez que, sendo os informantes acionados para a resolução das questões propostas, neles estariam potencialmente elencados as representações e os comprometimentos profissionais exigidos neste tipo de encontro

O clima de missão oficial, de acordo com a nossa intenção, provocaria a evocação dos conhecimentos por eles apreendidos em seus percursos de formação, dentre eles, aqueles julgados coerentes com a nossa proposta de identificação dos significados mais estáveis e consensuais de livre expressão. Esta dedução parte da premissa de que, sendo estes professores profissionais do ensino e da pesquisa em jornalismo, estariam eles mais próximos

das possíveis fundamentações teóricas consolidadas ou em consolidação, acerca do objeto de nossa atenção.

Quanto aos entrevistados, preferimos qualificá-los através da localização geográfica das instituições em que eles atuam, de suas titulações, das disciplinas que ministram e as que ministraram e, finalmente, através das linhas de pesquisas para as quais desenvolvem, atualmente, os seus projetos de pesquisa. Esta forma de caracterização dos sujeitos entrevistados teve a intenção de:

- a) Sendo todos da região nordeste, obter um panorama representativo dos modos de discussão da significação da livre expressão em um cenário historicamente submetido a um tipo de gestão das comunicações caracterizado mais abertamente por interesses eleitoreiros;
- b) Sendo todos graduados em jornalismo e titulação mínima de mestre, assegurar a qualificação das respostas conforme a expectativa desta investigação;
- c) Sendo todos professores com efetiva atuação em sala de aula, legitimar os dados sobre as suas respectivas atuações docentes.

A partir dos critérios apresentados nos itens “a”, “b” e “c”, validados pelo *currículum lattes*, foram analisadas as enunciações dos sujeitos informantes e os dados básicos coletados durante os procedimentos de entrevistas. Este procedimento eliminou 13 (treze) entrevistas, de um total inicial de 23 (vinte e três). As razões foram: 4 (quatro) professores dedicavam-se exclusivamente a atividades administrativas; 5 (cinco) não eram graduados em jornalismo e 4 (quatro) não tinham *currículum lattes* disponíveis para a confirmação dos dados.

Quanto ao instrumento de captação dos dados, ou seja, o roteiro da entrevista, procuramos nos ater a duas questões norteadoras, eixos de orientação para a interação com os entrevistados. Não obstante, durante o procedimento, procuramos flexibilizar o diálogo a cada vez que os entrevistados encaminhavam os seus discursos para outros conteúdos.

As questões norteadoras foram:

- a) Quais significados o sr (a) atribui à livre expressão no contexto do jornalismo?
- b) Descreva de que modo estes significados são discutidos/apresentados aos alunos.

Para a condução das entrevistas, procuramos o apoio nos pressupostos de Szymanski (2002), procedimentos que passamos a descrever. A abordagem inicial prestou as explicações preliminares sobre a pesquisa e forneceu os dados do entrevistador, tais como a instituição de ensino em que atua como docente, o programa de pós-graduação ao qual a pesquisa está vinculada e o tema da pesquisa. Em seguida, foi feito o convite para contribuir com o trabalho e, uma vez aceito, solicitada a permissão para a utilização do gravador, sob a garantia da manutenção do anonimato.

Durante a abordagem inicial, em razão da compreensão do caráter polêmico do tema, procurávamos logo acordar a possibilidade de o entrevistado tomar a iniciativa de também fazer perguntas ao entrevistador. Em todas as abordagens, desenvolvemos estes mesmos procedimentos, com vistas a garantir um posicionamento homogêneo, ético e transparente, diante da atividade a ser realizada, e como forma de assegurar o máximo de fidedignidade nas informações.

Com vistas à promoção do devido “aquecimento” (SZYMANSKI, 2002, p.24), procuramos iniciar o levantamento dos dados mais gerais, aqui compreendidos pelas informações oficiais acerca do currículo do entrevistado, tais como tempo de magistério, disciplinas que ministram e que já ministraram, os temas nos quais estariam mais interessados no evento em que se encontravam, as linhas de pesquisas para as quais desenvolviam seus interesses intelectuais na atualidade.

Estes dados preliminares possibilitaram aferir a fidedignidade dos dados fornecidos pelos entrevistados, *a posteriori*, através de seus *currículum lattes*. Este tipo de procedimento é defendido por Haguete (2000): “o ponto chave no controle de qualidade dos dados em todos os casos situa-se no uso sistemático de dados de outras fontes [...] a fim de que se possa analisar a consistência das informações e sua validade (HAGUETE, 2000, p.89)”.

Durante o procedimento de entrevista, necessitamos, em alguns casos, promover o apoio e o encorajamento para que os entrevistados pudessem prosseguir em suas definições. Noutros, foi preciso utilizar-se de firmeza e direção, visto que, ao lidar com profissionais habituados à posição de entrevistadores, estes, até por força do hábito, tentaram inverter os papéis. Ratificamos a informação de que o número inicial de vinte e três (23) entrevistas foi reduzido para dez (10), o total que correspondeu sobretudo aos professores com graduação em Jornalismo e titulação mínima de mestre.

O critério da titulação mínima merece destaque. Ele indicia os professores efetivamente comprometidos com a própria formação e, em conseqüência, com uma maior possibilidade de conhecimento das teorias em desenvolvimento na área. O que se esperava é que estes conhecimentos fossem acionados em favor do esforço de informar os significados mais precisos e consensuais de livre expressão, ou, expectativa maior, que fosse informado um possível conceito científico do objeto em discussão.

Esta forma de delimitar a amostragem pode ser classificada como uma variação da indução analítica denominada de “amostragem de conveniência”, visto que, de acordo com esta modalidade, “decide-se pela inclusão de indivíduos particulares porque se pensa que estes facilitam a expansão da teoria em formação” (BOGDAN;/BIKLEN, 1994, p.101).

### 5.3 - Transcrição da Entrevista

As transcrições das entrevistas constituem a base de dados mais importante para a nossa pesquisa. Foram transcritas 10 (dez) entrevistas, correspondendo a um total de uma hora e meia de gravação. O tempo necessário para a atividade de transcrição foi de aproximadamente 18 horas. O *corpus* transcrito corresponde a um total de 28 (vinte e oito) laudas, em fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaço duplo, e obedeceu aos seguintes passos:

- a) audição e transcrição simultânea, em um movimento permanente de escuta/escrita, re-escuta/re-escrita, no esforço de registrar, da maneira mais fidedigna possível, a fala dos entrevistados;
- b) novas audições das gravações, para correção de possíveis falhas na transcrição;
- c) definição de pontuações e entonações das falas transcritas;

d) digitação e formatação do texto final.

Consideramos importantes as séries de escutas e re-escutas realizadas, como forma de “reviver” as situações concretas das entrevistas, o que sempre evocava dados complementares, suscitados a partir de determinadas entonações, que somente o amadurecimento com os modos de expressão dos entrevistados é capaz de estabelecer as relações antes não percebidas. Um dos momentos de maior atenção, neste procedimento, foi o de identificar se havia algum estranhamento ao fato de estar sendo utilizado o termo livre expressão em lugar de liberdade de expressão. A ausência de indícios de estranhamentos comprova a familiaridade do termo por estes professores.

#### 5.4 – Metodologia de análise dos dados

A análise de dados configura-se como tarefa complexa, árdua e solitária de debruce sobre o material coletado, na tentativa de procurar respostas às questões levantadas. Bodgan e Biklen (1994, p.220) traduzem esse momento como marcado por um “sentimento de vazio”. As perguntas parecem não ter respostas, a indecisão de não se saber por onde começar, a insegurança diante das decisões tomadas e a persistente continuidade da caminhada como única alternativa. As primeiras ancoragens a portos que, por vezes, de seguros nada tinham; a euforia das pequenas descobertas; a angústia da desordem que se apresenta como tarefa sem fim, vontade de desistir, no fundo, uma certeza interior de que não havia outra saída senão continuar.

As idéias de Mills (1975) foram fundamentais nesse processo. O autor propõe que sejamos “artesãos intelectuais”, o que significa que evitemos procedimentos rígidos e que nos aventuremos criativamente na construção de metodologias e técnicas para as nossas próprias buscas. Ao trabalhar com tais pressupostos, inspira a confiança necessária para que possamos criar os percursos de construção de nosso objeto, sem o aprisionamento inflexível a métodos e técnicas já consagradas, o que não quer dizer que devamos rejeitá-las completamente. Tais pressupostos foram gradualmente nos encaminhando para o jogo de interrogação e respostas dos dados, movidos pelas questões a que nos propomos a investigar, quais sejam os significados atribuídos pelos professores de jornalismo à livre expressão, e o uso desses significados em sala de aula, conforme a compreensão desses professores acerca de suas práticas pedagógicas.

Para os procedimentos de análise dos dados, contamos ainda com os pressupostos de busca e de organização sistemática, propostos por Bogdan e Biklen (1994). Para estes autores, “a análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta de aspectos importantes e do que deve ser apreendido, e a decisão do que vai ser transmitido aos outros (BOGDAN;BIKLEN, 1994, p. 205)”. Assim, após escutarmos exaustivamente as gravações, seguimos o primeiro passo, que é o de tomar decisões que estreitem o âmbito do estudo. Este procedimento já foi descrito, por ocasião da informação dos critérios que nos fizeram reduzir o *corpus* para o total de 10 (dez) entrevistados.

O segundo passo configura-se pela clarificação do tipo de estudo a ser realizado. Nesse sentido, estabelecemos que o nosso trabalho estaria orientado para a descrição das relações, associações e atributos envolvidos no processo de significação e utilização dos significados de livre expressão, conforme os enunciados produzidos pelos professores de jornalismo em situação de entrevista. Todo o processo, numa visão mais geral, envolveu a atividade de leitura flutuante, “idas e vindas” entre o campo teórico e os dados, no esforço de consolidação das categorias que se foram apresentando, e, finalmente, a ordenação dessas categorias em núcleos temáticos.

Os vários momentos desse processo estão registrados e organizados em fichas de anotações de campo para os comentários do pesquisador. O conjunto deste material permitiu o mapeamento dos principais elementos constituintes da significação atribuída ao nosso objeto de estudo. A análise destes dados permitiu, ainda, uma aproximação de indicativos passíveis de uma caracterização social do grupo pesquisado e de suas contradições.

Verificamos no dicionário as palavras incertas, procuramos sentidos que ainda não emergem, embora já apareçam como picos de maciços escondidos entre as nuvens.

Edgar Morin

## Capítulo 6

### Os portos que se vão fazendo seguros

#### 6.1 Os pilares da análise dos dados

Os resultados gerais da análise e interpretação dos dados permitiram uma aproximação aos principais temas e conceitos que dão significado à livre expressão, conforme a concepção que dela fazem os professores de jornalismo. Além desta aproximação, foi possível ainda identificar a compreensão dos professores da livre expressão enquanto um conteúdo necessário à formação dos futuros profissionais deste campo. Os resultados apontados coadunam-se com um plano de investigação que se foi desenvolvendo, à medida em que os dados emergiam e avançávamos no entendimento do objeto da nossa pesquisa.

Para que não nos perdêssemos durante o percurso, seguimos a sugestão de Bogdan e Biklen (1994), adotando indagações centrais com a função de nortear o desenvolvimento da análise. Trata-se de uma ou mais questões analíticas destinadas a “orientar e ajudar a organizar a recolha dos dados à medida que a investigação vai decorrendo” (BOGDAN;BIKLEN, 1994, p. 209). Assim, diante de nossos propósitos, elegemos a seguinte curiosidade como eixo central dos nossos estudos: os temas e conceitos utilizados para significar a livre expressão dos jornalistas estabelecem relações ou associações com o sentido do dever que emana da missão profissional de atender ao interesse público? Esta indagação posicionou-se como um farol a indicar o caminho de nossas buscas.

Para a interpretação dos dados, recorremos aos pressupostos da análise da enunciação de Bakhtin (1997), e como categorias de análise, elegemos as três dimensões propostas pelo autor, quais sejam o auditório social, as condições imediatas de produção e o horizonte social mais amplo de produção dos atos de enunciação dos jornalistas. As condições imediatas de produção dizem respeito sobretudo à linha editorial adotada pelos diversos veículos e suas relações com a política e a economia; o horizonte social trata da cultura e das contradições que marcam a trajetória e o esforço de legitimação do jornalismo na sociedade contemporânea e, finalmente, consideramos o auditório social, qual seja, o público de destino dos produtos expressivos dos jornalistas, constituído de duas instâncias: a) o público interno, formado por uma cadeia de produção constituída de editores, revisores e diagramadores, com níveis de autonomia para operar modificações nos enunciados originais dos jornalistas; e, b) o público



externo, definido a partir do posicionamento mercadológico da empresa de comunicação em que os jornalistas atuam. Consideramos estas três dimensões dos atos de enunciação relevantes para a observação da livre expressão desses profissionais, uma vez que elas atuam diretamente nos modos de apropriação da liberdade de expressão enquanto um direito consagrado institucionalmente.

Para esse autor, por ser formulada de acordo com o contexto de sua realização, a enunciação torna-se um instrumento de compreensão dos grupos sociais, dentre eles, aqueles formados por agentes que criam laços e identificam-se em torno de uma determinada atividade produtiva.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas das atividades humanas, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua (BAKHTIN, 1997, p.279).

A capacidade de adaptar-se às mais variadas esferas ativas da sociedade torna a língua um instrumento capaz de revelar os valores, as expectativas, as contradições, dentre outras características que dão identidade aos grupos sociais. Para demonstrar este raciocínio, Bakhtin (2002) desenvolve o conceito de comunicação verbal, a forma de “comunicação no contexto da vida e através dos signos” (BAKHTIN, 2002, p.43), como o *locus* privilegiado para a busca dos significados da palavra frente às condições de sua realização.

O autor identifica nos enunciados duas particularidades distintas e indissolúveis, que caracterizam a participação dos interlocutores envolvidos no processo de comunicação. A primeira diz respeito à alternância entre os sujeitos falantes, que é a tomada da palavra de um para outro, tão comumente percebida nas situações de diálogo. A segunda trata do acabamento.

O acabamento do enunciado é de certo modo a alternância dos sujeitos falantes vista do interior; essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) tudo o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas. Ao ouvir ou ler, sentimos claramente o fim de um enunciado, como se ouvíssemos um ‘dixi’ conclusivo do locutor. É um acabamento totalmente específico e que pode ser determinado por meio de critérios particulares (BAKHTIN, 1997, p. 299).

Essas duas particularidades foram consideradas durante o processo de análise dos enunciados produzidos pelos professores. Antes de nos determos a este procedimento, contudo, reportamo-nos às notas de campo para falarmos das atitudes de respostas simultâneas dos entrevistados, conforme as percebíamos durante as entrevistas. Durante as entrevistas, estivemos atentos aos possíveis sinais de estranhamento emitidos através da linguagem corporal dos entrevistados, por ocasião de nossa insistência em utilizar nos nossos questionamentos o termo “livre expressão”, em substituição ao usual “liberdade de expressão”. Havia a necessidade de testar a habitação do termo pelos professores, e por isso adotamos este procedimento. Foi unânime a reação de familiaridade ao termo, muito embora isto não tenha se confirmado como um consenso em torno do seu significado.

Em apenas um caso registramos, durante a nossa fala, sinais de que seríamos contestados. Porém, estes sinais não se confirmaram como um estranhamento ou rejeição ao termo, mas ao questionamento acerca da relação entre o tema “livre expressão” e o campo da educação: “o que isso tem haver com educação?”, questionou a professora Rosa, nome fictício da professora. Assim, não havendo quaisquer outras reações, resistência ou questionamentos ao termo, conforme o empregamos, concluímos pela familiaridade dos professores, o que confirma a sua habitação nos discursos de jornalistas dirigidos a jornalistas.

Contudo, a indagação da professora Rosa, ao questionar se aquele era de fato um tema que deveria ser discutido no campo da educação, serviu-nos de indicativo para que averiguássemos se a tradicional separação dos saberes reflete-se na eleição de determinadas disciplinas curriculares como aquelas mais afeitas aos conteúdos e aos procedimentos que tratam da livre expressão, durante o percurso de formação de jornalistas.

Diante da atitude responsiva ativa de aceitação ao objeto referido, conforme os nossos procedimentos de entrevista, passamos à fase de identificação da qualidade desta aceitação que, conforme compreendemos, deveria ser investigada em consideração aos três elementos constituintes da comunicação verbal, conforme já explicitados. Trata-se das condições sociais imediatas de realização da situação do diálogo, do horizonte social da época em que ocorre a interação e, finalmente, do auditório social de destino dos enunciados. Passaremos agora a descrever esses três elementos, conforme eles foram emergindo durante o desenvolvimento da análise dos dados.

Com relação à situação social imediata, Bakhtin (2002) propõe que “se alguma vez temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos através *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos ‘a cidade e o mundo’ através do meio social concreto que nos engloba” (BAKHTIN, 2002, p.112). Para os fins de nossos propósitos, resolvemos utilizar esta definição de forma ativa, o que foi determinante para a escolha das condições de realização das entrevistas, que, neste caso, optamos por realizá-las durante um encontro regional de pesquisadores na área do jornalismo. Esta decisão se justifica em razão dos seguintes critérios:

a) precisávamos que os dados coletados refletissem um posicionamento profissional, sem que tivéssemos necessariamente que cobrar esta posição dos nossos entrevistados. Acreditamos que as condições imediatas de uma ambiência marcada pelas representações profissionais favorecessem à evocação de um possível conceito científico, consolidado ou em desenvolvimento, acerca da livre expressão, sem que fôssemos explícitos nesta solicitação.

b) precisávamos de discursos que fossem representativos do pensamento científico na área, conforme o seu desenvolvimento na região. A idéia era a de perceber o nível de engajamento ou mesmo de conhecimento dos professores acerca da livre expressão, enquanto um tema relevante para a formação dos profissionais de jornalismo, sobretudo, numa geografia com as características da região nordeste, historicamente mantida sob a dependência e em posição periférica em relação à produção jornalística oriunda do chamado centro cultural do País.

c) precisávamos de alternativas economicamente viáveis, diante das condições concretas de realização da pesquisa, uma vez que não teríamos nem o tempo, nem o custeio necessários ao acesso a estes professores e pesquisadores, localizados em instituições geograficamente distanciadas. Daí a eleição de um espaço onde pudéssemos, a um mesmo tempo, ter acesso a professores e pesquisadores das mais diversas escolas de jornalismo da região nordeste.

Um encontro voltado para a discussão da pesquisa científica, conforme ela vem sendo desenvolvida na região nordeste, caracterizou-se como um *locus* privilegiado para as nossas indagações, visto que estaríamos em interação com uma parcela do chamado grupo de decisão deste campo profissional.

No que diz respeito a este grupo, compreendemos com Barthes (2003) que é ele o responsável pela elaboração dos significados não espontâneos de seus respectivos campos de atuação. Por isso, dos indivíduos que o compõe, é esperado um esforço cognitivo mais qualificado, ou ao menos mais atualizado, acerca dos objetos e dos objetivos dos campos. No nosso caso, esperávamos a contribuição para a compreensão da livre expressão enquanto um conteúdo necessário para a formação de jornalistas.

Retornando aos pressupostos de Bakhtin (2002, p.113), as condições imediatas de realização dos discursos atuam em correspondência com um horizonte social mais amplo. “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (*ibidem*, p.113). Esta assertiva leva-nos à tentativa de compreender o horizonte social contemporâneo, ao qual os nossos informantes estão inseridos.

Foi esta definição que nos levou a apresentar o panorama teórico mais elástico, que constitui as expectativas, as demandas e as tendências do modo de estruturação da atividade jornalística. Assumimos uma certa arbitrariedade na escolha deste panorama teórico, apresentado em tópico específico, quando discutimos a relação entre o jornalismo e a sociedade, através dos conceitos de “esfera pública”, “pensamento único”, “hegemonia e contra-hegemonia”, “circulação circular das informações”, “teoria do *gatekeeping*” e “aparelhos ideológicos do estado”, dentre outros.

Tais conceitos demarcam as preocupações mais gerais que se voltam para este campo social, uma atividade profissional que, na atualidade, caracteriza-se pela formação de grandes conglomerados econômicos, geridos sob os princípios da lucratividade e a lógica do projeto social em curso. É notória a preocupação com a relação entre mercado e jornalismo, compreendida como comprometedora da função social da profissão, no que diz respeito à missão de atender ao legítimo interesse público.

Por isso, para a discussão da livre expressão dos jornalistas, consideramos importante levar em conta tais conceitos, compreendidos como a representação dos esforços para a problematização de uma realidade social mais ampla e duradoura no jogo de influência do campo social do jornalismo.

Toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre um certo número de idéias diretrizes que emanam dos “luminares” da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras e de ordens, etc (BAKHTIN, 1997, p. 313).

O terceiro elemento constituinte da comunicação verbal e que, a exemplo das condições imediatas e do horizonte social, demarca os atos de enunciação, é definido pelo conceito de auditório social, que se caracteriza pela expectativa que se atribui ao interlocutor ou aos interlocutores destinos dos discursos. Bakhtin (2002) defende que a palavra sempre procede de alguém e sempre se dirige para alguém. Este aspecto da interlocução cria uma atmosfera de conformação que atua diretamente nas deduções, nas motivações e nas apreciações, que são acomodadas de acordo com as expectativas de comunicação, tanto de um eu que emite, como de um outro, ao qual o produto da expressão se dirige.

Um exemplo da intervenção do conceito de auditório social, na construção dos enunciados durante as entrevistas, pode ser descrita pelo seguinte exemplo: o professor Gabriel, acreditando estar em interação apenas com o entrevistador, afirma que a livre expressão no jornalismo não existe, que é impossível de ser concretizada. Logo em seguida, ao perceber a aproximação de um de seus alunos, conforme constatamos depois, reformula a sua assertiva para a seguinte construção: “acho que é possível, sim. Só que acho que no Brasil vai demorar”, modela o professor Gabriel.

Conforme interpretamos, esta modulação diz respeito à assunção da responsabilidade social atribuída à atividade educacional, compreendida como de transformação da realidade, o que faz com que o professor passe a omitir a sua crença pessoal, neste caso, a descrença, como forma de evitar que ela influencie o potencial renovador do aluno. Esta capacidade de adequação dos discursos, de acordo com as expectativas assumidas socialmente, é discutida da seguinte forma por Bakhtin (2002).

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2002. p. 113).

Um outro fator que legitima a adequação do pensamento bakhtiniano aos nossos propósitos diz respeito ao tratamento que este autor dedica ao uso da linguagem em domínios semióticos específicos, tais como a arte, a religião, a política, a ciência e as profissões, dentre outros. Neste sentido, Bakhtin desenvolve o conceito de “campo de criatividade ideológico” (BAKHTIN, 2002, p.33), com o objetivo de posicionar os específicos modos de utilização da língua como os legítimos instrumentos de análise dos significados, visto que tais usos revelam e refratam a orientação, a influência e as contradições às quais os atores sociais estão submetidos.

No caso do nosso estudo, propomo-nos a observar o campo social do jornalismo, um domínio de criatividade ideológico específico e estruturado como um sistema de linguagem que se dispõe à expressão, em duas instâncias.

A instância que diz respeito aos modos como devem ser construídos os produtos expressivos dirigidos ao público consumidor é denominada por Bakhtin de “gênero secundário”.

Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica (BAKHTIN, 1997, p.281).

Para que os agentes possam compreender os códigos que organizam os discursos secundários, faz-se necessária a aquisição da terminologia específica que caracteriza a linguagem do campo, voltada para a comunicação interna de seus agentes em interação, interpretação e aprendizagem dos conteúdos, valores e processos que organizam a economia do domínio. Esta instância é constituída de um tipo de linguagem que absorve as palavras de forma conotativa, dando-lhes novos significados, graças à capacidade criativa de transformação da palavra em signo.

O signo é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode representar qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa (BAKHTIN, 2002, p. 37).

A distinção entre palavra e signo é passível de ilustração, através das ocorrências descritas durante a fase de introdução deste trabalho, quando procuramos demonstrar a diversidade de esferas e temas pelos quais o termo livre expressão transita. Vimos que, em sua condição de signo, este termo posiciona-se de modos diferentes, dependendo da comunidade lingüística em que é utilizado. No campo da Justiça, ele funciona como um direito inalienável do homem; no campo da Arte, como a ação ilimitada da criatividade, a tempestade de idéias; no campo da Sexualidade, implica-se ao posicionamento político de reivindicação do respeito e da tolerância pela expressão pública de afeto pelo companheiro de mesmo sexo.

O percurso exploratório revelou ainda que, no interior do próprio campo do jornalismo, o termo livre expressão apresenta-se como um signo portador de múltiplas significações. Relembremos: objeto de vigilância, objeto de persuasão mercadológica, objeto de medição da democracia, objeto do jornalismo alternativo, e, finalmente, objeto do jornalismo on-line. Essa diversidade de significados é possível em razão da possibilidade de transmutação da palavra para a condição de signo, uma transformação que depende diretamente dos contextos e das perspectivas de sua realização.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais sensível da relação social (BAKHTIN, 2002, p.36).

Dessa forma, procuramos interpretar os discursos de nossos informantes a partir de seus enunciados, buscando neles as significações de livre expressão. Para tanto, apoiamos-nos nos três principais fatores constituintes do enunciado, conforme explicita Bakhtin (1997): “(1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento”. (BAKHTIN, 1997 p.299)

Através do tratamento exaustivo, procuramos perceber se as significações de livre expressão eram concebidas de modo “quase total” ou de modo “relativo” (*ibidem*, p.300). A concepção “quase total” é resultante de um processo de construção estereotipada e comumente localizada na esfera da vida cotidiana, na vida prática e em determinadas esferas ideológicas, que funcionam através de padrões, que quase nenhuma margem reservam à criatividade. Um exemplo “quase total” que surgiu continuamente nos depoimentos dos

professores revela-se através das expressões que se apressaram a definir a livre expressão como “liberdade com responsabilidade”. Esta é uma construção comumente utilizada no senso comum, uma espécie de chavão que não reflete uma preocupação mais acurada para com a questão solicitada.

O segundo modo de tratamento do objeto, “relativo”, é o gênero de discurso que se espera de informantes com a qualificação que reunimos neste estudo. Deles é esperada uma abordagem acadêmica da questão, em função de sua familiaridade com um tipo de discurso capaz de elevar o objeto à condição de tema, ou seja, uma construção discursiva estruturada de acordo com a abordagem, o problema e os objetivos propostos. Apenas lembrando, a definição da situação imediata de coleta dos dados e os critérios de qualificação de nossos informantes foram considerados pela possibilidade de obtenção deste tipo de enunciado ou, ao menos, que eles pudessem vir a constituir elos que remetessem a possíveis outros enunciados que discutissem o objeto, conforme já abordamos neste trabalho.

Compreendidos os modos de tratamento exaustivo do objeto de sentido, através dos gêneros de discurso “quase total” e “relativo”, fez-se necessário avançar nas análises, através do segundo fator de constituição do enunciado, qual seja, o “intuito discursivo” ou o “querer-dizer”. Trata-se de um elemento do enunciado que se apresenta como uma unidade indissolúvel, formada pelos elementos subjetivos, em relação aos elementos objetivos da enunciação.

O intuito, elemento subjetivo do enunciado, entra em combinação com o objeto do sentido – objetivo – para formar uma unidade indissolúvel, que ele limita, vincula à situação concreta (única) da comunicação verbal [...] É por isso que os parceiros diretamente implicados numa comunicação, conhecedores da situação e dos enunciados anteriores, captam com facilidade e prontidão o intuito discursivo, o querer-dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso, percebem o todo de um enunciado em processo de desenvolvimento (BAKHTIN, 1997, p. 300-301).

Segundo a nossa compreensão, os elementos objetivos e a familiaridade tornam o intuito, o querer-dizer, objeto de apreensão através da observação e da aprendizagem. Bakhtin explica que “aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas, e, menos ainda, por palavras isoladas)” (*ibidem*, p.302). Neste sentido, esta investigação buscou a emersão dos elementos objetivos que, possivelmente estariam sendo referidos durante a entrevista. Por isso, antes de nos



submetermos à interlocução viva com os nossos informantes, procuramos nos atualizar acerca dos modos de organização e funcionamento do jornalismo.

Este procedimento fez-se útil para indiciar os conteúdos não explicitados nos enunciados, em razão de o locutor intuir que sabíamos do que ele estava tratando. Quando o professor Pedro disse que “todos nós sabemos das dificuldades, dos impasses, dos filtros, dos obstáculos que vivenciamos cotidianamente nesse esforço de transmitirmos de uma forma independente, de uma forma livre, os nossos pontos de vista”, o seu intuito, ou querer dizer, remete às questões estruturais que se interpõem sobre o exercício da livre expressão dos jornalistas, as quais foram tratadas em outro momento deste relato.

Finalmente, chegamos ao terceiro fator constituinte do enunciado, que são as formas estáveis pelas quais ele se estrutura. Segundo Bakhtin (1997), “para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo”. (BAKHTIN, 1997, p.301). Para o autor, “os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos entre as significações da palavra e a realidade concreta” (*ibidem*, p.310).

O autor anuncia a existência de uma diversidade de gêneros dos discursos, de acordo com a esfera da atividade humana de sua realização. Para a comunicação verbal da vida cotidiana, por exemplo, existem as formas mais desenvoltas, por vezes estereotipadas ou mais maleáveis, que lhes caracterizam a plasticidade. Os padrões, nesta esfera, podem ser percebidos através dos gêneros fáticos que caracterizam as felicitações, trocas de novidades, cumprimentos, nos quais o querer-dizer quase não tem opção. As variações deste gênero irão depender das circunstâncias, da posição social dos seus interlocutores, da entonação que lhe é dada e do jogo das inflexões que podem proporcionar a migração deste gênero de uma esfera da atividade humana à outra.

Um gênero particularmente útil para os nossos propósitos foi o discurso valorativo. Segundo Bakhtin, este tipo de discurso “expressa o elogio, o encorajamento, o entusiasmo, a reprovação, a injúria” (1997, p.310). Ainda sobre ele, o autor informa que “o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado” (*ibidem*, p.315). Identificamos este gênero de discurso na fala dos nossos entrevistados, a cada vez que

solicitamos que eles descrevessem o tratamento dado ao tema livre expressão, enquanto conteúdo da formação de jornalistas. As descrições, quase sempre, foram pautadas por uma conjugação de alertas, que se direcionaram para a possibilidade da punição *a posteriori*. Conforme compreendemos, tal construção incute mais o medo e a acomodação, do que discute a atitude e encoraja para a necessidade de transformação da realidade.

Informamos que os procedimentos de análise foram registrados passo a passo, em fichas, conforme o modelo apresentado por Szymanski; Almeida; Prandini (2002). Utilizamos este modelo da seguinte forma: primeiro transcrevemos as falas dos professores, na íntegra, na coluna destinada a “depoimentos”. Depois, passamos a identificar os enunciados contidos nestes depoimentos. A cada enunciado identificado correspondia o registro do tema que melhor explicitava o seu conteúdo. Em seguida, estas unidades de significações foram exaustivamente submetidas ao esforço de agrupamentos, que lhes pudessem dar coerência categorial enquanto um coletivo de unidades agrupadas. Finalmente, na última coluna, foram estabelecidas as categorias definitivas, sobre as quais estaremos fazendo as nossas considerações. O quadro nº 03 a seguir procura ilustrar a metodologia descrita.

### Quadro nº 03 – Modelo de ficha utilizada para os procedimentos de análise

Pergunta: Quais os significados o Sr.(a) atribui à livre expressão no contexto do jornalismo?				
Prof.	Depoimentos	Enunciados	Tema	Categoria
Joana	A livre-expressão do jornalista, né? Bem, assim, no contexto do jornalismo essa livre-expressão né, principalmente assim, no contexto da informação, essa livre-expressão ela é um pouco tolhida, né, até porque, por causa dos cânones do jornalismo, da...da.. do mito, que hoje em dia graças a Deus tem sido aos poucos, é, derrubada esse mito da imparcialidade jornalística. Só que mesmo com todos os mitos, com todos os manuais de jornalismo, sei lá, nem os manuais de jornalismo...hoje admitem que jornalismo não é essa coisa imparcial. Mas quando você vai nas empresas, os editores: não, tem que ser imparcial. Mesmo assim, há um espaço para a expressão, porque a partir do momento que você, por exemplo, cobre um fato e não outro, já é uma forma de você expressar a sua opinião. A partir do momento que, em uma matéria você entrevista “a” e “b” e não “c” e “d”, é uma forma de você expressar a sua opinião.	Mesmo assim, há um espaço para a expressão, porque a partir do momento que você, por exemplo, cobre um fato e não outro, já é uma forma de você expressar a sua opinião. A partir do momento que, em uma matéria você entrevista “a” e “b” e não “c” e “d”, é uma forma de você expressar a sua opinião.	Possibilidades de expressão do jornalista diante da estrutura.	Livre expressão como margem de manobra

	não “c” e “d”, é uma forma de você expressar a sua opinião.			
Rosa	Que isso tem haver com educação? (risos) você acha que eu me conformo? Eu enquanto jornalista, toda vez que eu respondo uma pergunta, eu faço uma pergunta, eu não me conformo. Não, mas, formule diferente. Você quer o quê? Se o jornalista tem livre-expressão na mídia em que ele trabalha, é isso? (intervenção do pesquisador – responda da forma como você compreende) Se eu compreendi assim, responda. É exatamente por isso que você fez a pergunta assim? Bom, o jornalista está numa estrutura organizacional, certo? Ele tem uma livre-expressão, ele pode dizer certas coisas, certas coisas não. Ele tem uma margem de manobra, mas tudo depende também da estrutura em que ele está. Tem estruturas mais rígidas, outras menos rígidas.	Bom, o jornalista está numa estrutura organizacional, certo? Ele tem uma livre-expressão, ele pode dizer certas coisas, certas coisas não. Ele tem uma margem de manobra, mas tudo depende também da estrutura em que ele está. Tem estruturas mais rígidas, outras menos rígidas.	Possibilidades de expressão do jornalista diante da estrutura.	Livre expressão como margem de manobra

Evidentemente este procedimento não foi realizado de maneira tão linear quanto o descrevemos. Ele careceu de constantes idas e vindas entre o material teórico e o material empírico, o que fizemos seguindo a ordem das duas questões formuladas. Informamos que o tratamento de análise dos dados privilegiou a coleta dos significados de livre expressão, visto que as indagações procuraram identificar os modos como tais significados são utilizados em sala de aula, de acordo com a descrição dos professores.

## 6.2 – Análise de resultados

Para que os entendimentos resultantes destas análises pudessem ganhar densidade e consistência, seguimos o método indicado por Bogdan e Biklen (1994), que se organiza em torno dos seguintes procedimentos:

- a) desenvolvimento de um sistema de codificação para a organização dos dados

À medida que fomos estreitando o contato com o material coletado, determinadas palavras e frases, padrões de comportamentos e modos de pensar foram emergindo. Estes dados foram sendo destacados, sempre acompanhados de informações que explicitavam a

razão do destaque. Em princípio, procurávamos, dentre eles, aqueles que fizessem referência ao sentido do dever, conforme a formulação de nossa questão analítica central. Contudo, certas regularidades e frequências foram aparecendo, independentemente dessa relação e, na medida em que surgiam, cuidávamos de agrupá-las com a intenção de averiguar a possibilidade de formação de categorias de codificação. Segundo Bogdan e Biklen (1994), “as categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que se recolheu [...] de forma a que o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente apartado dos outros dados” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.221).

Dentre os procedimentos de recorte que promovemos na totalidade dos depoimentos, adotamos de modo privilegiado a definição de enunciado enquanto unidade básica da comunicação verbal, passível de identificação e análise, conforme os pressupostos de Bakhtin. Para cada enunciado que destacávamos, atribuímos um código indicativo de seu lugar na totalidade do *corpus*. Assim, por exemplo, o enunciado destacado do depoimento da primeira professora entrevistada, mas que se referia à segunda indagação, recebeu o código de Maria2. Maria, um nome fictício para a professora, 2 de segunda indagação. Além disso, este código era complementado por um número que destacava o enunciado na ordem de aparição no discurso. Assim, caso o enunciado destacado de Maria2 estivesse posicionado como o quarto enunciado na totalidade do discurso dos professores, receberia o complemento 04, passando o código do enunciado a ser Maria204. Este procedimento foi um elemento facilitador durante o processo de cruzamento dos dados.

As primeiras leituras do material foram importantes para a percepção do sentido geral do conteúdo, e para uma aproximação aos modos de pensamento de cada informante. Esta leitura flutuante levou-nos às primeiras anotações de tudo o que de alguma forma chamava a atenção, além da identificação dos enunciados que se iam destacando enquanto unidades de significação. A identificação dos supostos enunciados levou-nos ao destaque inicial de 51 (cinquenta e uma) unidades de significados.

À medida que avançávamos no processo de familiaridade com os dados, essas unidades foram sendo percebidas em blocos, e, numa segunda fase, conseguimos estabelecer 15 (quinze) grandes grupos. A identificação destes grupos, contudo, não nos deu a segurança suficiente para afirmá-los como categorias definitivas, visto a possibilidade que percebíamos de cruzamentos e relações entre eles, de tal modo que uns grupos poderiam vir a se tornar

tópicos de outros. Os quinze grandes grupos de frequências de enunciados, conforme identificados nos depoimentos por professores, estão dispostos na tabela nº 01, a seguir.

**Tabela nº 01 – Percentuais dos significados da livre expressão de jornalistas**

	Grupos de Significações	
01	Livre expressão como ação individual	70%
02	Os obstáculos à livre expressão	70%
03	Punição à transgressão pela livre expressão	50%
04	Inexistência da livre expressão no jornalismo	40%
05	Livre expressão como discurso panfletário	40%
06	Relação da livre expressão com a ética	40%
07	Prescrições legislativas da livre expressão	30%
08	Livre expressão na gênese do jornalismo	30%
09	Livre expressão como um dos fundamentos do jornalismo	30%
10	Distinções e indistinções da livre expressão	30%
11	Definição de atributos necessários à livre expressão	20%
12	Livre expressão como atitude	20%
13	Livre expressão como um resultado da aquisição da cultura	20%
14	Livre expressão como margem de manobra do jornalista	20%
15	Livre expressão: um escudo para impunidade das organizações jornalísticas	10%

Fonte: *Corpus* da Entrevista

Chamamos de grupos de significação a reunião de enunciados passíveis de agrupamento a partir de uma mesma referência, ou seja, dos temas explicitados pelos professores. Assim, os dois primeiros grupos mais referendados, cada um com 70% (setenta por cento) do total dos depoimentos, reúnem respectivamente os enunciados que definem a livre expressão como uma ação singular, um ato individual, e os que se limitaram a referir-se aos obstáculos que se interpõem à livre expressão.

A busca pela tematização seguiu a sugestão de Bakhtin (2002). Para o autor, o percurso de investigação das significações dos processos de linguagem deve atentar para a busca dos temas que se encontram, segundo ele, no estágio superior das comunicações, e,

também para os conceitos dicionarizados, a que ele denomina de estágio inferior. De acordo, então, com tal sugestão, podemos provisoriamente afirmar que os quinze grandes grupos, apresentados na tabela nº 1, refletem a tendência de constituição dos temas suscitados pelo termo livre expressão, conforme os discursos dos professores de jornalismo informantes desta pesquisa.

Para atender à segunda sugestão de Bakhtin, durante o transcurso de amadurecimento das categorias, estivemos registrando os conceitos mais frequentes, de modo que, ao final, havíamos constituído um glossário de suporte às nossas interpretações, que se foi enriquecendo à medida que avançávamos na análise dos dados. Nele, é possível localizar os significados dicionarizados, segundo Bakhtin (2002), de nível inferior, para os seguintes conceitos e suas respectivas frequências: ato – 30% (trinta por cento); oportunidade – 20% (vinte por cento); direito – 70% (setenta por cento); singularidade – 40% (quarenta por cento); propriedade – 30% (trinta por cento); liberdade – 70% (setenta por cento); conhecimento – 20% (vinte por cento); inteligência – 20% (vinte por cento); consciência – 40% (quarenta por cento); relação – 20% (vinte por cento); ambigüidade - 30% (trinta por cento); estar – 20% (vinte por cento); e, ser – 30% (trinta por cento).

#### b) busca por indicativos de compreensão do contexto

Na intenção de avançar na busca das categorias definitivas para a análise dos dados, procuramos identificar as informações e as afirmações gerais sobre os modos como os professores percebem a livre expressão, no contexto de atuação dos jornalistas. Conforme tais informações e afirmações, a livre expressão se configuraria como uma ação que acontece de forma marginal e de acordo com o senso de oportunidade de cada profissional. Este modo de conceber a livre expressão no jornalismo, se de um lado assume uma ordem institucional, ao admitir que “isso (a imprensa) é uma atividade institucionalizada e, como toda atividade institucionalizada, deve ter parâmetros, ou seja, a sociedade não pode conceder autonomia absoluta para nenhuma de suas partes, até porque a sociedade é um todo” (PAULO118), de outro, admite a existência de uma segunda ordem, não institucionalizada, por onde as informações acabam transitando.

Essa segunda ordem é expressa como margem de manobra, pois, apesar dos parâmetros e da estrutura que tolhem a autonomia, “mesmo assim, há um espaço para a livre

expressão, porque a partir do momento em que você, por exemplo, cobre um fato e não outro, já é uma forma de você expressar a sua opinião. A partir do momento em que, em uma matéria você entrevista “a” e “b” e não “c” e “d”, é uma forma de você expressar a sua opinião” (Joana143). Deste modo, “ele (o jornalista) tem uma margem de manobra, mas tudo depende também da estrutura em que ele está. Têm estruturas mais rígidas, outras menos rígidas” (ROSA147).

Essa percepção reflete o posicionamento explícito de 20% (vinte por cento) dos entrevistados, podendo ser localizado ainda na categoria que trata da livre expressão com uma questão de atitude e naquela que trata dos obstáculos à livre expressão. Em resumo, esta concepção de livre expressão considera que os jornalistas realizam uma atividade institucionalizada e, por isso, devidamente sujeita aos parâmetros e às sanções que lhes determinam a atuação. Contudo, não obstante estes parâmetros, considerados como princípios de primeira ordem, sempre há a possibilidade de um posicionamento pessoal, através das margens de manobra pelas quais os jornalistas acabam transmitindo as informações por eles julgadas importantes. Esta margem de manobra é operacionalizada através da seleção das fontes e das informações, que irão compor os produtos expressivos e dependerão, ainda, da forma com que a empresa de atuação do profissional esteja estruturada.

Percebamos, nesses depoimentos, a intervenção ativa das condições imediatas de produção, atuando para a conformação dos produtos expressivos jornalísticos, visto que a margem de manobra que possibilita a livre expressão desses profissionais irá depender da maior ou menor rigidez com que a empresa jornalística posiciona a sua linha editorial. Por estes níveis de rigidez, compreenda-se a dependência ou a relação da empresa com a política ou a economia, o que remete também para um horizonte social mais amplo. É sempre bom lembrar que, em princípio, a empresa jornalística deveria estar organizada para o atendimento ao legítimo interesse público, que remete ao auditório social, para o qual os produtos expressivos se destinam.

### c) definição da situação

Dando continuidade à tentativa de identificar categorias definitivas que sustentassem a nossa análise, buscamos os enunciados que expressassem a forma como os sujeitos informantes vêem o mundo, os modos como vêem a si próprios, a maneira como definem o

que fazem e a relação dessas definições com os significados de livre expressão, no contexto da atuação profissional. Dessa forma, identificamos, nos enunciados incluídos na categoria de ação individual, uma tendência a considerar a livre expressão indissociável da própria visão de mundo de seu emissor. “É você saber lidar com todas as informações de forma sincera, verdadeira, e passar para as pessoas aquilo que realmente você assimila como verdade. Pode ser a sua verdade, pode não ser a verdade do outro, mas que essa verdade seja a sua verdade” (MARIA108).

Não obstante, sabe-se que esta forma de atuação esbarra na própria organização jornalística, já que “todos nós sabemos das dificuldades dos impasses, dos filtros, dos obstáculos que vivenciamos cotidianamente, nesse esforço de transmitirmos de uma forma independente, de uma forma livre, os nossos pontos de vista” (PEDRO136). Por outro lado, acredita-se ainda que é justamente destas contradições que se fundamenta a atividade jornalística: “mas eu acho que a concepção de jornalismo no mundo nasce muito em função desse referencial”(PEDRO136).

Por entre tais contradições, existe ainda a crença de que a atuação jornalística seja compreendida exclusivamente numa perspectiva institucional, e, portanto, submetida a parâmetros que definam, inclusive, os critérios de coerção aos abusos. “Ou seja, se eu tenho parâmetros, uma prática que vai provocar danos e prejuízos à sociedade e às pessoas pode ser punida” (PAULO126). Por isso, “o exercício da liberdade exige dele (do jornalista) sempre responder pelos atos que exerce ou faz no exercício da profissão” (JOSÉ112).

Assim, a livre expressão dos jornalistas, de acordo com a média de 70% (setenta por cento) dos professores, está no âmbito da ação pessoal, uma compreensão que assume os obstáculos como característica de uma atividade institucionalizada e, por isso, constituída de parâmetros dispostos à responsabilização dos possíveis excessos de seus agentes.

#### d) explicitação das contradições

Procuramos as formas de pensamento compartilhadas, que revelem as convicções referentes a certos aspectos específicos da situação. Nelas, subsistem tanto as normas e regras hegemônicas, como os posicionamentos que estão à margem dos princípios mais gerais que parametrizam a atividade. Assim, de um lado, existe um bloco de pensamento que



compreende a livre expressão fora do âmbito da atividade jornalística, e que se revela de forma contundente através da afirmação de que “os meios de comunicação não estão na esfera da liberdade de opinião, de liberdade de expressão individual” (PAULO120). Para o bloco que defende este pensamento, a livre expressão apenas se constituiria em um alibi jurídico para as próprias empresas. “Enquadrando, por exemplo, uma ação institucional dentro da esfera do direito da liberdade de opinião, já existe um equívoco metodológico na compreensão dos fatos, o que vai dificultar provavelmente muito mais que o dano seja reparado, porque sob o atraso do escudo do direito da liberdade de opinião, hoje, as organizações de comunicação podem fazer qualquer coisa”.(PAULO128).

Esta forma de percepção da livre expressão no contexto do jornalismo entra em colisão com um outro bloco de pensamento, caracterizado pela afirmação de que “todos os jornalistas têm que ter liberdade para exercer seu trabalho” (JOSÉ110), tendo em vista que “nem mesmo os manuais de jornalismo, hoje, admitem que o jornalismo seja essa coisa imparcial” (JOANA41A). Isto significa que a livre expressão é “a possibilidade do jornalista poder se expressar, poder relatar os fatos de uma maneira...vamos dizer assim... livre, no sentido de que não tenha por conta da empresa, por conta da política, por conta de outras estruturas, qualquer tipo de limitação” (MÁRIO138). “Então, é fundamental que o jornalista tenha a liberdade para realizar o seu trabalho, que sem liberdade ele não tem autonomia, e, portanto, ele não pode realizar o seu trabalho com a independência necessária” (JOSÉ11A).

Como podemos verificar, as concepções que fazem referência aos sujeitos envolvidos com o ato da livre expressão, no contexto do jornalismo, revelam a contradição entre a pertinência/impertinência desta ação, em se tratando de sua inscrição no âmbito desta atividade profissional. De um lado, então, temos a idéia de que a livre expressão se revela como um artifício jurídico conveniente às empresas que cometem excessos. De outro lado, coexistem os posicionamentos que compreendem a inevitabilidade da subjetividade dos produtos expressivos jornalísticos.

e) Estratégias desenvolvidas para dar conta de convicções pessoais

Buscamos identificar as táticas, métodos, caminhos, manobras, tramas ou outras formas intencionais de materialização das próprias convicções, diante dos obstáculos impostos pela estrutura que organiza o jornalismo. Buscamos, mais especificamente, as estratégias utilizadas para a transmissão das informações de interesse público, apesar de colidirem com os interesses mais imediatos das empresas jornalísticas. De certa forma, estas estratégias já foram contempladas no tópico que discute os indicativos de compreensão do contexto, visto que nele tratamos das margens de manobra desenvolvidas pelos jornalistas, como forma de “driblar” os obstáculos à livre expressão. Do ponto de vista teórico, esta atitude é discutida pelos pressupostos teóricos do “gatekeeping”, expressão inglesa que faz referência aos jornalistas como se eles fossem os portões por onde apenas determinadas informações efetivamente passam.

g) indícios de gêneros de discursos

A identificação do uso de jargões e clichês para tratar o tema proposto remete ao tratamento exaustivo do objeto, concebido de modo “quase total”. Trata-se da utilização de um tipo de discurso estereotipado, cuja ausência de problematização indicia a incorporação dos padrões mais superficiais em circulação pela economia simbólica que trata dos assuntos em pauta. Assim, a grande maioria dos depoimentos utiliza a máxima “liberdade com responsabilidade”, o que demonstra o caráter superficial com que parte dos professores de jornalismo trata a discussão sobre a livre expressão, no contexto desta profissão. Na maioria das vezes, esta expressão foi utilizada de forma literal. Contudo, algumas variantes dessa forma de construção também tiveram bastante espaço, e se traduzem por afirmações do tipo: “a nossa liberdade, aquela máxima, vai até onde o direito do outro começa” (JOSÉ111). “Qualquer um pode expressar sua opinião, desde que...né? e se não seguir o desde que...” (PAULO129A).

Foi possível destacar ainda duas outras variações desses discursos. A primeira revela-se como uma tendência a instituir o medo, e se traduz na forma de alerta sobre as prováveis punições oriundas das tentativas de subversão aos parâmetros institucionalizados pelo jornalismo. Algumas das expressões que traduzem este modelo de construção são: “por isso, ele (o jornalista) tem, sempre que solicitado, ou mesmo não solicitado, prestar contas à

comunidade, prestar contas aos pares, das decisões profissionais que ele toma no âmbito do seu exercício profissional” (JOSÉ113). “Ele (o jornalista) vai ser acionado judicialmente para ter que responder porque passou de determinados limites” (PAULO130).

O segundo tipo revela-se pelo formato conhecido como panfletário, que se caracteriza pela defesa veemente de certas posições políticas. Algumas das frequências desse tipo de construção podem ser representadas pelos seguintes exemplos: “a luta de um dos direitos sagrados, direitos individuais, é a liberdade de opinião” (PAULO117A); “é preciso que a liberdade de expressão seja, como que se diz, a nossa bandeira maior de luta pela defesa da pluralidade das idéias no mundo contemporâneo” (PEDRO137).

As considerações finais, possibilitadas a partir dos depoimentos coletados em torno dos significados da livre expressão dos jornalistas, tema da primeira indagação feita aos informantes desta pesquisa, foram cruzadas com os dados por eles formulados para responder à segunda indagação, que tratou da compreensão que eles tinham da forma como os significados de livre expressão eram discutidos com os alunos. O procedimento de análise destes dados recorreu às mesmas sistematizações já descritas por ocasião da apresentação do percurso de análise da primeira indagação. Assim, em um primeiro momento, estabelecemos a leitura flutuante como um procedimento eficaz para fazer emergir as primeiras impressões, que iam sendo gradualmente agrupadas, na busca de temas que pudessem se constituir em categorias.

Antes de apresentarmos as categorizações que emergiram dos depoimentos desta segunda questão, faz-se necessário um esclarecimento. Em suas respostas, os professores ora informavam os modos como discutiam a livre expressão dos jornalistas, enquanto conteúdo relevante para a formação dos seus alunos, ora descreviam o posicionamento que tinham frente ao exercício da livre expressão no contexto de sala de aula. Muito embora estivéssemos inicialmente interessados apenas no primeiro bloco de respostas, acreditamos importante apresentar também os elementos que revelaram a forma como os professores descreveram a possibilidade de prática da livre expressão durante as suas ações pedagógicas.

Após leituras sistemáticas, chegamos a uma lista inicial de 17 (dezesete) unidades de significações. Essas unidades foram destacadas em dois grandes grupos e dois subgrupos. O primeiro grupo revela os posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à livre expressão no

contexto do jornalismo, e o segundo os posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à livre expressão no contexto de sala de aula. Conforme interpretamos, no primeiro grande grupo estão os depoimentos que compreendem a livre expressão como um conteúdo escolar, e no segundo aqueles que a entendem no âmbito da atitude. A tabela nº 02, a seguir, apresenta estes primeiros achados.

**Tabela nº 02 – Percentuais das práticas da livre expressão no ensino de jornalismo.**

<b>Livre expressão no contexto do jornalismo</b>		
<b>Posições favoráveis</b>		
01	Discussão da legislação e deontologia do setor	40%
02	Questionamento das concessões públicas dos veículos de comunicação	30%
03	Possibilitada após consolidação do profissional no mercado de trabalho	30%
04	Conhecimento e manuseio dos conceitos com propriedade	20%
05	Jornalismo científico como única possibilidade de livre expressão	10%
<b>Posições desfavoráveis</b>		
06	Sujeita a punições advindas das práticas excessivas	40%
07	O sistema não permite inovações	30%
<b>Livre expressão no contexto de sala de aula</b>		
<b>Posições favoráveis</b>		
08	A afetividade e a convivência como essenciais à livre expressão	30%
09	Metodologia de ensino que considere a opinião dos alunos	30%
10	Práticas pedagógicas voltadas para a interação aluno/professor	30%
11	Conhecer-se e conhecer o aluno como atributo da livre expressão	20%
12	Discussão problematizadora como atitude para a livre expressão	20%
13	Livre expressão perpassa por todas as atividades de ensino	20%
14	Livre expressão na formação de receptores críticos	20%
<b>Posições desfavoráveis</b>		
15	Livre expressão como assunto apenas de algumas disciplinas	30%
16	Metodologia de construção da autonomia difícil de acompanhar e orientar	20%
17	Imposição diante do que os alunos acham que podem fazer	20%

Fonte: *Corpus* da Entrevista

Importante destacar a presença de enunciados de um mesmo professor em dois pólos antagônicos. Isto se deve ao fato de que alguns professores, ao apresentarem as práticas pedagógicas que acreditavam coerentes com os próprios significados da livre expressão, expressavam, em comparação, ações dos colegas por eles percebidas como contrárias às dele. Uma síntese exemplar desta forma de construção pode ser percebida na sentença a seguir.

Me parece que é necessário, fundamental, a questão da afetividade, o direito à abertura, porque você não fica só na transmissão do conhecimento, mas você vai efetivar as relações humanas e, sobretudo na sala de aula, a gente tem um convívio com o aluno que fica muito no superficial, quando você encara essa relação como uma relação obrigatória, de cumprimentos de dever e direitos, direitos e deveres, e eu não vejo assim (MARIA204).

Nesse enunciado, percebemos, de um lado, os elementos que caracterizam o paradigma humanitário da aprendizagem, através da evocação da afetividade, das relações humanas e convívio, como instrumentos da ação docente da entrevistada e, de outro, a referência ao paradigma tradicional, caracterizado pela idéia de que a transmissão do conhecimento se constitui a obrigação do docente.

Assim, a partir da identificação dos conteúdos dos enunciados, posicionamos 07 (sete) temas no pólo da livre expressão no contexto do jornalismo, sendo 05 (cinco) no âmbito das posições favoráveis e 02 (duas) no âmbito das desfavoráveis. Quanto ao pólo da livre expressão no contexto da sala de aula, listamos 10 (dez) temas, sendo 07 (sete) computadas como posições favoráveis e 03 (três) desfavoráveis. Percebamos que, tanto no contexto do jornalismo como no da sala de aula, existe um percentual bem mais representativo de posições favoráveis do que desfavoráveis ao exercício da livre expressão.

Contudo, diante da complexidade de analisar tais categorias, decidimos, após novas leituras, analisar os temas a partir do seu reagrupamento em posições favoráveis/desfavoráveis, independentemente de elas estarem no bloco do contexto do jornalismo ou no de sala de aula. Compreendemos que estes contextos se traduzem tão somente como duas facetas de uma mesma problemática, uma vez que os professores trabalham tanto no âmbito da discussão conceitual, quanto no âmbito da atitude comportamental. Por ocasião da discussão conceitual, referem-se, em consequência, à livre expressão dos jornalistas. Por sua vez, na discussão comportamental, referem-se, em

consequência, à livre expressão deles e de seus alunos. Adiante, a análise dos agrupamentos considerados mais relevantes, posicionados no âmbito das posições favoráveis:

a) Interação afetiva - Esta categoria está relacionada ao paradigma humanista da educação, por se constituir de ações que dão prioridade aos sentimentos, valores e expectativa dos seres humanos. As ações dos professores guiadas por este paradigma são estruturadas pela compreensão de que a personalidade humana está em contínuo desenvolvimento e que o ser humano é capaz de escolher o seu próprio destino enquanto agente livre que é.

Em termos metodológicos, entendemos que tais ações têm caráter eminentemente qualitativo, conforme percebemos no seguinte posicionamento da professora Maria. “Eu acho que o importante é você conhecer-se e nesse conhecer-se, pra mim estaria a livre expressão, tá? Porque você chegar, estar com o outro, conviver com o outro... é no convívio, né? Que é uma coisa muito mais ampla do que estar junto. É conviver” (MARIA205).

Conforme percebemos, essa compreensão entra em sintonia com as concepções mais amplas que constituem a perspectiva humanista da educação, dentre elas, segundo Mosquera:

Ser autêntico e genuíno ante seus alunos, tentar entender os alunos colocando-se no seu lugar e ser sensível às percepções e sentimentos, procurar estar aberto ante novas formas de ensino ou opções educativas, estar interessado nas pessoas total e rejeitar posturas autoritárias e egocêntricas (MOSQUERA, 2001, p. 45).

Nessa categoria, estão inseridos os professores que compreendem os usos dos significados da livre expressão, em suas práticas pedagógicas, como “aceitar a opinião do aluno, não é? E vice-versa, haver essa discussão, não é discussão, essa, essa interatividade entre professor e aluno. Eu acho que seria mais nesse sentido” (LUCAS252).

Um processo de interação entre o professor e o aluno. (De forma que) Eu, como professor, não estou totalmente acabado, pronto. Eu estou sempre aprendendo com os meus alunos e considero a participação dos alunos, as críticas, as sugestões, as reclamações pertinentes, e eu considero todas elas sempre (MÁRIO232).

b) Manuseio das determinações - esta categoria está relacionada com o paradigma sociocultural, que se caracteriza pela atuação do sujeito sobre os objetos, através do uso de

instrumentos daquela natureza, quais sejam, as ferramentas e os signos. Segundo Mosquera (2001), “o uso de ferramentas produz transformações no objeto; o uso dos signos produz transformações no sujeito que realiza a atividade” (MOSQUERA, 2001, p. 50).

Dessa forma, o ensino estaria relacionado a ajudar o sujeito a se apropriar de ferramentas e a compreender os signos que passam a incorporar-se à singularidade e ao comportamento do sujeito da aprendizagem. Os modos de ação pedagógica típicos deste paradigma, implicados aos usos dos significados de livre expressão pelos professores, revelam-se de dois modos, na verdade, duas faces de um mesmo processo. O primeiro flagra professor e aluno em processo de interação mediada pelos objetos do conhecimento.

Na minha prática em sala de aula, começo a colocar esses aspectos legais e abordar conceitos éticos (dispositivos institucionais da liberdade de expressão) para saber até que ponto esses futuros profissionais vão interferir nessa realidade que é a prática do dia a dia (GABRIEL249).

O segundo refere-se ao manuseio que o professor faz dos objetos do conhecimento, sejam eles de natureza teórica ou metodológica, para fundamentar as próprias idéias e escolher os modos de sua atuação pedagógica.

Olha, é, na sala de aula, eu acho que o professor tem essa oportunidade de expor as suas idéias, viver a sua livre-expressão, embasado nos conceitos, nos teóricos vinculados à sua disciplina, né? Aos procedimentos, aos conceitos teóricos, os autores, enfim. Seria essa livre expressão, mas tendo esse suporte, não é, dos conceitos teóricos. (LUCAS250)

Nesse sentido, segundo Mosquera (2001), “o professor deve ser entendido como um agente cultural, que ensina em um contexto de prática e recursos socialmente determinados, com um papel de mediador essencial entre o saber sociocultural e os processos de apropriação dos alunos” (MOSQUERA, 2001, P.51).

c) Atitude problematizadora – esta categoria está relacionada ao paradigma da educação libertária. Esta forma de experienciação de práticas pedagógicas apóia-se na compreensão de que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, através do movimento dinâmico e dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

O que eu faço é o quê? É testá-los ao máximo nas argumentações que eles colocam para ver se aquelas idéias são idéias que se sustentam que avaliam as conseqüências daquele tipo de decisão, e se esse tipo de decisão pode ser justificado do ponto de vista ético, do ponto de vista técnico do exercício da profissão (JOSÉ210).

Quanto aos sete temas que não favorecem o exercício da livre expressão, destacamos três categorias para a nossa análise:

a) Atitude burocrática – esta categoria se define pela consideração à livre expressão como uma falácia, ou seja, algo que impossibilita uma relação que deve ser baseada em “cumprimentos de dever e direitos, direitos e deveres” (MARIA203). Este posicionamento é compartilhado pelos professores que defendem uma percepção autoritária para as suas funções didático-pedagógicas.

Você precisa estabelecer alguns freios, às vezes, na forma como os alunos trabalham. Muitas vezes existem muitas idéias, idéias boas, e eles às vezes não têm muitos parâmetros, não medem muito as conseqüências daquelas ações que eles imediatamente pensam poder exercer no trabalho (JOSÉ209).

Para os professores entrevistados, esse tipo de procedimento justifica-se na razão direta da compreensão da seguinte realidade: “como existe o aluno e existe o professor, quem coordena todo esse processo, quem é o grande regente, é o professor” (PAULO223).

b) Estímulo à dissimulação – esta categoria é constituída por posicionamentos menos radicais, em relação ao exercício da livre expressão. No entanto, no que diz respeito à atuação no mercado de trabalho, tais posicionamentos estimulam abertamente a dissimulação. O enunciado de Joana é exemplar desta categoria.

Essa concepção de livre-expressão. Eu sempre alerta sobre esse mito. Mas digo também: agora você não vão sair por aí (em defesa da livre expressão) que vocês não vão encontrar emprego em canto nenhum, né? Então assim, tento enquadrar o mercado e, a partir do momento em que você já tiver mais ou menos estabilizado, pode até pensar em botar as ‘manguinhas’ de fora. Mais ou menos por aí (JOANA237).

c) Visão disciplinar – esta categoria reúne os posicionamentos que acreditam ser a livre expressão uma discussão restrita a certas disciplinas, como revela o depoimento da



professora Rosa: “com a teoria da comunicação, não que a gente não vai trabalhar muito isso, né? Mas, em jornalismo científico isso vai ser sempre dado” (ROSA239).

De modo geral, percebemos que os posicionamentos implicados nas categorias desfavoráveis ao exercício da livre expressão refletem idéias pré-concebidas sobre o ensino. E mais: os professores que protagonizam tais posições assumem mais profundamente a profissão de jornalistas, em detrimento dos saberes necessários à execução das tarefas que são próprias da docência.

Os dados, assim analisados, permitiram estabelecer os indícios que se constituem numa certa zona de estabilidade de significação da livre expressão no contexto do jornalismo e, para além dos objetivos iniciais desta pesquisa, perceber os procedimentos declarados pelos professores, quando tratam da livre expressão dos jornalistas enquanto um conteúdo necessário à formação dos futuros jornalistas. Assumimos, naturalmente, o caráter parcial destas conclusões, por nós consideradas como frestas que nos ajudaram a visualizar a complexidade da problemática que envolve a ação de expressar-se livremente no contexto da profissionalização da atividade jornalística.

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.

Thiago de Mello.

### Considerações finais

A inquietação acerca da autocensura praticada pelos jornalistas de um grande jornal estabeleceu-se como a semente que nos levou a investigar o fenômeno da liberdade de expressão no campo de formação desta profissão, movidos pela curiosidade sobre o uso do termo livre expressão. O referencial teórico permitiu explorar esta investigação na tentativa de distinção entre os dois termos, tendo por hipótese a premissa de que o uso do significante livre expressão, seja na sua forma oral, seja na sua forma escrita, faz referência à ação que dá vida ao direito institucionalizado da liberdade de expressão, assim como dá vida a outras formas de liberdade, dentre elas a liberdade de pensamento e a liberdade de opinião, que se mantém numa posição de supra-ordenação, em relação ao conceito mais geral de liberdade.

Com vistas à consecução destes objetivos, procuramos investigar os significados de livre expressão, conforme os atribuem os professores de jornalismo, por entender que é nesta esfera do conhecimento que se concentram os esforços para o desenvolvimento de conceitos não espontâneos para os objetos e objetivos do campo social do jornalismo. Neste sentido, procuramos focalizar a nossa atenção em depoimentos de professores pesquisadores desta área, prioritariamente com atuação demarcada nas escolas da região nordeste, uma geografia cuja atividade jornalística mantém-se em situação de dependência em relação à produção informativa do centro do País.

Esses professores pesquisadores foram abordados em situação de missão profissional, como forma de induzi-los a uma articulação engendrada a partir de possíveis conceitos consolidados de livre expressão, ou em desenvolvimento, sem que tivéssemos necessariamente que solicitar este esforço cognitivo de modo explícito. A idéia era averiguar o nível de naturalização dos possíveis conceitos, a partir da indagação sobre os modos como estes professores dão significado à livre expressão, e sobre a forma como eles compreendem a discussão que fazem desses significados em suas práticas pedagógicas.

Assim, tendo inicialmente constatado o estado de direito que prevalece nas abordagens que tratam da liberdade de expressão, conforme a literatura que cobre o tema, resolvemos estabelecer como eixo central de análise dos depoimentos a averiguação da presença do sentido do dever, da obrigação. Este posicionamento fez-se necessário, diante da missão histórica de atendimento ao interesse público que justifica a inscrição do jornalismo no

contexto da sociedade contemporânea. Em tese, o atendimento ao interesse público deveria impulsionar os jornalistas ao cumprimento desta missão como um dever, independentemente dos interesses mais imediatos da organização jornalística para a qual atuam, quando tais interesses se posicionarem de encontro aos legítimos interesses da coletividade. Neste sentido, a própria Constituição Federal afirma a condição do Jornalismo enquanto um serviço público, muito embora hegemonicamente explorado pela iniciativa privada.

Desta forma, conforme pudemos averiguar, os significados acerca da livre expressão, no contexto do jornalismo, posicionam-se em duas zonas de razoável estabilidade. A primeira admite a existência desta ação no âmbito do jornalismo, afirmando, inclusive, a sua necessidade para legitimar a profissão, tendo como argumento o fato de que a livre expressão encontra-se na própria gênese da atividade. A segunda percebe a livre expressão fora do âmbito desta profissão, considerada uma atividade institucionalizada, a qual deve estar sempre parametrizada por mecanismos de orientação dos seus produtos expressivos, como forma de evitar os abusos. Mais que isso, este segundo posicionamento denuncia a livre expressão como um artifício de justificativa legal para os abusos cometidos intencionalmente pelas próprias empresas jornalísticas, uma vez que é em nome do direito a esta ação que elas se explicam quando têm os seus procedimentos questionados.

Esta dicotomia se estende para o âmbito das ações pedagógicas, constituindo dois pólos distintos de práticas em sala de aula. O primeiro favorece a aplicabilidade da livre expressão nos próprios movimentos de interação entre professores e alunos, e, o segundo, marcado por uma atuação que impõe o respeito à tradição, à hierarquia e à autoridade, percebe a livre expressão como uma ameaça ao professor, considerado o maestro soberano de todo o processo de ensino e aprendizagem. Concluímos que estas configurações são influenciadas por um maior ou menor nível de profissionalização docente, uma vez que os professores que se alinham no bloco favorável à livre expressão em suas práticas pedagógicas, posicionam-se através de paradigmas educacionais consagrados, entre os quais conseguimos perceber os paradigmas humanístico, sociocultural e libertário, sendo este último implicado com os pressupostos relacionados à pedagogia da autonomia, conforme a defende o educador pernambucano Paulo Freire. Quanto aos professores posicionados no bloco desfavorável à livre expressão em sala de aula, percebemos uma compreensão pedagógica mais tradicional, que relaciona as ações de ensino/aprendizagem ao cumprimento obrigatório da transmissão do conhecimento.

Quanto ao sentido do dever, inserido no questionamento alçado ao eixo central de nossas análises, não conseguimos perceber uma explicitação mais contundente nesta direção. A maior referência que se dispôs, neste sentido, trata da necessidade de conhecimento da Constituição Federal, como forma de problematizar os mecanismos de concessões que estruturam o setor da comunicação, cujos dispositivos são historicamente vilipendiados, a exemplo do que ocorre com os canais de televisão que são concedidos por um prazo de dez anos, e acabam por se constituírem em propriedades vitalícias de caráter privado. A livre expressão como um dever do jornalista esteve ausente da maioria dos depoimentos.

Contudo, percebemos a consciência deste dever em alguns depoimentos, uma vez que eles estimulam a utilização de margens de manobra pelos futuros profissionais, quando confrontados em situação de obstáculos à difusão de fatos de interesse público. Porém, tendo em vista a perspectiva de uma formação integral, em nome da qual a atividade educacional ganha significação, percebemos estas práticas com suspeita, uma vez que elas são estimuladas através do recurso à dissimulação.

Três outros discursos, caracterizados de modos distintos, apresentam elementos de conscientização do dever de livre expressão dos jornalistas. O primeiro focaliza o estado de alerta para o qual os futuros profissionais devem se manter. Ele diz respeito ao cumprimento das leis, da deontologia e dos dispositivos institucionais que parametrizam a livre expressão, no âmbito da profissão. Este discurso se mantém na fronteira da liberdade de expressão, ou seja, do sistema jurídico. O segundo, de cunho complementar ao primeiro, avança para além do alerta e dá ênfase às conseqüências, caso os profissionais não se mantenham nos limites legais. É o discurso do medo. Estes discursos são característicos dos professores posicionados no paradigma tradicional da educação, amparados por uma perspectiva de transmissão do conhecimento. O terceiro discurso caracteriza-se como panfletário. O professor faz da sala de aula um palco para exaltar a importância histórica da livre expressão, tanto para os agentes do campo social do jornalismo, quanto para os cidadãos, de um modo geral, e com isso, acaba contribuindo para a construção de um perfil heróico dos profissionais do jornalismo.

Não conseguimos identificar os indícios de uma definição mais consensual de livre expressão, de forma que se possa alçar este termo à condição de conceito científico, mesmo que em desenvolvimento. Neste sentido, o que localizamos nos depoimentos foram os

indícios de atributos da livre expressão, listados como conhecimento, inteligência e liberdade. Estes possíveis atributos coadunam-se com a perspectiva dialética na qual este estudo se apóia, uma vez que compreende a liberdade de expressão como o estado de direito determinado pelos aparatos legais que a institucionalizam, e a livre expressão como a ação de manusear de modo consciente estas determinações. De fato, para tanto, faz-se necessário os três atributos listados, não sendo eles, no entanto, exclusivos.

Quanto às práticas pedagógicas que tratam dos significados de livre expressão, concluímos que o professor percebe o uso desses significados, de acordo com o seu posicionamento em relação aos paradigmas da educação, sendo mais favoráveis ao entendimento da livre expressão como possibilidade de ação pedagógica os professores com algum nível de compreensão desses paradigmas. Quanto aos professores que se posicionaram desfavoráveis à livre expressão enquanto ação pedagógica, concluímos pelo desconhecimento destes professores quanto aos paradigmas da educação, sendo as suas atividades docentes conduzidas através das experiências e certezas oriundas do senso comum, segundo as quais, para ser professor basta conhecer o conteúdo, ter talento, bom senso ou intuição.

Temos a consciência do caráter parcelar e provisório destas conclusões e sabemos ter feito mais indagações do que as respondemos. Assumimos as lacunas deixadas no meio do trajeto como conseqüências de nossas próprias limitações, muito embora tenhamos, na atualidade, a noção mais próxima do caráter complexo e escorregadio do tema e do objeto de nosso interesse de pesquisa. Por isso, afirmamos, sem receios, que a grande contribuição deste trabalho foi para com a nossa própria formação, visto que já não nos posicionamos com a mesma visão pela qual enxergávamos o mundo antes de emprendermos esta jornada.

Neste sentido, acreditamos que a identificação do estágio atual de elaboração dos significados atribuídos à livre expressão, conforme os concebem os professores de jornalismo, servem para instrumentalizar o planejamento de ações formativas voltadas para a construção crítica da profissão; para indiciar o nível de elaboração conceitual desenvolvido ou em desenvolvimento de livre expressão no campo do jornalismo; para contribuir com a prática de exercícios reflexivos sobre a ética dos jornalistas; para verificar o nível de incorporação do sentido do dever, que exige do profissional jornalista o esforço para a divulgação dos fatos de legítimo interesse público; e, finalmente, para indiciar as aproximações e os distanciamentos entre o direito e a vida do direito, ou seja, entre a liberdade de expressão e a livre expressão.

Os movimentos que nos trouxeram até aqui, retirando-nos da condição do saber sensível em que nos encontrávamos, levou-nos a outras percepções e entendimentos que se transformaram em conhecimentos supraclassificados em nossa consciência, e que podem, agora, serem flagrados como vida efetiva, na forma como passamos a dar coerência às nossas palavras e atitudes, através das ações que empreendemos no mundo.

Ao colocarmos um ponto final nesta fase de nossa pesquisa, o fazemos acreditando na importância do desenvolvimento de um olhar mais acurado sobre a vida do direito constitucional que aprendemos a reconhecer como liberdade de expressão, uma vez que testemunhamos a necessidade emergente de vozes que denunciem veementemente o estado de desigualdade, injustiça e violência, que se opõem à vocação do homem para a construção de sua humanidade.

Esperamos que as considerações aqui desenvolvidas possam inspirar a vida efetiva do conceito de liberdade de expressão, ou seja, a livre expressão, enquanto um ato obrigatório de cumprimento da missão abraçada por todos os profissionais a quem a sociedade delegou o privilégio da expressão através dos meios de comunicação de massa, desde que tal expressão esteja intrinsecamente vinculada ao legítimo interesse público.

Quanto aos enganos e equívocos que certamente permeiam este trabalho, solicitamos o olhar generoso e compreensivo, pois, lembrando o poeta da simplicidade Mário Quintana: “cada pessoa pensa como pode”.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- AMARAL, Roberto. **A (des)ordem constitucional administrativa e a disciplina da radiodifusão**: análise e (alguma) prospectiva. In: Comunicação & Política. Rio de Janeiro: Nova Série, 1994.
- ARBEX JR, José. **O Jornalismo Canalha. A promíscua relação entre a mídia e o poder**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- ATLAN, Henri. **A ciência é inumana?** Ensaio sobre a livre necessidade. Tradução – Edgard Assis de Carvalho. São Paulo: Cortez, 2004.
- BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 15 ed. Tradução – Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 2003.
- BARBEIRO, Heródoto. **Liberdade de Expressão**. São Paulo: Futura, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 10 ed. São Paulo: Annablume, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Estética e criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Tradução: Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Arsenal da democracia. Sistemas de Responsabilização da mídia**. Bauru: EDUSC, 2002.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **As ciências do léxico**. In. OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. ISQUERDO, Aparecida Negri. As ciências do léxico. Lexicologia, lexicografia, terminologia. 2 ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRUNER, Jerome. **Atos de Significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BRUM, Eron, IJUIM, Jorge Kanehide. **Ensinar jornalismo...ou aprender jornalismo**. In. Retrato do ensino em comunicação no Brasil. Análises e Tendências. PERUZZO, Cecília M. Krohling. SILVA, Robson Bastos. São Paulo: INTERCOM, Taubaté: UNITAU, 2003.



CAHALI, Yussef Said (Org). **Constituição Federal**. Código Civil. Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

CAPPARELLI, Sérgio. SANTOS, Suzy dos. **Coronéis eletrônicos, voto e censura prospectiva**. In. Cultura Vozes. Nº 4. volume 96. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Acesso à humanidade em termos jurídicos**. MORIN, Edgar (ORG). In. A religação dos saberes. O desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS. **Criação do Conselho Federal de Jornalismo**. Autonomia e Ética. Rio de Janeiro: Editora da FENAJ, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARDNER, Howard, CSIKSZENTMILHALYI, Mihaly, DAMON, William. **Trabalho Qualificado**. Quando a excelência e a ética se encontram. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2004.

GARAUDY, Roger. **O pensamento de Hegel**. Tradução Maria Tacke. Lisboa: Moraes Editores, 1971.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Edusp, 2000.

GRAMSCI, A. **Poder, Política e Partido**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e controle social**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução – Paulo Menezes. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, **Princípios da filosofia do direito**. Tradução – Noberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1997.

IANONI, Marcus. **Sobre o quarto e o quinto poderes**. Communicare. Revista de Pesquisa da Faculdade de Comunicação Socialk Cásper Líbero: 2003.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiência de vida e formação**. Tradução – José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo:Cortez, 2004.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

- KOSOVSKI, Ester (Org). **Ética na Comunicação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- KRISTEVA, J. **História da Linguagem**. Lisboa, Edições 70, 1980.
- LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e crítico da filosofia**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAROUSSE CULTURAL. **Grande enciclopédia**. São Paulo: Universo, 1988.
- LEMPEREUR, Alain. **Apresentação**. In. *Ética e Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MATTELART, Armand e Michele. **História das teorias da comunicação**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- MATTELARD, Armand. **Comunicação Mundo**. História das idéias e estratégias. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada. A história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulos, 2005.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MILLS. C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975. 4ª ed.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- MOSQUERA, Juan José Mourino. **Teorias da aprendizagem e a proposta educativa marista no novo milênio**. In. ROSA, Jorge La. *Psicologia e Educação: o significado do aprender*. 4 ed. Revista e Ampliada, 2001.
- NÓVOA, Antonio. **O professor se forma na escola**. Entrevista. In. *Revista Nova Escola*. São Paulo. Fundação Victor Civita. Nº 142, maio/2001.
- NUÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. **A dispersão semântica na pesquisa educacional: implicações teórico-metodológicas**. *Educação em Questão*. V.10 e 11. N.2/1, 1999 – jan/jun.2000. Editora da UFRN.
- OLIVEIRA, R. Pires de. **Semântica**. In: Mussalin, F. Bentes, A.C, 2001.
- PANEBIANCO, Ângela. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário da Política**. Brasília: UnB. 1994.
- PERELMAN, Chaïm. **Ética e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PILETTI, Nelson Claudiano. **História e Vida**. São Paulo: Ática, 1994.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta**. Condições e contradições do trabalho jornalístico. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROMAIS, Astomiro. **Mídia, democracia e esfera pública**. Revista Tendência na Comunicação. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 21 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SENRA, Stella. **O último Jornalista. Imagens do cinema**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIEMEK, Marek J. **O conceito hegeliano de liberdade em sua relevância para o presente**. In. STEIN, Ernildo. BONI, Luiz A. de. (Org.) *Dialética e liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SILVA, Jacinto da Silva. **Instituições de Direito Público e Privado**. De acordo com o novo código civil, com o código comercial e com as exigências do MEC. Campinas: LZN, 2003.

SILVA, Juremir Machado. **A miséria do jornalismo brasileiro**. As (in)certezas da mídia. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SUSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

SZYMANSKI, Heloisa (Org). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano, 2002.

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. 3. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRINDADE, Adriana Mara da Silva. **A conquista da liberdade de expressão e a lei de imprensa**. Monografia. Orientação: Prof, Vicente Serejo. Natal: UFRN, 1997.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed. São Paulo; Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_ **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YAGUELO, Marina. **Introdução**. In. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

WEBER, Thadeu. **Hegel**. Liberdade, Estado e História. Petrópolis: Vozes, 1993.

### Referências eletrônicas

[carosamigos.terra.com.br/da\\_revista/edições/es89/caros\\_leitores](http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edições/es89/caros_leitores)

[www.amanha.terra.com.br/notas\\_quentes/notas\\_index](http://www.amanha.terra.com.br/notas_quentes/notas_index)

[www.consciência.nat/midia/imprensa alternativa](http://www.consciência.nat/midia/imprensa_alternativa)

[www.elisamaximo.com/arquivo/2005/09/acao\\_na\\_blogosf.html](http://www.elisamaximo.com/arquivo/2005/09/acao_na_blogosf.html)

[www.facom.ufba.br/jol/producao2002.html](http://www.facom.ufba.br/jol/producao2002.html)

[www.fpaqbramo.org.br/perseu/manipulacao.html](http://www.fpaqbramo.org.br/perseu/manipulacao.html) - acesso em 12.03.06

<http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-ssa-iq.html> - acesso em 18.02.05

[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br) acesso em 03.05.06

[www.sindjorms.com.br/qualidade\\_formacao\\_jornalismo.html](http://www.sindjorms.com.br/qualidade_formacao_jornalismo.html). acesso em 26.06.06

**Anexos**

	Quais significados o senhor (a) atribui à livre expressão no contexto do jornalismo
Profº	Depoimentos
Joana	<p>Ao meu ver, livre-expressão é um conceito muito relativo. Depende de quem fala. Na minha opinião, no meu entender, a livre-expressão passa necessariamente pela liberdade, a liberdade de pensamento, a liberdade de expressar-se, a liberdade de comunicar-se, a liberdade de dialogar e, sobretudo, a liberdade de ... pensamento. Me parece que uma outra ligação da livre-expressão se refere a conhecimento. O conhecimento, a apreensão da realidade que nos cerca, o conhecimento do mundo, das informações que circulam em torno de nós mesmos. E você saber captar essas informações, assimilar e repassar de uma forma a mais fidedigna possível, dentro daquilo que você concebe como realidade e como experiência de vida. Uma outra ligação que eu faria com o conceito de livre-expressão é com a inteligência. Eu acho que é necessário que tenhamos entendimento daquilo que estamos a observar e a conceituar. Então, assim, inteligência, pra mim, soma-se a essas duas questões que é liberdade, essencialmente liberdade, e conhecimento. Porque inteligência, me parece, não é inteligência, é inteligência emocional, inteligência que vem do cognitivo mesmo, entendeu, para você saber lidar com todas essas informações de forma sincera, verdadeira e passar para as pessoas aquilo que realmente você assimila como verdade. Pode ser a sua verdade,. Poder não ser a verdade do outro, mas o que essa verdade seja a sua verdade.</p>

ANEXOS  
TEXTOS REPRESENTATIVOS DA FASE EXPLORATÓRIA

Murray Rothbard, com a fina percepção de sempre, notou que uma pergunta essencial que ninguém nunca faz, no que se refere ao dito "direito de livre expressão", é: livre expressão onde?

Ora, se dizemos que o homem tem direito de expressar livremente o que bem entender, resta ainda respondermos onde é que ele pode exercer esse direito.

Diário de Notícias . Lisboa

Direito à livre expressão continua a ser violado em muitas regiões do mundo

"Alguns jornalistas são vítimas da violência porque noticiam situações que muitos pretendem esconder, outros estão em risco quando se encontram em áreas de conflito armado." Esta declaração de Koichiro Matsuura, director-geral da UNESCO, sintetiza a situação actual do respeito pela liberdade de imprensa no mundo.

## **Recorte Histórico: Metodologia da Livre Expressão, não tão livre assim.**

FERNANDO ANTÔNIO GONÇALVES DE AZEVEDO

Toda a luta empreendida a partir do movimento de arte-educação (anos 80), em busca da reorganização política dos professores de arte, encontrou na fragilidade conceitual da articulação entre ensino e arte o seu maior desafio: por um lado os professores não habilitados formalmente em arte e por outro a formação polivalente e de forte caráter tecnicista que predominava nas universidades foi um impasse que teve que ser enfrentado e ainda não totalmente resolvido considerando a perspectiva de melhoria da qualidade da educação.

**DIPLOMA EM XEQUE**

### **Diploma e liberdade de expressão**

Josenildo Luiz Guerra (\*)

O que mais impressiona na decisão da Justiça Federal de São Paulo para abolir a exigência do diploma em jornalismo é a originalidade do principal argumento: o diploma impede a liberdade de expressão. Sob dois aspectos, pelo menos, este argumento carece de boa consistência. Primeiro, várias pessoas – juristas, economistas, políticos, cientistas, etc – publicam diariamente seus pontos de vistas em diversos jornais, como qualquer leitor de



Escola Viva



Empreender uma viagem que cruza um oceano inteiro parece tarefa de gigante. No entanto, muitos pássaros o fazem na busca do seu verão, na certeza de encontrar o melhor para si. À sua frente, o céu aberto, o sem-fronteiras e viajam milhares de quilômetros em busca de bons lugares para aninhar e criar seus filhotes.

As asas da educação são aquelas do sonho, do ideal. Uma escola é construída para realizar este sonho: melhorar a qualidade da vida de cada um e de todos.

O Atelier Arte: Expressão foi criado numa época em que a liberdade individual estava comprometida e a expressão, censurada. Dentro do movimento da sociedade para a democracia, acreditávamos numa educação que pudesse garantir para a criança a experiência da livre expressão e o contato com as múltiplas linguagens em um ambiente cuidadosamente preparado para desafiar a sua curiosidade e possibilitar sua realização. E acima de tudo, um espaço capaz de resgatar no aluno o prazer em aprender e em conviver.

Alguns anos mais tarde, o Atelier deu origem à Escola Viva. No bojo deste novo projeto as mesmas idéias, agora uma convicção, sobre essa escola possível, rumando firmemente em direção ao seu verão.

[http://www.quelquechose.blogger.com.br/2002\\_12\\_archive.html](http://www.quelquechose.blogger.com.br/2002_12_archive.html)

### Cenas de Infância e Livre Expressão

Ouvi, ao conversar hoje com uma antiga amiga da família - dessas criaturas únicas e de pródiga genialidade -, em revisita ao passado remoto, a seguinte confissão:

*- Lamento muito não ter me aproximado mais de você quando era ainda uma criança. Tinha o jeito tão esquivo que eu pensava que não gostasse de mim. Vi você crescer e só recentemente percebo quanto ficou perdido no tempo. Ainda bem que pudemos resgatar algo desse contato nos últimos anos.*

Vieram-me, neste momento, as imagens da infância. A memória das primeiras acontecimentos é sempre muito nítida. Então a Caê (este é o apelido carinhoso dela) nem sequer imaginava a minha admiração por ela... Eu a observava do meu canto tímido, deslumbrada com sua personalidade forte, com sua inteligência, com seu jeito único de existir. Uma vez, morri de tristeza quando ela deu de Natal um vinil do Hendrix para meu irmão, então com 9 anos, enquanto tive de me contentar com um desses presentes insignificantes para crianças comuns. Ora, eu não me sentia como as outras crianças e queria um disco do Hendrix também. Nunca a perdoei por isto.

Ela não sabia... Ela não pôde saber de muitas coisas. E isto me leva a pensar o que não faz o desvio ou a ausência da comunicação. Quanto tempo se perdeu até resgatarmos o verdadeiro e agradável contexto de um encontro tão feliz. A falta de expressão da minha simpatia, admiração ou seja lá qual fosse o predicativo, fez com que ela, por não se sentir gostada, me deixasse de lado, investindo muito mais na relação com meu irmão.

Eu sempre tive olhos de susto quando criança. Minha expressão ficou comprometida quando, por volta dos 4 anos de idade, tomei uma surra de crianças maiores do que eu, sem saber por que apanhava. Uma coisa é levar umas boas chineladas de mãe: você sabe por que está apanhando, e no fundo até sente amor nessas chineladas. Outra é apanhar do lado de fora do universo do lar, ao iniciar a vida, de guris e gurias fisicamente maiores, que, em sua "inocência cruel", proveniente da seleção natural, ou qualquer coisa darwinista, precisam aniquilar os mais frágeis (ou os menores). Freud mesmo costuma dizer que há uma certa crueldade nas crianças. E eu começo a acreditar que, pelo menos em algumas, isto é fato. Enfim, esta cena me calou por um bom tempo e me deixou com olhos de susto, visíveis em qualquer fotografia. Achava sempre que o mundo ia me bater.

Vim descobrir a importância desses detalhes barroco-existenciais algum tempo depois, na psicanálise, que fez um bom trabalho nesse sentido da libertação do verbo e da auto-descoberta. Hoje me é tão fácil dizer: **gosto / não gosto; sim / não; quero isso / não quero aquilo; ai, ta doendo! / ai, que bom!**. Mas naquela época eu não conseguia me expressar e muito menos sabia a razão. Lamento o quanto se perdeu com isto. Privei-me de conversas mágicas e ricos aprendizados que poderia ter tido com Caê. Ela tem sempre tanto a transmitir. Que o digam seus alunos.

Mas chorar sobre o leite derramado é contraproducente. Hoje tento compensar o tempo





About CJFE  
Project Work  
Press Freedom  
Awards

Journalists in  
Distress Fund

Publications and  
Media Releases

Campaigns

Journalists in  
Exile

Links

Contact CJFE

Français



Join  
CJFE

Member of  
[www.ifex.org](http://www.ifex.org)

This site designed and  
maintained by



CoyoteVirtual  
Communications Inc.  
[www.coyotevirtual.com](http://www.coyotevirtual.com)

# Canadian Journalists for Free Expression

*Français*

## Mission Statement

The CJFE is a Canadian non-governmental organization supported by Canadian journalists and advocates of free expression. The purpose of the organization is to defend the rights of journalists and contribute to the development of media freedom throughout the world. CJFE's rights are not confined to journalists and strongly supports and defends the broad freedom of expression in Canada and around the world.

---

## What's New?

Saturday, March 18, 2006

[more](#)

---

CJFE concerned about issue of editorial independence at the CM. [Read More...](#)

CJFE condemns Uganda's expulsion of Canadian journalist [Read More...](#)

IFEX Job Posting: Proposal Writer/Fundraiser [Read More...](#)

Rogue Elephants and Press Freedom: Juliet O'Neill [Read More...](#)

CJFE concerned that journalists are being used as arm of police in [Read More...](#)

CJFE launches new Listserv to discuss Canadian Free Expression [Read More...](#)

CJFE looking for Fundraiser/Development Manager [Read More...](#)

Letter from Tunisian Hunger Strikers [Read More...](#)

Free expression groups pull out of WSIS Event [Read More...](#)

CJFE calls for Tunisian government to end crackdown on human rights [Read More...](#)

---

[Home](#)

[About  
CJFE](#)

[Project  
Work](#)

[Press  
Freedom  
Awards](#)

[Journalists  
in Distress  
Fund](#)

[Publications  
and Media  
Releases](#)

## Observatório da Imprensa

### DIRETÓRIO ACADEMICO

#### DIPLOMA EM XEQUE

#### Quanto vale um diploma de jornalista?

Ruben Dargã Holdorf (\*)

A inepta exigência do diploma para o exercício legal da profissão de jornalista torna-se ilegítima quando a faculdade que confere ao estudante tal documento não disponibiliza o instrumental para o exercício competente, esse sim importante. A obrigatoriedade de se passar pela faculdade, nesse caso, parece mera proteção ao mercado de trabalho para aqueles que nele já se encontram. Isso fica evidente quando se nega ao estudante até mesmo o direito ao estágio. É absurdo pensar que a simples passagem pelos bancos da "Escola de Jornalismo" capacite o estudante a atuar em um veículo de informação, principalmente quando a faculdade não está adequada ao mercado.

Admite-se um relativo atraso nesse caso, já que são as necessidades de mercado que ditam as mudanças que devem ocorrer no ensino, e muitos dos professores não podem prevê-las. Por isso, é justo que os alunos produzam seus veículos de informação, no caso específico do jornalismo, em uma velocidade menor do que a real, pois se trata não apenas de um meio de avaliação como também de experimentação, autocritica e aperfeiçoamento de textos, da qualidade gráfica, política editorial, ética e respeito aos princípios de livre expressão e outros fatores que determinam uma boa formação acadêmica.

Porém, se os dois primeiros anos são alijados da prática, protelando para o terceiro ano uma tentativa de produção, enquanto a notícia do "mundo real" é divulgada praticamente ao mesmo tempo em que o fato noticioso acontece, então algo está errado. Não é preciso argumentar muito nesse caso.

Logo, o que se percebe não é uma defasagem do conteúdo jornalístico em relação ao que acontece na imprensa, e sim a sua deficiência, principalmente a de ordem e estrutura curricular. O atraso da prática é apenas um dos fatores que fazem com que o valor moral do diploma de jornalista caia. Na verdade, é a prova mais paipável dessa queda.

Aqueles que realmente desejam trabalhar como jornalistas, nesse contexto, ficam perdidos entre duas situações. De um lado a "Escola de Jornalismo" nega um ensino baseado na realidade – muitas vezes, nega o ensino – e, de outro lado, a lei nega a realidade, impedindo até mesmo um período de estágio. Por isso, algumas faculdades apresentam experimentalismos, questionados por arrogados



Folha de São Paulo, 27 de novembro de 2001

## **IMPrensa** *Suspensão vale desde outubro* **AGU entra com recurso contra fim do diploma**

DA REPORTAGEM LOCAL

A AGU (Advocacia Geral da União) entrou ontem com um recurso no Tribunal Regional Federal de São Paulo para tentar derubar a suspensão em todo o país da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho.

Esse é o segundo recurso oferecido contra a determinação da juíza substituta da 16ª Vara Cível, Carla Rister, que, em 23 de outubro, suspendeu liminarmente a necessidade do diploma.

Em sua decisão, a juíza afirmou que o decreto-lei 972 de 1969, editado no regime militar e que exige o diploma, contraria a Constituição de 1988, que prevê a "livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

O primeiro recurso contra a decisão da juíza foi oferecido na semana passada pela Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas). A federação argumenta que é preci-

so diferenciar liberdade de expressão e o exercício da profissão.

O agravo de instrumento apresentado pela AGU já era esperado. Sua missão é defender a União, que é ré na ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal, que questiona a necessidade do diploma. A União é ré porque é ela que fornece os registros profissionais.

O juiz Manoel Álvares, que substitui interinamente um desembargador da 4ª Turma do TRF, aguardava o agravo de instrumento da AGU para analisar os dois recursos apresentados. Ele pode cassar ou manter a liminar que suspende o diploma.

Os advogados da AGU e os da Fenaj questionam a legitimidade de a ação civil pública ter sido movida pelo Ministério Público Federal, que não figura como parte interessada, segundo eles.

Segundo a juíza Carla Rister, enquanto a liminar continuar válida, cabe ao Ministério do Trabalho regulamentar a obtenção do registro com o fim da obrigatoriedade do diploma.

# Cris:)

by Design

ALFA

cris.fernandes  .com

[Home](#) [Busca](#) [Gmail](#) [Idiomas](#)

[Quase tudo sobre Cris Fernandes](#)

[Trabalhos](#) > [Web - Logomarcas e Logotipos](#)  
[Parceiros](#)

[Blog Livre Expressão](#)

[Blogosfera](#)



*"A arte é um sentimento difícil de ser definido. O seu tema, por mais importante e grandioso que seja pode sempre ser simplificado ao ponto de ser compreensível por todas as pessoas. É aí que a arte atinge a sua forma mais sublime."*

*Charles Chaplin*

[MFN.Com](#) [Novae](#) [Beleza Inteligente](#) [Idéias & Pessoas](#) [Radar 21](#)

**Cris Fernandes** - **Copyright**, e-mail de contato

Permitida (e incentivada) a reprodução dos textos, desde que **citada e linkada a fonte**.  
**Brasil\_Planeta Terra**

Qualquer semelhança com o layout do Google não é mera coincidência ;o)

**Plus**© 1997  
Octávio PinedaArtes e Entretenimento  
Arts and Entertainment

### ► Planet Hemp e os limites da livre-expressão

Os integrantes do grupo Planet Hemp foram presos por incentivar o consumo da maconha através de suas músicas. Foram depois libertados, uma vez que a livre-expressão é um direito garantido na constituição brasileira.

Qualquer um tem o direito de defender seus pontos de vista. Este direito é garantido em qualquer nação democrática do mundo, e é um princípio fundamental deste espaço (web site). Entretanto, não é razoável divulgar alguns tipos de idéias pelos veículos de comunicação de massa de forma indiscriminada. As músicas do Planet Hemp, por exemplo, podem ser ouvidas nas estações de FM a qualquer hora do dia ou da noite, atingindo crianças e adolescentes, que estão em fase de desenvolvimento da personalidade.

É dever das autoridades competentes regular a exibição de material impróprio a públicos imaturos, assim como já o faz na classificação de filmes por faixa etária, e na lacração das revistas eróticas em exposição nas bancas. Da mesma forma, as apresentações daquele grupo podem ter classificação etária compatível e as rádios podem tocar suas canções numa faixa determinada no horário noturno.

#### A transição dos usos e costumes



Não se deve esquecer que a ética e a moral mudam de acordo com a época e a cultura de cada região. Basta comparar a cultura escandinava com a cultura latina: o que numa é normal e corriqueiro, noutra pode ser motivo de crime passional.

Proavelmente, muito do que hoje nos é chocante, no futuro será normal e desejável. Para que isto aconteça, é necessário que a ciência e o esclarecimento substituam a superstição, a ignorância e o preconceito. Basta lembrar que, no início deste século, comer manga e beber leite em seguida era tido como morte certa; e que o sanitarista Osvaldo Cruz foi duramente combatido e sofreu grande resistência da população porque queria vacinar as pessoas.

#### A livre-expressão é realmente livre?

Creio que existem alguns temas-tabus, cujo expressão será fortemente rejeitada e reprimida pela sociedade. Sendo assim, a sociedade não garantirá este direito à expressão de qualquer idéia.

Você acredita que este direito deve ser irrestrito? Permita-me, então, fazer um teste com suas convicções.



BUSCA:

### EDITORIAS

- Últimas Notícias
- 3º Setor
- Agenda
- Ambiente
- Artigos
- Água
- Biodiversidade
- Cidadania
- Cidades
- Ciência
- Clima
- Comunicação
- COP8 MOP3
- Educação
- Energia
- Entrevistas
- Governo
- Infância
- Legislação
- Literata
- Lixo
- Mundo
- Saúde
- Sustentabilidade

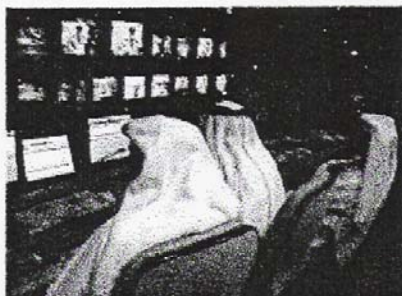
### ARQUIVO



AGÊNCIA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS

O que é isso?

### Al Jazeera: Do mundo árabe para todo o mundo



Por Mario Lubetkin \*

Roma, março/2006 – Mais além das críticas e dos elogios que lhe são atribuídos, o acalorado debate sobre a rede de televisão Al Jazeera costuma omitir uma análise objetiva sobre as razões de sua notável expansão, de sua surpreendente influência (suas primícias têm tanta ou mais repercussão do que as da BBC ou da CNN) e dos elementos de inovação que a caracterizam no universo dos meios de comunicação.

No momento em que o grupo do Qatar, através do lançamento da Al Jazeera International, está se projetando para fora da região árabe, parece oportuna uma reflexão sobre estes temas.

A Al Jazeera possui quatro canais de televisão, u...

### Imprensa: Livre expressão limitada pelo medo ou por decreto

Por Miren Gutierrez \*

Roma, 22/02/2006 – O caso das caricaturas de Maomé, que enfureceram os muçulmanos de todo o mundo após serem publicadas em jornais europeus, cria um debate entre a liberdade de expressão e o respeito à sensibilidade religiosa por parte dos meios de comunicação. Os dois argumentos merecem uma análise mais detalhada, pois não existe só a brecha que os separa. Elas também existem dentro deles mesmos. Para começar, se trata, simplesmente, da liberdade de imprensa e contenção editorial? Os meios que não publicaram as caricaturas ou pediram desculpas por fazê-lo não tomaram tais decisões em consideração à sensibilidade dos muçulmanos. O medo, em mu...

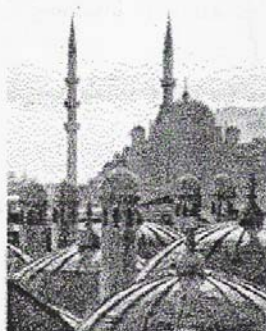


### Islã-Occidente: Não caricaturizar o conflito

Por Augusto Zamora (\*)

Madri, fevereiro/2006 – A crise originada pela publicação de várias caricaturas do profeta Maomé causou reações das mais diversas, boa parte delas centradas na suposta confrontação entre a liberdade de expressão e a intolerância ou o fanatismo religioso do Islã. Ao se considerar com fato tal conflito, poucos no mundo ocidental duvidarão sobre qual partido tomar. A liberdade de expressão é inerente ao sistema democrático, de forma que, se acredita-se na democracia, é preciso apoiar os jornais que publicaram as caricaturas e condenar a intolerância muçulmana.

Até onde se sabe, ninguém no mundo islâmico apresentou o conflito em te...





Efetuar login

Google

Web Imagens Grupos Diretório Notícias <sup>Novo!</sup> mais »

"livre expressão" e "jornalismo"

Pesquisar

Pesquisa avançada  
Preferências

Pesquisar:  a web  páginas em português  páginas do Brasil

**Web** Resultados 321 - 330 de aproximadamente 854 para "livre expressão" e "jornalismo" (0,33 segundos)

#### Natalia Rinaldi

"A vida é para quem topa qualquer parada, e não para quem pára em qualquer topada ... a liberdade de imprensa ea **livre expressão**, mas **jornalismo** não é isso. ... nataliarinaldi.uniblog.com.br/index.php?b=5355&d=m&d2=1128135600 - 114k - Em cache - [Páginas Semelhantes](#)

#### Iniciação Científica

CJE - Departamento de **Jornalismo** e Editoração [início] ... estaremos oferecendo a oportunidade da **livre expressão** de idéias, teorias, especulações e ... www.eca.usp.br/pesquisa/inicicien/page1.htm - 58k - Em cache - [Páginas Semelhantes](#)

#### Observatório dos Direitos Humanos - JUNHO de 2004

... na promoção dos direitos sexuais e na defesa da **livre expressão** da sexualidade. ... Eliana Lemos é estudante de **Jornalismo** na Faculdade de Tecnologia e ... www.direitoshumanos.rj.gov.br/observatorio/junho\_04.htm - 359k - Em cache - [Páginas Semelhantes](#)

#### Mar Salgado:

Nos nossos blogues e jornais parece que a coisa está do gênero "quem não é ... de origem dos pais dos amotinados, a França é um lugar de **livre expressão**, ... marsalgado.blogspot.com/2005/11/pena-e-espada-tenho-acompanhado-com.html - 57k - Em cache - [Páginas Semelhantes](#)

#### Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos - Encontro ...

**Jornalismo** investigativo: tipo de prática que está se legitimando como ... o acesso à **livre expressão** da sua subjetividade, das suas opiniões e de sua ... www.direitos.org.br/index.php?option=com\_content&task=view&id=201&Itemid=2 - 264k - Em cache - [Páginas Semelhantes](#)

#### Caros Amigos

Em defesa da **livre expressão**, em defesa dos espaços coletivos, ... A resistência de Caros Amigos é salutar para parcela significativa de leitores ... carosamigos.terra.com.br/da\_revista/edicoes/ed89/caros\_leitores.asp - 44k - Em cache - [Páginas Semelhantes](#)

#### tv

Que é mais tempo que você gasta comendo, mais tempo que gasta com sua mulher (seu ... Todo poder do **jornalismo** de "ataque" desta televisão primitiva foi ... www.iis.com.br/~cat/desligue.htm - 521k - Em cache - [Páginas Semelhantes](#)

#### [PDF] V ENLEPICC POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO E LUTA PELO ...

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)  
Bacharel em **Jornalismo** pela Universidade Federal de Sergipe. ... **livre expressão** da palavra dos convidados, das associações locais, dos habitantes, dos ... www.gepicc.ufba.br/enlepcc/pdf/SayonaraLeal.pdf - [Páginas Semelhantes](#)

#### Misticismo e religiosidade no fim do século

E, como consequência dessa mesma situação da **livre expressão** e dos direitos ...

http://www.google.com.br/search?q=%22livre+express%C3%A3o%22+e+%22jornalism... 16/11/2005

Ciências da Comunicação pela ECA/USP e doutoranda em **Jornalismo** na ECA/USP. ...  
[www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/workshop/mistic.htm](http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/workshop/mistic.htm) - 97k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

### PUBLICO.PT

... conteúdos jornalísticos ea **livre expressão** das várias correntes de opinião - é,  
... O **jornalismo** pode ser arte. O jornalista pode e deve encontrar novos ...  
[dossiers.publico.pt/shownews.asp?id=1218431&idCanal=10](http://dossiers.publico.pt/shownews.asp?id=1218431&idCanal=10) - 523k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)



Página de resultados: [Anterior](#)[23](#)[24](#)[25](#)[26](#)[27](#)[28](#)[29](#)[30](#)[31](#)[32](#)**[33](#)**[34](#)[35](#)[36](#)[37](#)[38](#)[39](#)[40](#)[41](#)[42](#) [Mais](#)

"livre expressão" e "jornalismo"

[Pesquisar nos resultados](#) | [Ferramentas de idiomas](#) | [Dicas de pesquisa](#)

©2005 Google

Efetuar login


[Web](#) [Imagens](#) [Grupos](#) [Diretório](#) [Notícias](#) [Novel](#) [mais »](#)

"livre expressão" e "jornalismo"

Pesquisar

[Pesquisa avançada](#)  
[Preferências](#)

 Pesquisar:  a web  páginas em português  páginas do Brasil

**Web** Resultados 311 - 320 de aproximadamente 855 para "livre expressão" e "jornalismo" (0,34 segundos)

### A Notícia - Anexo - Arte conscientizadora há 30 anos

Até 1993, os professores trabalhavam com a **livre expressão**, onde os alunos ...  
 Os alunos com 9 e 10 anos produziram uma instalação baseada no surrealismo do ...  
[www.an.com.br/2000/out/26/0ane.htm](http://www.an.com.br/2000/out/26/0ane.htm) - 98k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

### Usabilidade & Arquitetura da Informação: Julho 2005

"Como a Internet é uma das ferramentas utilizadas por eles para fazer a divulgação ...  
 ... mais arriscar prover ferramentas para a **livre expressão** de usuários. ...  
[blogdeusabilidade.blogspot.com/2005\\_07\\_01\\_blogdeusabilidade\\_archive.html](http://blogdeusabilidade.blogspot.com/2005_07_01_blogdeusabilidade_archive.html) - 47k -  
[Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

[ [Mais resultados de blogdeusabilidade.blogspot.com](#) ]

### [PDF] Software Livre na Administração Pública Brasileira Autor: Marcelo ...

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)  
 O direito à **livre expressão** e à informação precisa ser complementado com o  
 direito ao ... [Conselhos Gestores](#); construir um **jornalismo** comunitário. ...  
[www.softwarelivre.org/downloads/softwarelivrenaadministracaopublicabrasileira.pdf](http://www.softwarelivre.org/downloads/softwarelivrenaadministracaopublicabrasileira.pdf) - [Páginas Semelhantes](#)

### [PDF] DIAGNÓSTICO DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA NA EA DE COMUNICAÇÃO 01

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)  
 A proposta é a efetivação da garantia do direito à **livre expressão**, prevista na  
 ... experiências em **jornalismo** operário, sindical, de bairros e publicações ...  
[www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003\\_NP12\\_gomes.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP12_gomes.pdf) - [Páginas Semelhantes](#)

### Coleguinhas, Uni-vos!

Picadinho diário de **jornalismo** e mídia em geral - Um outro **jornalismo** é ...  
 de terceiro mundo, que não respeita a **livre expressão** de pensamento, certo? ...  
[www.coleguinhas.jor.br/2003\\_07\\_20\\_picadinho2\\_arquivos.html](http://www.coleguinhas.jor.br/2003_07_20_picadinho2_arquivos.html) - 74k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

### [PDF] PROGRAMA A

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)  
 sensibilizar para a relevância da **livre expressão** individual e para a valorização  
 ... Edição revista e aumentada de um trabalho de **jornalismo** do período da ...  
[www.iie.min-edu.pt/programs/prog\\_hom/historia\\_a\\_10\\_11\\_12\\_cg\\_homol\\_nova\\_ver.pdf](http://www.iie.min-edu.pt/programs/prog_hom/historia_a_10_11_12_cg_homol_nova_ver.pdf) - [Páginas Semelhantes](#)

### Tribuna Nacional : INTERNACIONAL

José Izquierdo, que pertence ao grupo independente de **jornalismo** Decoro, ...  
 TRIBUNA NACIONAL É UM VEÍCULO QUE PERMITE A **LIVRE EXPRESSÃO** DE OPINIÕES. ...  
[www.tribunanacional.com.br/tribuna/modules/wordpress/index.php?cat=5](http://www.tribunanacional.com.br/tribuna/modules/wordpress/index.php?cat=5) - 94k -  
[Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

### [PDF] Jornalismo

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)  
 Galeno, Gustavo de Castro, **Jornalismo e Literatura**: a sedução da palavra, Ed.  
 ... As novas tecnologias enquanto meio de **livre expressão** horizontal do ...  
[www.fl.uc.pt/guia4\\_5/guia\\_jorn04.pdf](http://www.fl.uc.pt/guia4_5/guia_jorn04.pdf) - [Páginas Semelhantes](#)



JB Online

... o que é matéria de **livre expressão** e mais um ataque leviano, e puritano, ...  
Nao e de hoje que a filosofia do **jornalismo** americano, quando se refere a ...  
jbonline2.terra.com.br/jvir/comp.forum.Mostra?sala=72 - 312k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

Um dia, uma noite, uma lua!

Aula de Comunicação: Ihe é facultada a possibilidade de **livre expressão**. ...  
"A principal finalidade do **jornalismo** é fornecer aos cidadãos as informações de ...  
www.umdiaumanoiteumalua.blogger.com.br/ - 54k - 14 nov. 2005 - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)



Página de resultados: [Anterior](#) [22](#) [23](#) [24](#) [25](#) [26](#) [27](#) [28](#) [29](#) [30](#) [31](#) **[32](#)** [33](#) [34](#) [35](#) [36](#) [37](#) [38](#) [39](#) [40](#) [41](#) [Mais](#)

"livre expressão" e "jornalismo"

[Pesquisar nos resultados](#) | [Ferramentas de idiomas](#) | [Dicas de pesquisa](#)

©2005 Google

Efetuar login

Google

Web Imagens Grupos Diretório Notícias <sup>Novo!</sup> mais »

"livre expressão" e "jornalismo"

Pesquisar

Pesquisa avançada  
Preferências

Pesquisar:  a web  páginas em português  páginas do Brasil

**Web** Resultados 301 - 310 de aproximadamente 855 para "livre expressão" e "jornalismo" (0,29 segundos)

#### [PDF] **JORNALISMO**

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)

Introdução: as "fronteiras" e os "tempos" da história e **jornalismo** ... As novas tecnologias enquanto meio de **livre expressão** horizontal do público ...

[www.fl.uc.pt/guias5\\_6/guia\\_jornal.pdf](http://www.fl.uc.pt/guias5_6/guia_jornal.pdf) - [Páginas Semelhantes](#)

#### [portal KMOL - Artigos](#)

... cursos na disciplina de **jornalismo** onde os blogs são o assunto principal. ...

A ausência de filtros, do poder e controle, a **livre expressão** dá aos blogs ...

[www.kmol.online.pt/artigos/200210/col02\\_2.html](http://www.kmol.online.pt/artigos/200210/col02_2.html) - 19k - 14 nov. 2005 - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

#### [PDF] **Jornalismo, mediação, poder: considerações sobre o óbvio surpreendente**

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)

torno dos quais o **jornalismo** deve ser exercido, e são eles que ... essencial como a informação veraz, e sim. visto como um entrave à **livre expressão** do ...

[www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-jornalismo-mediacao.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-jornalismo-mediacao.pdf) - [Páginas Semelhantes](#)

[ [Mais resultados de www.bocc.ubi.pt](#) ]

#### [Portal Experimental de Comunicação - agexCOM](#)

Estagiária de **Jornalismo**. POA TV – o canal da gente é a nova marca do Canal Comunitário ... além do **Livre Expressão**, espaço dedicado a entidades que não têm ...

[www.portal3.com.br/\\_noticias/2004/04/02/not\\_07-04\\_2.htm](http://www.portal3.com.br/_noticias/2004/04/02/not_07-04_2.htm) - 17k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

#### [Mar Salgado:](#)

... a França é um lugar de **livre expressão**, mas registre-se que o meio ... Ou o cheiro profundo do salgado do mar, numa praia ventosa e com o mar em fúria, ...

[marsalgado.blogspot.com/](http://marsalgado.blogspot.com/) - 99k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

#### [PROJETO](#)

Como a atividade construtiva de elaborar e desenvolver projetos pode se tornar ... e de auto-respeito, o que significa:; estimular a **livre expressão** de cada ...

[www.nte-jgs.rct-sc.br/lea.htm](http://www.nte-jgs.rct-sc.br/lea.htm) - 31k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

#### [NÓS MEDIA: Setembro 2005](#)

No post "TMN eo Saco Azul", **Jornalismo** e Comunicação sublinha que "num dia em ... Erskine negou a hipótese de que o exercício da **livre expressão** de ideias e ...

[nosmedia.blogspot.com/2005\\_09\\_01\\_nosmedia\\_archive.html](http://nosmedia.blogspot.com/2005_09_01_nosmedia_archive.html) - 177k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

#### [PDF] [Opini Pol ca na Internet](#)

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)

mediação dos agentes profissionais do **jornalismo**, dos valores e critérios ... princípio é exercido; pode acontecer de um ato singular de **livre expressão** ser ...

[www.facom.ufba.br/etica/txts/opiniaopolitica.pdf](http://www.facom.ufba.br/etica/txts/opiniaopolitica.pdf) - [Páginas Semelhantes](#)

#### [Filisteu](#)

... de ir e vir, alternância no poder, **livre-expressão**, liberdades econômicas, etc.

<http://www.google.com.br/search?q=%22livre+express%C3%A3o%22+e+%22jornalism...> 16/11/2005

... É o **jornalismo** se esforçando para tornar a ficção do Kurt Vonnegut ...  
www.insanus.org/filisteu/archives/cat\_comunismo.html - 161k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)  
[ [Mais resultados de www.insanus.org](#) ]

História da Literatura Brasileira  
VERDADEIRAMENTE É DO SÉCULO XIX que podemos datar a existência de uma ...  
industriais das letras, e da invasão do **jornalismo** pela literatura ou da ...  
virtualbooks.terra.com.br/literatura\_brasileira/Historia\_Literatura\_Brasileira7.htm - 75k - 14 nov. 2005 -  
[Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)



Página de resultados: [Anterior](#) [21](#) [22](#) [23](#) [24](#) [25](#) [26](#) [27](#) [28](#) [29](#) [30](#) **31** [32](#) [33](#) [34](#) [35](#) [36](#) [37](#) [38](#) [39](#) [40](#) [Mais](#)

[Pesquisar nos resultados](#) | [Ferramentas de idiomas](#) | [Dicas de pesquisa](#)

©2005 Google

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)